



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Unidade Universitária Anápolis de Ciências
Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação Território e
Expressões Culturais no Cerrado



MAX HENRIK MARQUEZAN SILVA

NA ENCRUZILHADA DO CAPITALISMO DEPENDENTE: migrações forçadas e o
fluxo de venezuelanos no Brasil

Anápolis
2023

MAX HENRIK MARQUEZAN SILVA

NA ENCRUZILHADA DO CAPITALISMO DEPENDENTE: migrações forçadas e o
fluxo de venezuelanos no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier
Coorientadora: Profa. Dra. Roseli Martins
Tristão Maciel

Anápolis
2023



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo Max Henrique Marquezan Silva

E-mail maxmarquezan@hotmail.com

Dados do trabalho

Título Na encruzilhada do capitalismo dependente:
migrações forçadas e o fluxo do venezueleno no Brasil

Dissertação

Curso/Programa TECCER - UEG

Concorda com a liberação documento?

SIM

NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis , 01/12/2023
Local Data

Max Henrique M. Silva
Assinatura do autor / autora

Glauber Lopes Reis
Assinatura do orientador / orientadora

Ficha catalográfica

S586n

Silva, Max Henrik Marquezan.

Na encruzilhada do capitalismo dependente [manuscrito]: migrações forçadas e o fluxo de venezuelanos no Brasil / Max Henrik Marquezan Silva. - 2023.

137 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.

Coorientadora: Profa. Dra. Roseli Martins Tristão Maciel

Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2023.

Inclui bibliografia.

1.Crise venezuelana. 2.Capitalismo dependente – Brasil e Venezuela.
3.Teoria marxista da dependência. 4.Dissertações – TECCER - UEG/UnuCSEH.
I. Xavier, Glauber Lopes. II.Maciel, Roseli Martins Tristão. III.Título.

CDU 330.342.14(81:87)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus
Bibliotecária da UnUCSEH
CRB-1/2385

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, a partir das nove horas, na sala de reuniões do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior, realizou-se a sessão de julgamento da dissertação do discente **MAX HENRIK MARQUEZAN SILVA**, intitulada **"NA ENCRUZILHADA DO CAPITALISMO DEPENDENTE: MIGRAÇÕES FORÇADAS E O FLUXO DE REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL"**. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores: Dr. Glauber Lopes Xavier (Orientador), Dra. Veralúcia Pinheiro (Examinadora Externa), Dra. Roseli Martins Tristão Maciel (Coorientadora), Dra. Poliene Soares dos Santos Bicalho (Examinadora Interno) Dra. Janes Socorro Luz (Suplente interno), Dra. Adriana Pereira de Souza (Suplente Externo). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela discente e seu orientador. Em seguida a Banca Examinadora reuniu-se, em sessão secreta, atribuindo ao discente os seguintes resultados.

Dr. Glauber Lopes Xavier (Orientador)

aprovado reprovado.

Assinatura 

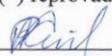
Dra. Veralúcia Pinheiro (Examinadora Externa),

aprovado reprovado.

Assinatura 

Dra. Roseli Martins Tristão Maciel (Coorientadora)

aprovado reprovado

Assinatura 

Dra. Poliene Soares dos Santos Bicalho (Examinadora Interno)

aprovado () reprovado

Assinatura Poliney J. Bicalho

Dra. Janes Socorro Luz (Suplente interno)

() aprovado () reprovado.

Assinatura _____

Dra. Adriana Pereira de Souza (Suplente Externo).

() aprovado () reprovado.

Assinatura _____

Resultado Final: aprovado () reprovado.

Observações:

Reaberta a sessão pública, o Orientador proclamou o resultado e encerrou a sessão às 10:43 horas, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por mim secretária, discente e pelos membros da banca examinadora supracitada.

Secretária: Ana Carolina

Discente: Flávia Henriq Marquegan Silva

RESUMO

A questão venezuelana é um fator próximo da realidade brasileira, tanto a partir dos aspectos geográficos, dada a proximidade territorial entre Brasil e Venezuela, quanto a partir de aspectos históricos e econômicos, em que ambos os países são componentes importantes do capitalismo global. Com a recente crise venezuelana, um numeroso contingente de imigrantes atravessou as fronteiras do Brasil a partir de 2018, cenário em que as proximidades entre os países vizinhos se tornaram mais evidentes. Nesse sentido, o presente trabalho parte da análise da conjuntura econômica da América Latina, inserida em um panorama econômico global, sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência, buscando compreender o impacto do capitalismo dependente sobre os imigrantes venezuelanos no Brasil. Para tal, busca-se por meio da revisão bibliográfica e análise de dados e documentos, publicados em órgãos oficiais, sobre os imigrantes no Brasil, compreender a realidade do trabalhador imigrante no contexto do capitalismo dependente latino-americano.

Palavras-chave: Crise venezuelana; Capitalismo Dependente; Teoria Marxista da Dependência.

ABSTRACT

The Venezuelan issue is a factor close to the Brazilian reality, both from geographic aspects, given the territorial proximity between Brazil and Venezuela, and from historical and economic aspects, in which both countries are important components of global capitalism. With the recent Venezuelan crisis, a large contingent of immigrants crossed Brazil's borders from 2018 onwards, a scenario in which the proximity between neighboring countries became more evident. In this sense, the present work starts from the analysis of the economic situation in Latin America, inserted in a global economic panorama, from the perspective of the Marxist Theory of Dependency, seeking to understand the impact of dependent capitalism on Venezuelan immigrants in Brazil. To this end, we seek, through bibliographical review and analysis of data and documents, published in official bodies, to understand the reality of the immigrant worker in the context of Latin American dependent capitalism.

Keywords: Venezuelan crisis; Dependent Capitalism; Marxist Dependency Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O CAPITALISMO LATINO-AMERICANO E A REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA.....	15
1.1 DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO À TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	17
1.2 PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	35
2 EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA VENEZUELA: A CONSOLIDAÇÃO DA DEPENDÊNCIA.....	53
2.1 TRAJETÓRIAS DA POLÍTICA E ECONOMIA VENEZUELANA NO SÉCULO XX.....	54
2.2 HUGO CHÁVEZ E NEOLIBERALISMO.....	75
2.3 ESTRUTURA DE CLASSES NA VENEZUELA NO CONTEXTO DEPENDENTE.....	84
3 POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E O IMIGRANTE VENEZUELANO NO BRASIL.....	92
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA MIGRAÇÃO NO BRASIL..	93
3.2 POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO: DESAFOGO OU REFÚGIO?.....	105
3.2.1 As ondas da migração venezuelana para o Brasil.....	107
3.2.2 Roraima: o portão de entrada dos venezuelanos.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	130

INTRODUÇÃO

A história da América Latina, inserida no contexto global de expansão do capitalismo, é notavelmente diversificada e complexa, sendo impossível analisá-la sem levar em consideração as particularidades singulares de cada país na região. Ao longo da linha do tempo, observamos eventos comuns, como os processos de conquista, colonização, escravidão, independências, revoluções, revoltas, ditaduras e corrupção, que se repetem em várias nações latino-americanas. No entanto, cada uma dessas nações carrega consigo nuances e características únicas, moldadas pelo contexto específico em que se desenvolveram, ou seja, o tipo de formação econômico-social pelo qual desenvolveu-se a assimilação do capitalismo.

Em cada país, a estrutura econômica ainda reflete traços da experiência colonial ocorrida durante o estágio mercantil do capitalismo. Esses elementos, aliados às particularidades naturais de cada região, desempenharam um papel fundamental na formação de sociedades profundamente desiguais. Ao longo das várias fases do capitalismo, as mudanças econômicas e sociais aprofundaram essas desigualdades, evidenciando as consequências predatórias desse sistema de produção.

As diferentes formas de relações sociais que emergiram dentro das relações de produção ao longo do tempo, sejam durante o estágio mercantil com base no trabalho escravo, sejam posteriormente, quando a industrialização e o trabalho assalariado surgiram de maneira mais tardia em relação aos centros hegemônicos, desempenharam um papel central na formação das sociedades latino-americanas. Essas complexas dinâmicas moldaram a história e a trajetória de desenvolvimento de cada nação na região, tornando a América Latina uma tapeçaria rica e multifacetada de experiências históricas e sociais.

Além desses, outro importante elemento que marca o contexto latino-americano desde o início da exploração capitalista e formação das sociedades coloniais até a atualidade é a relação desse novo modelo econômico e social, pautado no discurso modernizante, com as populações nativas e com os trabalhadores no geral, discurso que sempre é retomado sob a égide do progresso necessário, no qual as grandes potências se comprometem a levar a civilização para as áreas marginalizadas. Assim foi com a colonização e posteriormente com o neocolonialismo (FERRO, 2017), e até mesmo com o imperialismo estadunidense (HARVEY, 2004), a

presença de dominação estrangeira em países latino-americanos e do Oriente Médio assumem esse discurso legitimador.

São fatores que devem ser analisados a partir de sua totalidade, considerando os fatores sociais, econômicos e políticos que englobam a complexa teia de relações sociais, e por isso o estudo histórico às características do processo de edificação do capitalismo na América Latina é crucial para ser possível visualizar os aspectos de continuidade e descontinuidade desse processo, e com isso compreender as singularidades do capitalismo latino-americano e suas condições de dependência.

É importante analisar tais fatores a partir de uma perspectiva abrangente, levando em conta os correlacionados aspectos sociais, econômicos e políticos que compõem a complexa teia de relações na América Latina. Portanto, o estudo do histórico das características do processo de desenvolvimento do capitalismo na região torna-se de extrema relevância. Através dessa abordagem histórica, podemos lançar luz sobre os elementos de continuidade e descontinuidade nesse processo de transformação econômica e social.

Compreender as peculiaridades do capitalismo latino-americano e suas condições de dependência exige uma análise profunda e contextualizada. Isso significa examinar como as dinâmicas sociais, econômicas e políticas interagem e se influenciam mutuamente ao longo do tempo. Ao fazê-lo, podemos apreciar a complexidade das relações de poder, bem como os desafios e oportunidades enfrentados pela América Latina em seu trajeto histórico em direção ao desenvolvimento capitalista.

Em suma, a abordagem holística que considera a totalidade dos fatores envolvidos é essencial para uma compreensão real das características particulares do capitalismo na América Latina e das complexas condições de dependência que moldaram a região ao longo dos anos. Essa abordagem histórica e multidisciplinar nos permite decifrar os matizes de sua evolução e entender melhor os desafios enfrentados pelos países latino-americanos em sua busca pelo desenvolvimento econômico e social.

O processo que marca a inserção e consolidação do capitalismo na América Latina, em especial da Venezuela, apresenta alguns pontos similares ao processo brasileiro, principalmente no que tange a oferta de recursos naturais valiosos para a produção industrial, como minério de ferro e petróleo, mas resguarda alguns pontos característicos, sobretudo na gerência estatal desses recursos frente ao incessante

interesse estrangeiro e a necessidade de recursos tecnológicos para sua exploração. Em meio a uma profunda crise, gerada por essas contradições, muitos venezuelanos partiram de seu país de origem em busca de melhores condições de vida e existência em outros países latino-americanos.

Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo analisar a relação entre as condições de vida na Venezuela contemporânea a situação que o imigrante venezuelano se encontra em território brasileiro, buscando traçar as aproximações e divergências entre os distintos contextos socioeconômicos e políticos, e verificar em que medida a busca por melhoria nas condições de vida foi e está sendo, de fato, alcançada, ou se a situação desses indivíduos está sendo agravada pelo neoliberalismo. Esta análise parte da ótica do materialismo histórico-dialético, e com isso contempla a totalidade dos fatores envolvidos na situação do trabalhador imigrante, e o enxerga enquanto indivíduo histórico e componente chave para as relações de produção.

A Venezuela nos últimos cinco anos tem atravessado um árduo período de crise, que destruiu sua economia, gerou um acentuado desemprego e elevou as taxas de inflação no país a níveis catastróficos, forçando milhares de venezuelanos a migrarem e se refugiarem em outros países, na procura por melhores condições de vida. Nesse contexto, os venezuelanos passaram a adentrar o território brasileiro, sobretudo a partir de 2018 e 2019, tendo como porta de entrada principal o estado de Roraima, devido às suas condições fronteiriças e proximidade com o território venezuelano.

Conseqüentemente, a estrutura pública do estado se viu sobrecarregada, tornando a situação precária não somente para os imigrantes venezuelanos, como para os próprios moradores de Roraima, em face dos limites do orçamento público do estado, que não comportava em seu planejamento esse cenário de crise. Diante disso, a política nacional encontrou na política de interiorização a solução prévia para aliviar a estrutura pública de Roraima, através da desconcentração desses imigrantes, que foram interiorizados e distribuídos pelo território brasileiro.

Assim, o imigrante venezuelano, que já figurava no debate político nacional, muitas vezes de forma equivocada quanto às causas e conseqüências de sua migração, aproxima-se da realidade da sociedade brasileira, tornando-se presente em grande parte do território nacional, compondo as paisagens urbanas em diferentes situações de moradia, emprego e saúde. Alguns nos semáforos de grandes cidades

à procura de emprego e sobrevivendo com o pouco que consegue dos motoristas dos veículos, enquanto outros já contam com empregos formais em empresas, lojas e atacadistas.

Nesse sentido, é fundamental para a pesquisa acadêmica, seja sob uma perspectiva social, econômica ou mesmo política, estudar e analisar a situação desses indivíduos, de forma a ampliar o conhecimento acadêmico e geral acerca do migrante venezuelano no intuito de demonstrar a sua realidade em território nacional. Para tanto, é indispensável uma leitura crítica da Venezuela Contemporânea, buscando as razões e porquês para tal fenômeno, bem como do Brasil, e com isso compreender os elementos de repulsão e atração que englobam a migração venezuelana.

O capitalismo mundial nunca escondeu suas fortes contradições, de caráter político, social e econômico, existentes nas relações sociais e trabalhistas, e acentuadas na divisão internacional do trabalho. Nessa estrutura, o mundo capitalista se divide, em suma, entre países “desenvolvidos”, industrializados e produtores de tecnologia e mercadorias, e países “subdesenvolvidos”, ou dependentes, em processo tardio de industrialização, potenciais consumidores da produção em massa dos países desenvolvidos, mantendo sua economia por meio da exportação de cultivos agrícolas, e recursos minerais e energéticos, em boa parte, empreendidos por empresas estrangeiras.

Esse cenário, alarmante para os países do hemisfério sul, gera uma forte dependência, facilmente notada nos países latino-americanos, principalmente diante dos Estados Unidos, que tem forte influência sobre o continente americano. Assim, além dos problemas recorrentes gerados pela política capitalista, os trabalhadores latino-americanos vivem sob esse agravamento da dependência, e estão à mercê dos interesses de grupos estrangeiros dominantes, que praticamente consolidaram a exploração de recursos naturais da América Latina, como ocorreu com o Brasil desde o golpe militar de 1964, e que na Venezuela passou por períodos de tensões e contradições ainda mais acentuados.

Desde o final do século XX, período marcado pelos altos endividamentos externos, a Venezuela vem oscilando entre períodos de crise e melhorias socioeconômicas, tendo um contexto político influenciado não somente pelo neoliberalismo, mas também por discursos e movimentos políticos de natureza “socialista”, que tornam a situação do país ainda mais contraditória. Com as últimas décadas sendo marcadas por profundas crises, entre 2017 e 2018 os venezuelanos

sofreram uma piora nesse cenário, o que antes já vinha provocando migrações para outros países, tornou-se um fenômeno em massa, uma verdadeira diáspora venezuelana.

Nesse sentido, a partir do contexto das políticas neoliberais existentes na América Latina, e diante da pandemia provocada pelo coronavírus¹, que agravou problemas e precariedades socioeconômicas já existentes, pretende-se avaliar quais razões têm ocorrido no processo migratório de venezuelanos, os fatores de repulsão e atração, isto é, as principais causas que levaram a esse processo, e as motivações que trouxeram esses indivíduos para o território brasileiro. Com isso, pretende-se neste estudo, responder: Qual a situação do trabalhador imigrante no Brasil diante das contradições do capitalismo dependente latino-americano?

Nesse sentido, a presente pesquisa parte de uma revisão bibliográfica sobre as condições socioeconômicas da América Latina recente, através de um panorama que contemple a totalidade histórica desse quadro, e com isso buscar na estrutura econômica dependente, no contexto do neoliberalismo, as causas para a crise venezuelana e a situação dos imigrantes. Assim, serão explorados dados secundários, como documentos e relatórios publicados pela Acnur (Agência da ONU para Refugiados), pela OIM (Organização Internacional para as Migrações) e pela Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (Response for Venezuelans), buscando compreender os movimentos migratórios de venezuelanos no Brasil e suas condições de vida e trabalho. Além disso, serão abordados dados e publicações de diários oficiais e afins acerca da política de interiorização e do processo de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa científica torna possível a aproximação e melhor compreensão da realidade investigada, entendendo-a como um processo permanentemente inacabado. Para isso, recorreremos a abordagens e procedimentos científicos, partindo da investigação da condição do refugiado venezuelano, a partir da ótica marxista do materialismo histórico-dialético, que visualiza a sociedade enquanto uma totalidade complexa, determinada fundamentalmente pelos modos de produção. (VIANA, 2007a). Nesse cenário, a realidade do trabalhador imigrante

¹ Diante da pandemia provocada pela COVID-19, que perdurou basicamente entre 2020 e 2022, os imigrantes encontraram maiores dificuldades de se estabelecerem nas cidades, e de ter acesso a serviços básicos de saúde. Nesse cenário, a política de interiorização foi importante para reduzir a aglomeração de pessoas no estado de Roraima.

venezuelano será contemplada sob a ótica da totalidade e das relações de produção, desenvolvidas no contexto do neoliberalismo, e que reproduzem o capitalismo dependente nas economias latino-americanas. Essa realidade será observada no sentido de explorar, de forma teórica e reflexiva, a relação do imigrante venezuelano como consequência direta da prática neoliberal aplicada não somente à Venezuela, mas à América Latina como um todo.

Para tal investigação, adotamos uma abordagem fundamentada no materialismo histórico-dialético, uma perspectiva teórica que nos permite analisar as complexas relações sociais e econômicas que moldam a realidade do imigrante venezuelano no Brasil. De acordo com Viana (2007a), o materialismo histórico-dialético considera a sociedade como uma totalidade interconectada, na qual os modos de produção desempenham um papel central na determinação das dinâmicas sociais.

Nesse contexto, a análise da realidade dos trabalhadores imigrantes venezuelanos se baseará na compreensão das relações de produção que permeiam o cenário globalizado do neoliberalismo. O neoliberalismo, como doutrina econômica predominante nas últimas décadas, tem sido uma força motriz na configuração das economias latino-americanas. Ele promove políticas de desregulamentação, privatização e abertura de mercados que muitas vezes resultam em uma crescente dependência das nações latino-americanas em relação aos países desenvolvidos.

Assim, ao explorar a situação dos imigrantes venezuelanos no Brasil, nossa pesquisa buscará traçar uma relação direta entre a prática neoliberal aplicada não apenas à Venezuela, mas a toda a América Latina, e as consequências que essa abordagem tem sobre as vidas e as condições de trabalho desses imigrantes. Sob a lente do marxismo, buscaremos entender como as relações de produção, moldadas pelo neoliberalismo, influenciam a exploração, a desigualdade e a vulnerabilidade enfrentadas pelos imigrantes, situando sua experiência no contexto mais amplo do capitalismo dependente que caracteriza a região latino-americana.

Ao fazê-lo, nossa pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais profunda das implicações do capitalismo dependente e das políticas neoliberais sobre as populações em movimento, destacando as contradições e os desafios inerentes a essa dinâmica complexa.

1. O CAPITALISMO LATINO-AMERICANO E A REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA

O capitalismo mundial e seu processo de inserção na América Latina se mostrou, desde o início do processo de colonização das Américas, sob o prisma da desigualdade e exploração, sendo historicamente caracterizado por profundas contradições socioeconômicas, no qual o modo de produção sempre buscou formas de exploração do trabalho para a acumulação de capital. No contexto do mercantilismo, as nações latino-americanas em formação, foram exploradas de forma intensa e predatória, para atender os interesses das metrópoles mercantis, que objetivavam a acumulação primitiva de capitais nas metrópoles europeias. Com o fim da colonização, essas nações passaram a se desenvolver na busca por uma economia autônoma, e com certas dificuldades, no geral, conseguiram sua inserção no mercado global, atuando basicamente como países de exportação.

Esse cenário marcou o fim do colonialismo mercantil, entretanto não rompeu com a dependência que os países latino-americanos possuem de investimento externo. As consequências do processo de colonização são determinantes na maioria dos países que foram colônias europeias, e a sustentação das visões de mundo dos colonizadores é um dos principais fatores que levam a continuidade de aspectos e elementos constituintes do pensamento colonial. Socialmente, os contrastes sociais, a marginalização e o racismo são exemplos dessa continuidade, enquanto economicamente ela é marcada pela reprodução das condições de dependência em relação aos centros industriais e comerciais.

É muito comum, como aponta Galeano (2019), nessas nações, o discurso de que não existem recursos para explorar os recursos. Assim, em meio a diferentes tipos de bens naturais, com potencial mineral e energético, inexploradas pelas carências tecnológicas, abre-se nesses países a porta para a colonização estrangeira desses recursos, legitimadas pelo discurso do progresso, integração nacional e desenvolvimento econômico. Tais recursos, como bem são, em seu estado natural, não podem ser denominados de “riquezas naturais”, como normalmente são, pois só se tornam mercadorias a partir do trabalho humano necessário para sua extração e preparo para a utilização. Somente pelo trabalho o recurso se torna uma riqueza, e por meio da exploração do trabalho, uma riqueza que alimenta o ciclo de dominação capitalista.

Aqui novamente um aspecto de continuidade em relação ao período colonial. Com bem ressalta Marx (2017), a história se repete, como em um movimento cíclico; na primeira vez como tragédia, e na segunda como farsa. Se a colonização girou em torno da extração predatória e violenta dos recursos naturais, levando, por conseguinte, à degradação ambiental e a destruição de territórios e populações indígenas, as políticas de expansão e desenvolvimento das Repúblicas latino-americanas, também focadas nos recursos, produziram efeitos desastrosos à natureza, às populações tradicionais e às classes trabalhadoras.

Assim, com novos costumes e aspectos, o capitalismo latino-americano se reproduz a partir da dependência em relação aos países considerados desenvolvidos, e as justificativas em prol do “desenvolvimento” e do “progresso” são presentes enquanto discurso legitimador dessa relação de exploração. Para as potências capitalistas, como os EUA, esse cenário vai de encontro aos principais interesses de fortalecimento de suas economias e segurança interna. Como aponta Galeano (2019, p. 192-193):

A crescente dependência de provisão estrangeira decreta uma também crescente identificação entre os interesses capitalistas norte-americanos na América Latina e a segurança nacional dos Estados Unidos. A estabilidade interna da primeira potência mundial se mostra intimamente ligada aos investimentos norte-americanos ao sul do rio Bravo. Cerca de metade desses investimentos é dedicada à extração de petróleo e à exploração de riquezas minerais, “indispensáveis à economia dos Estados Unidos tanto na paz como na guerra”.

A conquista desses recursos naturais de modo a atender os interesses capitalistas, como dito anteriormente, são legitimados por discursos de progresso, modernização e desenvolvimento. Por mais que, conseqüentemente, o investimento de economias estrangeiras acarreta em um certo grau de desenvolvimento industrial, social e urbano, esse “desenvolvimento” não é gratuito, ao contrário, gera diversas conseqüências, que não são pagas pelas classes dominantes, mas sim pela população trabalhadora, cujos frutos de seu trabalho recheiam os bolsos dos aventureiros burgueses, com seus empreendimentos bilionários pela América Latina, cada vez mais aprisionada no enredo da dependência. Esse fator em comum entre as economias latino-americanas, no entanto, não tem sido de aproximação entre essas nações, mas cada uma, dentro das condições fornecidas pelos processos históricos de formação e pelo território em que estão localizadas, busca estratégias para driblar

essas condições, bem como as contradições sociais e políticas que emergem no contexto de cada país.

Muitos estudos centrados nessa temática, analisam especificamente a questão da Venezuela frente à exploração petrolífera no país, que possui uma das maiores reservas de petróleo mundiais. Além disso, dão maior enfoque à política nacional do país, no contexto das contradições, golpes, intervenções, relacionando os problemas existentes à política socialista empreendida nas últimas décadas no país. O presente trabalho considera essas questões, porém, busca inseri-las no contexto do capitalismo periférico, que, sendo dependente dos grandes centros industriais globais, condiciona os contrastes existentes entre as formas de política e economia desenvolvidas nas economias periféricas.

1.1 DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO À TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria do Subdesenvolvimento emergiu como um campo de estudo significativo no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando se tornou claro que muitas nações latino-americanas, africanas e asiáticas foram subjugadas por um ciclo de “atraso” econômico e social, resultante do processo colonização e escravização. Porém os discursos das potências econômicas ignoravam tais antecedentes, classificando tais nações como subdesenvolvidas, atrasadas em relação ao chamado primeiro mundo. Essa abordagem inicial foi criticada por sua falta de análise das relações de poder subjacentes e das implicações do sistema capitalista global. Assim, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, começou a surgir uma perspectiva mais crítica, conhecida como Teoria Marxista da Dependência (TMD), que incorporou conceitos e categorias marxistas para uma compreensão mais profunda das dinâmicas econômicas e sociais das economias periféricas.

Antes de surgir a TMD, a Teoria do Subdesenvolvimento, também chamada de teoria do desenvolvimento desigual, surgiu na esteira do desenvolvimento do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial, quando as nações industrializadas começaram a buscar soluções para o “subdesenvolvimento” que predominava em grande parte da África, Ásia e América Latina. Essa abordagem inicialmente se concentrou na análise das características econômicas e sociais das nações consideradas “subdesenvolvidas”, enfatizando fatores como a falta de infraestrutura, a dependência tecnológica e a necessidade de modernização.

Na interpretação da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a partir da nova Divisão Internacional do Trabalho que se inicia ao fim da 2ª Guerra Mundial, deu-se início ao sistema centro-periferia, marcada por polaridades e fortes contrastes de desenvolvimento (Koling, 2007).

Historicamente, os países latino-americanos apresentavam a mesma característica da heterogeneidade estrutural em sua base produtiva interna e na forma de inserção no comércio mundial, desde a independência até a década de 30 do século XX. Sabendo que a independência desses países resultou em emancipação política, mas que isso não teria que vir, necessariamente, acompanhado de autonomia econômica, o modelo de desenvolvimento “para fora” alicerçou-se na base econômica e social colonial e manteve seu crescimento econômico dependente do comércio exterior (Koling, 2007, p. 144).

Theotônio dos Santos (1998) critica a teoria do desenvolvimento ao destacar que ela tendia a conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores alinhados com a racionalidade econômica moderna, que se caracterizava pela busca da produtividade máxima, geração de poupança e criação de investimentos para a acumulação permanente de riqueza. Ele argumentava que essa abordagem estava enraizada na tradição das ciências sociais, cujos pensadores, como Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e economistas clássicos, já haviam identificado essas atitudes e comportamentos.

No entanto, Theotônio dos Santos sugere que essa perspectiva não abordava de maneira adequada as complexas realidades econômicas e sociais dos países em desenvolvimento, e que as teorias resultantes frequentemente careciam de uma análise crítica mais profunda dos processos de desenvolvimento e das disparidades econômicas globais. Portanto, sua crítica à teoria do desenvolvimento ressalta a necessidade de uma abordagem mais contextualizada e crítica para compreender as questões de desenvolvimento em sua totalidade.

A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções teóricas pretendessem ser construções neutras, em termo de valores, e alardeassem haver superado qualquer filosofia da história que pretendesse estabelecer um fim para a humanidade, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmara nos Estados Unidos

da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável (Dos Santos, 1998, p. 10).

A teoria do desenvolvimento, historicamente, procurou identificar as barreiras que impediam a plena realização desse ideal de modernidade e, ao fazê-lo, delineou estratégias e instrumentos de intervenção para alcançar resultados desejados. Entretanto, a eficácia dessas teorias é questionável, uma vez que fica claro que a sociedade moderna europeia e norte-americana é frequentemente apresentada como o modelo “ideal” a ser seguido. Isso sugere uma hierarquia cultural e social subjacente, na qual a modernidade ocidental é considerada superior e universalmente desejável. Além disso, a citação aponta para a ideia de que a instalação dessa sociedade moderna é vista como uma necessidade histórica incontestável, aludindo que outras formas de organização social são vistas como menos legítimas ou adequadas, e rotuladas de atrasadas e “primitivas”. Isso revela as complexas implicações ideológicas e culturais inerentes à teoria do desenvolvimento e à sua busca por uma forma específica de modernidade como ideal a ser alcançado.

Essa supervalorização da modernidade ocidental pode levar a uma visão etnocêntrica e eurocêntrica, na qual outras formas de sociedade são subjugadas em relação a esse ideal. Além disso, ao considerar a instalação da sociedade moderna como uma necessidade histórica incontestável, a citação sugere uma abordagem determinista da evolução social, ignorando a pluralidade sociocultural e histórica das sociedades em todo o mundo. Isso levanta questões sobre a legitimidade e a adequação da imposição de um modelo específico de modernidade como objetivo universal, ignorando a pluralidade de experiências e perspectivas culturais no processo de desenvolvimento, o que atende diretamente às necessidades de reprodução do sistema capitalista e, conseqüentemente, da relação desigual entre os países centrais e os periféricos.

Na década de 50, a teoria do desenvolvimento alcançou seu momento mais radical e, ao mesmo tempo, mais divulgado através da obra de W.W. Rostov (1961). Ele definiu todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais. Este barbarismo histórico, que provocou os protestos dos historiadores sérios, era necessário para ressaltar os vários estágios do desenvolvimento que se iniciaria com o famoso “take-off”, a “decolagem” do desenvolvimento que teria ocorrido na Inglaterra de 1760, nos Estados Unidos pós-guerra civil, na Alemanha de Bismarck, no Japão da Restauração Meiji, etc. A questão do

desenvolvimento passou a ser assim um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua “decolagem” (Dos Santos, 1998, p. 11).

Desse modo, sintetizando o pensamento de Theotônio, a principal característica apresentada pela Teoria do Desenvolvimento, era sua visão de subdesenvolvimento enquanto ausência de desenvolvimento. Até então, as teorias predominantes buscavam explicar o atraso desses países como resultado de obstáculos internos que impediam seu desenvolvimento ou modernização. No entanto, essa perspectiva começou a perder relevância quando se provou na prática que o capitalismo não estava conseguindo reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento nas antigas colônias, que estavam em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial, e nas nações latino-americanas, limitadas pela profunda dependência econômica.

Um ponto crucial levantado por Santos (1998) é que mesmo países que haviam alcançado taxas de crescimento econômico relativamente elevadas, como os primeiros países latino-americanos a se industrializar, continuavam enfrentando desafios significativos relacionados à sua dependência econômica e política em relação à economia global. Isso destaca a ideia de que o crescimento econômico por si só não era suficiente para superar as profundas desigualdades, a pobreza e a distribuição desigual de renda. Essa constatação levou à necessidade de buscar novas abordagens teóricas para entender e abordar os problemas do desenvolvimento. Segundo o autor,

A burguesia industrial latino-americana, que nascia no processo de industrialização dos anos 30 e 40, se via numa situação difícil em relação ao capital internacional. Ela aspirava substituí-lo, mas não tinha o conhecimento tecnológico nem o peso financeiro para enfrentar os grandes investimentos que se faziam necessários para assegurar sua competitividade numa fase mais avançada do desenvolvimento tecnológico. Daí ela ter se apoiado no Estado para cumprir grande parte dessa tarefa, sobretudo naqueles setores onde o capital internacional se recusava a investir. O caso mais típico é o do petróleo da América Latina que era considerado pelos centros estratégicos mundiais mais como uma reserva dos Estados Unidos do que como uma zona a ser explorada. Isto leva o capital internacional a não se interessar pelo investimento petrolífero, exceto no caso da Venezuela, onde este existia à flor da terra, abundante e barato. Era pois natural que, em geral, o capital internacional aparecesse como uma restrição à industrialização

da região e um apoio ao setor exportador e à oligarquia rural, mineira e comercial exportadora (Dos Santos, 1998, p. 72).

Nos anos 30 e 40, a instauração inicial da indústria nos principais países dependentes e colonizados desempenhou um papel fundamental na fundação do subsequente desenvolvimento industrial do pós-guerra. Essa evolução se enredou de maneira intrínseca com a expansão do capital internacional, cujo epicentro residia nas corporações multinacionais estabelecidas entre as décadas de 40 e 60. Essa nova dinâmica questionou a premissa convencional de que o subdesenvolvimento era meramente a ausência de desenvolvimento. Em vez disso, abriu caminho para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como um resultado histórico do sistema global do capitalismo, no qual coexistiam, simultaneamente, processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (Dos Santos, 1998).

Esse período de reavaliação teórica resultou em uma gama de novas perspectivas, como a Teoria da Dependência e a crítica ao desenvolvimento, que enfatizaram a importância de se conceber as relações internacionais desiguais, do subdesenvolvimento como um produto do próprio desenvolvimento. Segundo Theotônio dos Santos (1998, p. 18),

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização.

Koling (2007) destaca um momento de suma importância para a evolução do pensamento econômico na América Latina, especialmente entre a corrente cepalina. Durante a transição dos anos 1950 para os anos 1960, os economistas da CEPAL se depararam com uma série de desafios, tanto de natureza histórica quanto teórica. Da perspectiva histórica, a região estava experimentando uma crise no desenvolvimento econômico, com uma queda da taxa de crescimento econômico e da renda per capita,

acentuando a vulnerabilidade externa e as disparidades sociais e regionais (Koling, 2007).

Além dos fatores históricos, a crise do desenvolvimento impôs desafios teóricos aos desenvolvimentistas. Apesar de a industrialização ter avançado na região, e com isso estimulando a urbanização e modernização capitalista, ela não alcançou o dinamismo almejado, devido a falhas nas políticas de substituição de importações. Segundo o autor, mesmo com a entrada de investimentos estrangeiros os obstáculos internos e externos permaneceram significativos. Ademais, a persistência de um círculo vicioso da insuficiência dinâmica e a necessidade de reformas redistributivas, tanto internas como externas, tornam-se entraves prementes, forçando uma revisão teórica das abordagens desenvolvimentistas. Em face a esse cenário inicia-se o predomínio das teses do estagnacionismo e um pessimismo com relação ao desenvolvimento e industrialização (Koling, 2007).

Para Celso Furtado (1966), tratava-se de distinguir, com certa profundidade, o que representaria o interesse nacional (ampliação do mercado interno e da participação política popular, política econômica nacionalista) do mero interesse individual da iniciativa privada (local e estrangeiro imperialista), bem como a correlação de forças na esfera política (controle e uso do Estado). Sentindo na pele os efeitos da nova ordem militarizada no Brasil, em seu texto *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Furtado não teve como preocupação central (re)produzir o pessimismo estagnacionista das análises cepalinas, mas, sim, abordar as forças internas e externas do imperialismo (das empresas multinacionais e do Estado norte-americano) e sua interferência nos rumos do desenvolvimento nos países latino-americanos (Koling, 2007, p. 147).

Nesse contexto, segundo o autor, que surgem os primeiros textos da Teoria da Dependência, que, desde o seu surgimento, engloba uma variedade de perspectivas e contribuições teóricas, não sendo uma teoria uniforme. Conforme ressaltado por Theotônio dos Santos (1998), os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne identificaram dois antecedentes imediatos para a abordagem da dependência. O primeiro diz respeito à formação de uma tradição crítica que questionava o eurocentrismo inerente à concepção de desenvolvimento-subdesenvolvimento. Essa tradição abarcou críticas ao imperialismo estadunidense e à economia neoclássica, incluindo figuras como Raul Prebisch e a própria CEPAL. O segundo antecedente estava relacionado ao debate recente na América Latina sobre o subdesenvolvimento, que sucedeu as discussões entre o marxismo clássico e o neo-marxismo.

Destacaram-se nesse contexto pensadores como Paul Baran e Paulo Sweezy (Dos Santos, 1998).

Acerca da Teoria do Desenvolvimento, e do surgimento da Teoria da Dependência, Koling (2007) destaca o contexto global no qual se insere a formulação dessas teorias. Nesse cenário, o autor aponta que a experiência de industrialização na periferia latino-americana, cujo início remonta ao fim do século XIX e se aprofunda na primeira metade do século XX, como um laboratório para o projeto desenvolvimentista da aceleração da industrialização e a expansão do capitalismo. “O modelo de substituição de importações ou do desenvolvimento “para dentro” veio a ser a expressão de uma nova política econômica interna e de inserção internacional” (Koling, 2007, p. 146).

Desse modo, o contexto vivenciado no período pós-1945 realoca o enfrentamento político-ideológico entre o retorno do modelo anterior de especialização e heterogeneidade agroexportadora, ou a continuidade da industrialização substitutiva com perspectiva de superar a situação periférica. O estudo de Koling (2007) destaca a natureza dos projetos de desenvolvimento adotados na América Latina, em particular o modelo de substituição de importações e a estratégia de desenvolvimento "para dentro". Esses projetos eram orientados por interesses específicos das elites econômicas da região e refletiam diferentes agendas econômicas. Ambos os projetos representavam interesses mais específicos de elites econômicas. O primeiro buscava atender às necessidades dos setores de exportação, e o segundo dos setores urbano-industriais, dos novos grupos urbanos e do setor público-estatal (Koling, 2007).

O primeiro projeto, o modelo de substituição de importações, estava voltado para atender às necessidades dos setores de exportação. Esse modelo envolvia a substituição de importações de bens manufaturados por produtos fabricados internamente, visando a promover a industrialização e a redução da dependência de produtos estrangeiros. O processo de substituição de importações, segundo Fonseca e Souza (2009), pode ser pensado enquanto uma industrialização fechada, orientada para o mercado interno e tutelado por políticas públicas que protegessem a indústria nacional em face ao capital estrangeiro.

Nos países latino-americanos, a industrialização substitutiva de importações operava sobre a base de uma demanda pré-existente de bens de consumo, que fazia dos investimentos nesse setor os mais rentáveis e permitia que o processo de produção se sustentasse

graças à importação de bens de capital, isto é, bens intermediários, máquinas e equipamentos. A continuidade de uma industrialização colocada nesses termos dependia do crescimento progressivo da capacidade para importar e, portanto, de uma massa crescente de divisas” (Marini, 1992, p. 81)

Como aponta Tavares (1972) esse modelo teve centralidade na América Latina durante muitos anos. As exportações eram praticamente o único elemento autônomo do crescimento da renda latino-americana, representando o centro dinâmico de toda economia, e as importações tinham uma lógica distinta das importações dos países centrais na economia capitalista, e uma relação particular com o próprio modelo exportador. De forma geral, o desenvolvimento do setor exportador deu origem a um processo de urbanização que gradualmente estabeleceu as chamadas indústrias de bens de consumo interno, como têxteis, calçados, vestuário e móveis, entre outros. Essas indústrias, tradicionalmente de baixa produtividade, surgiram no contexto do modelo exportador predominante na América Latina. No entanto, é importante ressaltar que essa limitada atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, não era suficiente para impulsionar um dinamismo econômico autônomo. Conseqüentemente, o crescimento econômico ficava fortemente ligado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, conferindo um caráter essencialmente dependente e reflexivo às economias da região.

Além disso, o papel desempenhado pelas importações era qualitativamente distinto das economias centrais e abertas. Nestas últimas, as importações eram principalmente destinadas a suprir necessidades de alimentos e matérias-primas que não podiam ser produzidos internamente de maneira satisfatória devido às limitações de recursos naturais. Nas economias latino-americanas, contudo, além de enfrentarem esse desafio, as importações também abrangiam uma ampla gama de bens de consumo final e praticamente todos os bens de capital necessários para o processo de investimento induzido pelo crescimento externo da renda. Portanto, o papel do setor externo como mecanismo de ajuste entre as estruturas de demanda e produção interna adquiria uma natureza substancialmente diferente, desempenhando um papel significativo na posterior mudança de modelo de desenvolvimento (Tavares, 1972).

Por outro lado, o segundo projeto, a estratégia de desenvolvimento "para dentro", tinha como objetivo principal satisfazer os interesses dos setores urbanos e industriais, bem como dos novos grupos urbanos em ascensão e do setor público-

estatal. Essa estratégia implicava um foco na expansão da produção industrial e na promoção do mercado interno, com ênfase no desenvolvimento de indústrias nacionais. Ambos os projetos tinham implicações significativas para a estrutura econômica da América Latina, mas refletiam prioridades distintas.

Essa análise está intrinsicamente ligada ao contexto do surgimento das teses cepalinas e da teoria da dependência. As teses cepalinas², lideradas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), influenciaram a formulação desses projetos de desenvolvimento. Elas enfatizavam a necessidade de superar as características de dependência econômica da região em relação aos países centrais e buscavam promover um desenvolvimento mais autônomo e equitativo. O estudo de Kolling (2007) ressalta como esses projetos, embora baseados em ideias cepalinas, se desdobraram em estratégias econômicas concretas que refletiam interesses específicos dentro da América Latina, destacando a complexidade das abordagens de desenvolvimento na região.

As perspectivas da Teoria da Dependência, como mencionado anteriormente, são diversificadas. Segundo Theotônio, os economistas Blomstrom e Hettne resumem em quatro pontos as perspectivas centrais defendidas pelos vários componentes pela escola da dependência:

- i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- iv) A dependência, não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (Dos Santos, 1998, p. 19).

Em primeiro lugar, a conexão estreita entre o subdesenvolvimento e a expansão dos países industrializados é um dos pilares da Teoria da Dependência. Ela sugere que o desenvolvimento de algumas nações muitas vezes ocorre à custa do subdesenvolvimento de outras, criando uma relação de interdependência desigual.

² As teses cepalinas, ou teorias da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), referem-se a uma série de ideias e teorias econômicas desenvolvidas e promovidas pela comissão com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina. As teses foram elaboradas entre 1950 e 1960, por economistas latino-americanos, como Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Ou seja, a conjuntura de um é resultado da conjuntura do outro. Isso é frequentemente exemplificado pela exploração de recursos naturais e da força de trabalho dos países subdesenvolvidos para beneficiar as nações industrializadas.

A ideia de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal enfatiza que esses não são estados isolados, mas partes de um sistema global interconectado, sugerindo também a globalidade enquanto característica do desenvolvimento capitalista. O sucesso de algumas nações muitas vezes depende da exploração e subdesenvolvimento de outras. Isso acena que o desenvolvimento de um país não pode ser plenamente compreendido sem levar em consideração o contexto global em que ocorre, e a totalidade histórica que envolve sua conjuntura política, social e econômica.

A afirmação de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista desafia a visão linear de desenvolvimento. Ao invés de postular o subdesenvolvimento como uma fase inicial a ser superada em direção ao desenvolvimento, a Teoria da Dependência argumenta que o subdesenvolvimento é em grande parte uma consequência das relações de dependência e exploração perpetuadas pelo sistema global, tornando-o um processo mais complexo. Nisso, as nações latino-americanas não vivenciam um estado “pré-capitalista”, ou de atraso e subdesenvolvimento, mas sim são partes substanciais do desenvolvimento capitalista.

E por último, a ideia de que a dependência não é apenas um fenômeno externo, mas também se manifesta internamente nas estruturas sociais, ideológicas e políticas das nações subdesenvolvidas, destaca as múltiplas dimensões que toca a dependência. Além das relações econômicas desiguais, a dependência pode ser expressa por meio de estruturas de poder internas que favorecem elites ou grupos privilegiados, bem como por ideologias que perpetuam essa dependência, assegurando no imaginário coletivo as condições ideais para sua reprodução.

A partir desses quatro pontos, os economistas distinguem três, talvez quatro, correntes de pensamento dentro da escola da dependência, os quais vão divergir sobretudo no que se refere às perspectivas teóricas: (a) Destacam-se dois grupos dentro dos cientistas sociais associados à CEPAL. O primeiro grupo, representado por Oswaldo Sunkel, grande parte das obras maduras de Celso Furtado e a obra final de Raul Prebisch reunida em seu livro "O Capitalismo Periférico," realiza uma crítica ou autocrítica estruturalista. Este grupo reconhece os limites de um projeto de

desenvolvimento nacional autônomo. Além disso, Fernando Henrique Cardoso é às vezes associado a esse grupo, embora haja momentos em que ele se alinha com a seguinte tese, que os membros dessa primeira corrente rejeitam de forma enfática. (b) O segundo grupo é influenciado principalmente pela perspectiva marxista, classificados como neo-marxistas pelos economistas³. Sua base teórica se encontra principalmente nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra, assim como nos estudos conduzidos pelo Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). Embora André Gunder Frank seja ocasionalmente considerado como parte desse grupo, sua postura clara de distanciamento de uma associação teórica estreita com o marxismo e sua proposição de um esquema de expropriação internacional mais ou menos estático o distinguem do enfoque dialético adotado pelos demais neo-marxistas. (c) Em terceiro lugar uma corrente “marxista” mais ortodoxa, na qual Cardoso e Faletto são frequentemente associados devido à sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e à crença na impossibilidade ou não necessidade do socialismo como requisito para alcançar o desenvolvimento. (d) Por fim a cristalização da teoria da dependência fora das tradições marxistas, representada por Andre Gunder Frank (Dos Santos, 1998).

Essa gama variedade de perspectivas dentro da escola da dependência evidencia o crescimento e fortalecimento intelectual de pensadores latino-americanos. Como destaca Theotônio:

A acumulação destas e outras propostas metodológicas na região refletiam a crescente densidade de seu pensamento social que superava a simples aplicação de reflexões, metodologias ou propostas científicas importadas dos países centrais para abrir um campo teórico próprio, com sua metodologia própria, sua identidade temática e seu caminho para uma práxis mais realista. A teoria da dependência tentou ser uma síntese deste movimento intelectual e histórico. A crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina, foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinhava. André Gunder Frank recolheu esta problemática para dar-lhe uma dimensão regional e internacional. A definição do caráter das

³ “Apesar do brilhantismo e do esforço de fidelidade expresso no seu esquema histórico, Blonstron e Hettne podem ser contestados no que respeita à sua apresentação do debate entre o pensamento ortodoxo marxista e a corrente que ele chama de neo-marxista. Na realidade, esta última corrente tem muitos matizes que eles não parecem reconhecer. Mas esta discussão nos levaria demasiado longe para os fins deste trabalho. Podemos dizer que esta é, entre várias propostas, a que mais se aproxima de uma descrição correta das tendências teóricas principais que conformaram a teoria da dependência” (Dos Santos, 1998, p. 20).

economias coloniais como feudais serviam de base às propostas políticas que apontavam para a necessidade de uma revolução burguesa na região. Inspirado no exemplo da Revolução Cubana que se declarou socialista em 1962, Frank abriu fogo contra as tentativas de limitar a revolução latino-americana ao contexto da revolução burguesa. Radical em seus enfoques ele vai declarar o caráter capitalista da América Latina desde seu berço. Produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, a América Latina surgiu para atender as demandas da Europa e se insere no mundo do mercado mundial capitalista (Dos Santos, 1998, p. 24).

O trecho em destaque aborda a evolução do pensamento social na América Latina, que foi além da simples adoção de reflexões, metodologias e propostas científicas importadas dos países centrais. Em vez disso, a região desenvolveu seu próprio campo teórico, com uma metodologia distintiva, uma identidade temática única e um caminho para uma práxis mais realista e consciente. A teoria da dependência surge nesse contexto como uma tentativa de sintetizar esse movimento intelectual e histórico complexo.

Como demonstra Theotonio dos Santos, um dos marcos iniciais desse desenvolvimento intelectual foi a crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina. Essa crítica evidenciou as profundas implicações teóricas do debate emergente, que questionava as categorizações tradicionais e buscava uma compreensão mais precisa e coerente das realidades latino-americanas. André Gunder Frank, por sua vez, ampliou essa problemática ao contexto regional e internacional, desafiando a definição das economias coloniais como feudais e argumentando que a região tinha um caráter intrinsecamente capitalista desde o início de sua inserção na economia mundial no século XVI.

Essa mudança de perspectiva de feudalismo para capitalismo representou uma transformação radical na compreensão da América Latina e suas potencialidades de desenvolvimento. O reconhecimento da natureza capitalista da região desde sua origem influenciou as visões políticas, questionando a necessidade de uma revolução burguesa e abrindo espaço para debates sobre caminhos revolucionários alternativos. Portanto, nota-se a complexidade do pensamento latino-americano e seu papel na construção de uma teoria da dependência que transcendeu as ideias importadas e se tornou um marco na compreensão das dinâmicas socioeconômicas na região (Dos Santos, 1998).

No cerne do surgimento da Teoria da Dependência, Kolling (2007) destaca a obra "Dependência e Desenvolvimento na América Latina, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e sua posição relevante na prateleira da produção dependista. Kolling (2007) argumenta que o desenvolvimento é intrinsecamente ligado às disputas sociais e históricas, destacando que a visão dualista e estritamente econômica presente no pensamento cepalino é superada por uma análise que enfatiza o processo histórico.

Segundo o autor, os rumos do desenvolvimento também estão intrinsecamente relacionados às lutas políticas. Ele sustenta que tanto o Estado quanto o desenvolvimento refletem as escolhas e projetos das elites dominantes, bem como as pressões sociais exercidas por outros grupos, setores e classes em diversos âmbitos, incluindo o Estado, a sociedade civil e a esfera econômica. Isso implica que o desenvolvimento não pode ser entendido isoladamente como um fenômeno econômico, mas como resultado das dinâmicas complexas das relações políticas e sociais, e inseridas em uma totalidade histórica. Além disso, os trabalhos de Cardoso e Faletto apontam que as condições de dependência no contexto do imperialismo estão relacionadas com as mudanças e reconfigurações das alianças dominantes tanto internas quanto externas, influenciando o controle do Estado, a formulação da política econômica nacional e a integração internacional.

Portanto, a dependência não era resultado de um determinismo estrutural externo, nem da inexorabilidade do subdesenvolvimento ou do atraso, ou imperativo do tempo linear e evolutivo, mas, sim, da construção da hegemonia de grupos, frações e classes sociais internas e externas. A dependência passou a ser vista como uma forma de dominação que articulava os interesses tanto dos grupos hegemônicos internos como dos externos (Kolling, 2007, p. 150).

De modo geral, a contribuição de Cardoso e Faletto ao debate sobre a interpretação do processo de desenvolvimento teve como principal direcionamento as transformações ocorridas no período pós-1945, com a internacionalização do mercado interno das economias periféricas. É nesse aspecto, substancialmente, que sua abordagem entra em conflito com os demais dependistas, como Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, que dão maior enfoque na superexploração do trabalho (Kolling, 2007).

De acordo com o autor, as abordagens do desenvolvimento dependente e da superexploração do trabalho possuem pontos convergentes e divergentes. Elas se aproximam no que se tange à abordagem do desenvolvimento latino-americano no contexto internacional da expansão capitalista e do imperialismo; ambas contribuíram para os estudos do desenvolvimento; marcaram e demarcaram historiografia; e colaboraram na produção teórico-metodológica das ciências humanas e sociais na América Latina. E se divergem na perspectiva quanto às possibilidades e limites de desenvolvimento; quanto à abordagem da base orgânica das relações de trabalho e da exploração dos trabalhadores; quanto às estratégias de superação das crises de acúmulo do capital; e quanto ao caráter da dependência.

As abordagens do desenvolvimento dependente e da superexploração do trabalho são dois conceitos inter-relacionados, mas que focalizam aspectos diferentes das relações econômicas internacionais e das condições sociais nos países periféricos. A abordagem do desenvolvimento dependente destaca a dependência econômica dos países periféricos em relação aos países centrais, enfatizando as relações desiguais de comércio, investimentos estrangeiros e recursos naturais. Ela argumenta que os países periféricos tendem a exportar matérias-primas e produtos de baixo valor agregado enquanto importam produtos manufaturados e tecnologia dos países centrais. Isso resulta em uma persistente desigualdade econômica e na perpetuação do subdesenvolvimento. Além disso, essa abordagem assume um certo aspecto conformista, aceitando a "irreversibilidade" do desenvolvimento dependente (Santos, 1998).

Neste aspecto, Fernando H. Cardoso recolocava um novo pessimismo: os laços da/na dependência estabeleciam os limites ao desenvolvimento num novo cenário de dependência. Nas condições dos países latino-americanos, pode-se dizer que, para Cardoso, o desenvolvimento mantém-se dependente e sua referência teórica se aproxima muito mais do simples conceito de crescimento econômico (Koling, 2007, p. 155).

Cardoso argumenta que a prioridade da luta democrática passa a ser a oposição a um Estado autoritário apoiado, principalmente, por uma "burguesia de Estado" que sustenta seu caráter corporativista e autoritário. Para ele, os verdadeiros inimigos da democracia não são o capital internacional e sua política monopolista, que extrai e expropria recursos dos países periféricos. Em vez disso, os verdadeiros

adversários são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora, que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país em um novo contexto de dependência decorrente do avanço tecnológico e da nova divisão internacional do trabalho que se delineou nos anos 70, como resultado da realocação da indústria mundial (Dos Santos, 1998).

Por outro lado, a abordagem da superexploração do trabalho concentra-se nas condições de trabalho precárias e na exploração intensificada enfrentada pelos trabalhadores nos países periféricos. Ela argumenta que as elites locais e as empresas transnacionais buscam maximizar seus lucros reduzindo os custos de produção, muitas vezes à custa dos direitos trabalhistas e das condições dignas de trabalho. Isso pode incluir longas jornadas de trabalho, falta de sindicalização, salários insuficientes e más condições de segurança no trabalho. A superexploração do trabalho é vista como uma estratégia para manter os custos de produção baixos e aumentar a competitividade nos mercados internacionais. Portanto, embora relacionadas, essas abordagens destacam diferentes aspectos das relações desiguais e das injustiças sociais presentes nos países periféricos, contribuindo para uma análise mais completa da dinâmica do subdesenvolvimento.

Na abordagem da superexploração do trabalho, Rui M. Marini (1969) dissecou o desenvolvimento do subdesenvolvimento ao afirmar que a base de sustentação do capitalismo dependente perpassa pelo processo de acumulação de capital e a superação de suas crises (interna e internacional) ocorria à custa de uma superexploração dos trabalhadores, da exclusão social e política. Na crítica da crítica, Ruy M. Marini aprofundou a noção de superexploração do trabalho, recolocando o debate em outras bases. Se este debate permanecesse simplesmente no nível teórico – entre mais-valia absoluta ou relativa –, o risco de um novo dualismo estrutural era praticamente inevitável. Contudo, como Marini compreendia que qualquer desenvolvimento capitalista – acumulação de capital ou mesmo subdesenvolvimento – somente existia em função da apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores, em *Dialética da Dependência* o autor retomou o sentido existencial e orgânico do trabalho, das classes trabalhadoras e das relações de classes no capitalismo, abordando o caso da América Latina (Koling, 2007, p. 155).

A partir da década de 1970, segundo Santos (1998), uma extensa literatura se formava a respeito da dependência latino-americana. Na mesma medida em que ela ampliou o leque de perspectivas, contribuições teóricas e metodológicas, ela

passa a sofrer cada vez mais críticas e ataques. Nesse sentido, Santos traça um panorama das abordagens que surgiram a partir desse período, contribuindo para a construção da escola da dependência. Algumas dessas nuances e abordagens foram sintetizadas na tabela I:

Tabela I – Avanços e nuances da Teoria da Dependência a partir de 1970

AUTORES	OBRAS	ABORDAGEM/ CONTRIBUIÇÃO
Suzanne Bodenheime	<i>“Dependency and Imperialism”</i>	Foi talvez a primeira tentativa de apresentar a teoria da dependência como uma escola de pensamento nova, propondo um paradigma científico ao pensamento social ocidental predominante.
Vários autores	<i>The Journal of Interamerican Studies</i>	Tece críticas à teoria, questionando se a noção de dependência era uma justificativa para explicar o fracasso econômico dos países subdesenvolvidos.
Norman Girvan	-	Aplicou o conceito de dependência à realidade caribenha, influenciando o governo de Manley na Jamaica e dando início à escola caribenha da dependência de língua inglesa.
Samir Amin	-	Promoveu um encontro entre o pensamento social latino-americano e africano. Isso culminou na formação da Associação Internacional de Economistas do Terceiro Mundo.
Gustavo Gutiérrez	Teologia da Libertação	Fundamenta a teologia da libertação com base na teoria da dependência.
Luigi Bordin	-	Demonstrou as relações profundas entre a teoria da libertação no Brasil e na América Latina e a absorção teórica da ala marxista da Teoria da Dependência.
Helena Tuomi	-	Realizou um levantamento dos modelos de dependência na pesquisa ocidental,

		procurando definir modelos de explicação do subdesenvolvimento e testá-los empiricamente.
Agustín Cueva	<i>Problemas y Perspectivas de la Teoría de la Dependencia</i>	Deu início a novas críticas à teoria, acusando seus autores de superestimar fatores exterior em relação aos fatores internos. Posteriormente, ele reconheceria seus equívocos, passando a destacar os avanços trazidos pela ala marxista da Teoria da Dependência frente aos ataques advindos do pensamento conservador latino-americano e europeu.
Vânia Bambirra	<i>Teoría de la Dependencia; Una Anticrítica</i>	Nessa obra, Vânia rebate diversas críticas recebidas pela Teoria da Dependência, demonstrando os principais erros de interpretação, atribuindo aos teóricos posições que eles nunca tomaram, como a supervalorização dos fatores externos.

Fonte: Dos Santos (1998)

A teoria da dependência, ao longo de sua evolução, tem se expandido em várias direções teóricas e analíticas, buscando oferecer uma compreensão mais abrangente das dinâmicas globais. Uma das trajetórias que a teoria da dependência seguiu foi a busca por se tornar uma teoria do sistema mundial. Nesse contexto, os teóricos da dependência têm se empenhado em reinterpretar a formação e o desenvolvimento do capitalismo moderno dentro de uma perspectiva que abarca não apenas as relações centro-periferia, mas também as complexas interações no sistema mundial.

A expansão da teoria da dependência em direção a uma teoria do sistema mundial representa um passo adiante no sentido de compreender as conexões e interações globais que moldam as realidades econômicas, políticas e sociais em todo o mundo. Essa abordagem permite explorar não apenas as relações de dependência econômica, mas também os sistemas de poder, as dinâmicas geopolíticas e os processos de acumulação de capital em escala global. Ao considerar o capitalismo

moderno como parte integrante de um sistema mundial, a teoria da dependência busca desvendar as complexas redes de influência que permeiam as sociedades contemporâneas.

Nesse cenário, a ala marxista da dependência obteve, como destaca Dos Santos (1998), significativos avanços. A análise marxista da dependência se aprofundou na compreensão das conexões entre o centro e a periferia do sistema mundial capitalista, destacando a exploração econômica e a subjugação política das nações em desenvolvimento pelas potências centrais. Os teóricos marxistas da dependência, em sua evolução conceitual, ampliaram seu foco para além das relações estritamente econômicas e passaram a explorar as dimensões políticas, culturais e ideológicas da dependência.

A teoria marxista da dependência reconhece que a exploração das nações periféricas é uma parte intrínseca do funcionamento do sistema capitalista global. Essa exploração envolve não apenas a extração de recursos naturais e a exploração da força de trabalho, mas também a imposição de agendas políticas e econômicas que servem aos interesses das potências centrais. Os processos de acumulação de capital em escala global frequentemente levam à concentração de riqueza nas mãos de algumas nações, enquanto outras enfrentam crescente desigualdade e dependência.

Nesse contexto, a América Latina, incluindo países como a Venezuela e o Brasil, desempenha um papel significativo como parte da periferia do sistema mundial. As dinâmicas de dependência econômica, exploração de recursos naturais e subjugação política são visíveis na região. A exploração de petróleo, por exemplo, muitas vezes beneficia as nações centrais em detrimento das nações periféricas produtoras de petróleo, como a Venezuela. A teoria da dependência fornece um arcabouço conceitual para entender essas complexas relações globais e seus impactos nas sociedades latino-americanas. Atualmente, a Teoria Marxista da Dependência mantém sua relevância na análise das desigualdades econômicas globais e nas implicações do capitalismo dependente para as nações periféricas. Ela fornece uma estrutura conceitual robusta para a compreensão das complexas relações entre as economias centrais e periféricas, destacando a persistência da exploração e da dependência econômica em um mundo cada vez mais globalizado.

1.2 PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Para compreender as características do capitalismo dependente, é essencial explorar as dimensões do modo de produção capitalista, conforme a perspectiva marxiana. Em um sentido amplo, ao remontar às origens desse pensamento e examinar o surgimento do capitalismo, seu processo de desenvolvimento e disseminação, percebemos que esses aspectos estão intrinsecamente ligados às relações de classe, embasadas em uma lógica de dominação.

Diversos teóricos têm se debruçado sobre essas características, porém, cada um adota uma abordagem distinta. Karl Marx, o pensador que aprofundou de maneira mais significativa essa análise, enxerga essas relações a partir da luta de classes, com o objetivo de ilustrar as relações de produção em sua completude, passando a uma transformação radical da sociedade. Outra teoria de relevância, Karl Polanyi (2000), aborda o capitalismo ao examinar as transformações sociais que o acompanham, partindo da evolução de sociedades com um mercado incipiente para sociedades de mercado plenamente condicionantes.

Na obra "A Origem do Capitalismo", de Ellen Wood, é empreendida uma análise das várias interpretações do capitalismo, com o propósito de abordar sua origem a partir de uma perspectiva interpretativa inovadora. A autora constrói sua crítica com base na gênese do capitalismo, salientando que são escassas as abordagens teóricas que efetivamente conseguem alcançar as raízes genuínas desse modo de produção.

De acordo com Wood (2001), muitas vezes, o capitalismo é percebido como algo sempre presente, aguardando apenas a sua liberação de várias restrições, como aquelas impostas pelo feudalismo, para crescer e se desenvolver. Geralmente, essas limitações são de natureza política, como os poderes senhoriais parasitários ou as imposições de um Estado autocrático, embora às vezes possam ser culturais ou ideológicas. Essas explicações têm o efeito de destacar a continuidade entre as sociedades não capitalistas e capitalistas, ao mesmo tempo em que negam ou ocultam a singularidade do capitalismo.

Ellen Wood faz uma crítica contundente ao caráter linear das análises sobre o capitalismo. No entanto, essa crítica não se aplica a autores como Marx e Bakunin, que enfatizam a circularidade dos eventos e o processo gradual de formação do capitalismo. De acordo com eles, esse processo envolve uma ruptura gradual com

elementos do Ancien Régime, com marcos significativos na Revolução Industrial inglesa e na Revolução Francesa. Bakunin, por exemplo, identifica a Reforma do século XVI e a Revolução Francesa do século XVIII como os dois eventos fundamentais que deram poder à burguesia (Bakunin, 2011).

Essa abordagem circular da formação do capitalismo destaca a interconexão de eventos históricos e a influência mútua entre diferentes períodos. Em vez de ver a ascensão do capitalismo como um processo linear e unidirecional, essa perspectiva reconhece que o desenvolvimento do capitalismo está enraizado em uma série de fatores históricos complexos e interdependentes.

Além disso, ao enfatizar a gradualidade da transição para o capitalismo, esses autores destacam que essa transformação não ocorreu de forma instantânea, mas sim ao longo de um período prolongado, com mudanças progressivas nas estruturas sociais, econômicas e políticas. Isso implica que o capitalismo não surgiu de repente, mas foi moldado ao longo do tempo por uma série de forças históricas e sociais.

Em resumo, a crítica de Ellen Wood ao caráter linear das análises do capitalismo levanta questões importantes sobre a compreensão desse fenômeno histórico. Autores como Marx e Bakunin oferecem uma perspectiva mais circular e gradual da formação do capitalismo, enfatizando a complexidade e a interconexão de eventos históricos nesse processo. Isso nos leva a uma apreciação mais completa da evolução do sistema capitalista ao longo do tempo.

Independentemente das origens do capitalismo, que não são o foco deste estudo, é inegável que, ao longo de sua evolução global, ele estabeleceu uma estrutura específica na divisão internacional do trabalho. Nessa estrutura, não apenas ocorre a exploração de uma classe sobre outra, mas também de países industrializados e "desenvolvidos" sobre aqueles considerados "subdesenvolvidos", como é o caso dos países da América Latina. Essa dinâmica complexa gerou profundas contradições socioeconômicas e políticas nestes países, problemas estruturais que persistem até os dias de hoje.

A noção de uma América Latina sob a ótica hegemônica e homogeneizante do poder levanta questões críticas sobre como as nações latino-americanas foram historicamente percebidas e tratadas. A ideia de "subdesenvolvimento" muitas vezes é imposta a esses países com base em indicadores econômicos e sociais que não levam em consideração a complexidade de suas realidades individuais. Isso levanta

questões sobre quem define os critérios de desenvolvimento e como essas definições afetam as políticas e relações internacionais.

Além disso, a visão homogeneizante da América Latina ignora as vastas diferenças culturais, étnicas e sociais que existem dentro da região. Cada país latino-americano possui sua própria história, identidade e desafios únicos, e a tentativa de aplicar uma abordagem uniforme pode levar à marginalização de grupos e questões específicas em favor de uma visão simplista e generalizada.

A ótica hegemônica do poder muitas vezes resulta em relações desiguais entre a América Latina e outras regiões do mundo, com consequências profundas em termos de dependência econômica e política. Essas relações desiguais podem perpetuar ciclos de pobreza, instabilidade política e desigualdade, tornando ainda mais difícil para os países latino-americanos romperem com os problemas estruturais mencionados no primeiro parágrafo. Portanto, questionar essa visão hegemônica e buscar uma compreensão mais holística da América Latina é fundamental para abordar seus desafios e potenciais de desenvolvimento de maneira mais justa e mais próxima à sua realidade histórica.

Explorar a realidade da América Latina a partir das dinâmicas migratórias, que são em grande parte impulsionadas pelas contradições econômicas e sociais que permeiam a região, nos conduz a uma profunda análise das repercussões das políticas neoliberais na economia desses países e na estrutura de suas sociedades. Nesse contexto, é crucial adotar uma perspectiva centrada no trabalhador proletário, em particular no trabalhador imigrante venezuelano, que foge das crescentes contradições neoliberais que assolam a Venezuela em busca de condições de vida e sobrevivência em outros países latino-americanos.

Essa abordagem nos revela uma notável semelhança nas formações econômico-sociais dessas nações, especialmente no que diz respeito à divisão internacional do trabalho. Essa divisão, por sua vez, molda o caráter exportador de matérias-primas e recursos naturais destas economias, tornando-os os principais elementos da condição de dependência em relação aos países desenvolvidos. Portanto, adotar a perspectiva do trabalhador imigrante venezuelano nos permite entender melhor como as forças do neoliberalismo e a divisão internacional do trabalho impactam profundamente a América Latina.

Como ressalta Marx (2007), o modo de produção da vida material determina o grau de desenvolvimento da vida social. Assim, as implicações que inviabilizaram

as condições de vida para as classes trabalhadoras da Venezuela são resultado direto da estrutura de produção implantada no país, que por sua vez é determinada por uma elite econômica extra fronteira, constituindo relações de dominação e dependência distintas das encontradas em países que gerenciam sua própria força econômica, isto é, os países desenvolvidos. E assim como o modo de produção capitalista tem uma existência histórica, a dependência dos países latino-americanos também é fruto de um processo histórico.

Para análise das particularidades latino-americanas quanto ao capitalismo, emprega-se a categoria de dependência para classificar o posicionamento da América Latina na dinâmica capitalista global. As teorias da dependência foram formuladas entre as décadas de 1960 e 1970, desenvolvidas por duas matrizes metodológicas distintas: a marxista, que tem influência direta na revolução cubana, e Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra como principais referências teóricas; e a que se apoia em Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, partindo das teses cepalinas e com forte influência weberiana (MARTINS, 2011).

Ambas as perspectivas, conforme aponta Martins (2011), visualizam a economia global enquanto um aglomerado de economias nacionais independentes, e que se relacionam por meio do comércio, e nessa teia de relações determinados países assumem posições periféricas e dependentes em relação aos centros hegemônicos.

O enfoque da dependência colocou a questão sob outro prisma, que assinalava que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada constituída por classes e grupos sociais que se articulavam em seu interior, mas que pertenciam, muitas vezes, a estruturas jurídico-políticas distintas. Essa divisão do trabalho se expandia e implicava a circulação de capitais e de mercadorias em seus limites. Os países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam essa circulação e tendiam a ajustar seu aparato produtivo, comercial e financeiro a ela (MARTINS, 2011, p. 230).

Uma das principais características do capitalismo, no contexto do mercado, é a constante competição por lucro e acumulação. Nesse sentido, os monopólios competem entre si e apenas alcançam êxito se apresentarem dinamismo tecnológico, enquanto os países dependentes, ao serem incorporados na divisão internacional do trabalho em dada especialização produtiva, são alvo da competição monopólica,

sofrendo diversas formas de expropriação de seus excedentes e dos valores produzidos (MARTINS, 2011).

As decisões internas, a organização da sociedade e os sentidos de desenvolvimento se tornaram profundamente condicionados pela economia global capitalista, em que as classes dominantes internas formam uma espécie de elo para a relação de dependência. A própria relação dessa elite interna com o capital externo é de dependência, porém, para as classes nacionais se portam como os reais donos dos meios de produção diante de uma exploração parasitária dos trabalhadores. Segundo Martins (2011) as contradições entre essas classes e os monopólios internacionais não são suficientes para levar a uma confrontação, ou mesmo despertar desejos e ambições nesse sentido. “Elas buscavam o compromisso e a negociação”, e para tal, o controle do Estado se torna um importante elemento para “suavizar sua debilidade e buscar melhores condições de inserção mundial” (MARTINS, 2011, p. 230).

Mas por que as classes dominantes dos países dependentes vão optar por essa situação de compromisso que os mantém numa posição inferiorizada na economia mundial? A resposta que vão dar Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, em consonância com a teoria do valor desenvolvida por Marx, é a de que o capital e as forças sociais que historicamente a ele se articularam têm por objetivo o superlucro, ou a mais-valia extraordinária. É isto que dá dinamismo à acumulação de capital e que responde pela introdução do progresso técnico. Dessa forma, cristaliza-se entre as classes dominantes dos países periféricos uma busca de superlucros que se realiza pela associação às bases tecnológicas, financeiras, comerciais e institucionais do capital internacional (MARTINS, 2011, p. 239-240).

Dessa forma, as classes dominantes dos países periféricos buscam na importação de tecnologia estrangeira os subsídios para a apropriação de mais-valia independentemente de sua produção (MARTINS, 2011). Segundo o autor, desse processo resultará que os segmentos da burguesia dependente que se articulam ao capital internacional irão se apropriar de grande parte da mais-valia gerada internamente; as relações econômicas internacionais implicam uma perda de mais-valia por parte da economia nacional pelo ajuste de seus valores ao mercado global; a superexploração do trabalho termina por se generalizar como forma de regulação da força de trabalho para o sustento da taxa de lucro (MARTINS, 2011).

Como destaca Vânia Bambirra (2013), o capitalismo latino-americano se desenvolveu na conjuntura da expansão e evolução do capitalismo mundial, e, em face a esse contexto, assumiu uma estrutura específica, que se configurou em tipos específicos de capitalismo dependente, cujas bases materiais e os sentidos de desenvolvimento foram dados pelo capitalismo estrangeiro. Partindo da conceitualização de Theotônio dos Santos, um dos precursores da categoria de dependência, Bambirra (2013) entende a dependência como uma situação condicionante, na qual um certo grupo de países tem sua economia determinada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, à qual encontra-se submetida.

Apesar de haver uma situação de dependência desde o processo de formação e desenvolvimento dos países latino-americanos, cada etapa possui suas particularidades históricas, seus próprios atores sociais e as características gerais das relações de produção. A colonização, dentro de suas características específicas, por meio do trabalho escravo e das relações mercantis, graças principalmente ao exclusivo metropolitano, cumpriu seu papel histórico em prol do desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles. Nesse período, as colônias luso-espanholas eram totalmente dependentes de suas metrópoles, e com o fim da colonização poucas de fato se tornaram independentes. O fim do processo de colonização não necessariamente trouxe plena autonomia para as ex-colônias, sobretudo do ponto de vista econômico, tendo em vista as consequências óbvias do período colonial.

Como aponta Marini (2017), a América Latina, ao ser forjada no calor da expansão comercial promovida pelo capitalismo nascente, se desenvolve em estreita consonância com o dinamismo capitalista internacional. Enquanto colônia, os países da América Latina, de modo geral, contribuíram para a acumulação dos centros produtores por meio da exportação de metais preciosos e produtos agrícolas, aumentando o fluxo de mercadorias e permitindo o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa.

Todavia, a dependência contemporânea difere da dependência das economias coloniais. Atuando essencialmente, mas não somente, na economia, a dependência é estruturada por um condicionamento de economias dependentes por parte de centros hegemônicos. Este condicionamento, todavia, não é absoluto, mas sim um condicionamento dos parâmetros, dentro dos quais atuam uma série de contradições, cujas ações e interações, choques e lutas fornecem as alternativas históricas de funcionamento aos setores e classes sociais que constituem tais

parâmetros (BAMBIRRA, 2013). Por isso, em cada nação latino-americana iremos observar uma série de elementos diversos, que se relacionam de modo distinto, mas que em termos gerais convergem à reprodução da dependência. Como exemplifica a autora:

no século XIX os países latino-americanos não poderiam ter deixado de ser fundamentalmente exportadores. Mas dentro desses marcos gerais, alguns países obtiveram a independência antes que outros, instalaram regimes políticos diferentes - como a República ou o Império, como no caso do Brasil -, e alguns já começaram a criar indústrias no final do século XIX, enquanto outros não o fizeram. Tais eram as possibilidades estruturais que foram se concretizando, permitidas pelo marco geral da dependência (BAMBIRRA, 2013, p. 41).

No intuito de compor sua análise da categoria de dependência, Vânia Bambirra (2013) propõe uma tipologia para as sociedades dependentes latino-americanas, dividindo-as em dois tipos: A – países com início mais antigo de industrialização (Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia e México; B – países cuja industrialização foi produto da integração monopólica (Venezuela, Peru, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba). O ponto de partida para a tipologia da autora é a industrialização, o que não poderia ser diferente tendo em vista que desde a Revolução Industrial o sentido de desenvolvimento de uma sociedade tem sido dado pela indústria manufatureira, sendo esta a base do capitalismo enquanto modo de produção.

A revolução industrial (...) corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufatura de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas (MARINI, 2017, p. 327).

É a partir desse contexto que as relações da América Latina com os centros hegemônicos vão se estruturar de forma mais bem definida com a divisão internacional do trabalho. Ou seja, é nesse ponto que se configura oficialmente a

dependência, que pode ser compreendida enquanto uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2017, p. 327).

Falar em indústria e América Latina, é falar, de modo geral, em substituição de importações. Foi por esse caminho que se deu a industrialização da maior parte da América Latina. Inicialmente a substituição dos bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais, seguida pela exportação de produtos primários (agrícolas e minerais), orientada para a importação de máquinas e equipamentos necessários para a instalação de fábricas em território nacional, que irão produzir os bens até então importados (BAMBIRRA, 2013). Porém, não somente para os países dependentes, como também para os centros hegemônicos, a indústria em países periféricos foi um fator crucial para a consolidação da grande indústria moderna (MARINI, 2017).

Segundo Marini (2017), os países periféricos foram centrais para o desenvolvimento da indústria nos países europeus, e a colonização foi o veículo necessário para colocar em movimento tal desenvolvimento. Para o autor, todo processo de industrialização supõe uma disponibilidade de produtos agrícolas que permita a especialização da sociedade na atividade especificamente industrial.

No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos (MARINI, 2017, p. 328).

Evidencia-se com isso uma relação de contradição. O desenvolvimento de um está intimamente ligado à exploração do outro; assim como a dependência de um possibilita a hegemonia do outro. A luta de classes que constitui a sociedade, e sobre a qual Marx forneceu uma arguta análise, aparece na estrutura econômica internacional, em que há de um lado os exploradores, países capitalistas e, portanto, dominantes, e de outro os explorados, países que apesar de capitalistas se encontram do lado oposto dos centros hegemônicos, não somente no que se refere à economia, mas também no tocante à cultura e à própria sociedade em geral. Como aponta Martins (2011), a estrutura da dependência é a de uma divisão internacional do

trabalho hierarquizada, que signifique na prática a existência de uma estrutura econômica, social, política e ideológica ao mesmo tempo nacional e internacional, além de bem delimitada no plano econômico mundial. Assim, “o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial” (MARTINS, 2011, p. 230).

A concepção marxiana de História é sem dúvidas a mais eficaz e coerente perspectiva para contemplar o objeto de análise dentro de sua totalidade concreta, e não como mero elemento abstrato. Essa concreticidade torna possível, ao pesquisador, a aproximação real do objeto em questão, permitindo uma maior veracidade e amplitude, visto que, ao contrário de boa parte das perspectivas de análise, não retira a classe operária de sua participação da história vivida. Entretanto, é necessário destacar que esta é profundamente condicionada pelos interesses das classes dominantes. Como aponta Marx (2007):

Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um ardil do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial* (MARX, 2007, p. 40, grifo do autor).

Essa concepção da história, como destaca Marx (2007), consiste em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata, em que os sujeitos trabalhadores estão condicionados. Trazendo para o cenário da Venezuela, isso implica em considerar os trabalhadores venezuelanos no contexto de uma economia rentista caracterizada pelo capitalismo dependente. Essa estrutura enriquece, em diferentes escalas, a burguesia estrangeira e nacional, determinando, por meio da exploração do trabalho, a produção da realidade venezuelana, bem como a reprodução das condições de dependência.

As forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados é privada. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades, e não uniformidades da mesma realidade econômica e social (MARTINS, 2019, p. 80).

As últimas décadas do século XX marcam um período de decadência ou crise econômica para a Venezuela, bem como para alguns países latino-americanos, intensificados, de modo geral, por um crescimento exponencial da dívida externa, contexto que gerou conflitos e discussões na busca por solucionar o problema em questão. Segundo Bandeira (2002), esses países tomaram medidas análogas para renegociarem a dívida externa, tais como as privatizações de empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior. Entretanto, tais medidas contribuíram para um domínio de capital estrangeiro sobre as economias nacionais, sobretudo de capital estadunidense, que, aproveitando-se da questão da dívida externa, estabelece uma relação de dependência desses países para com seus investimentos. (BANDEIRA, 2002).

Como ressalta Machado (1999), a história econômica dos países latino-americanos é de um crescente endividamento externo, que se configura em uma maior e mais sólida submissão ao capital externo. Assim, o que antes era denominado de desenvolvimento/subdesenvolvimento, passa a ser entendido como uma relação de dominação e dependência, dando um sentido de continuidade à colonialidade nos países latino-americanos, porém, com uma nova forma e estrutura de produção e exploração. Dessa maneira, a história do subdesenvolvimento, ou melhor, da dependência latino-americana, é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, nos moldes hoje conhecidos. (MARINI, 1990).

Azeredo (2003) ressalta que, em meio à crise econômica e ao endividamento externo nas últimas décadas do século XX, o governo da Venezuela toma uma série de medidas neoliberais, em conformidade às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo dos Estados Unidos. Essas medidas provocam uma aparente melhoria macroeconômica, que não teve qualquer repercussão na vida do trabalhador comum, período com taxa de crescimento do desemprego e subemprego, bem como do empobrecimento da população. Por conseguinte, a dependência econômica da Venezuela, bem como de outros países latino-americanos, ocorre a partir da difusão do neoliberalismo na economia política, que se dá por meio da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho venezuelana.

Assim, o trabalhador segue tendo sua vida determinada pelos modos de produção, que por sua vez se orientam pelo e para os interesses burgueses aliados aos interesses estatais. Como aponta Marx (2007), a classe que tem à sua disposição os meios de produção material, também dispõe sobre os meios de produção espiritual.

Nesse sentido, a dominação da classe burguesa sobre a classe operária não se dá somente por vias econômicas, sendo necessário também que estes dominem como pensadores e produtores de ideias. Essa estrutura é indispensável para a construção de uma falsa consciência da realidade, bem como da exploração dos recursos naturais, que são, no contexto da Venezuela, propriedade estatal; apesar disso, a exploração e produção de Petróleo, bem como a exportação de ferro e outros recursos, são gerenciados pelo capital externo (GALEANO, 2019), o que acentua e reproduz o capitalismo bem como a condição de dependência, que ocorre no âmbito das contradições. Como aponta Martins (2019, p. 80),

O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas.

Eduardo Galeano (2019) atrela a dependência da economia da América Latina aos interesses do capitalismo estadunidense nos recursos naturais encontrados, sobretudo, no subsolo latino-americano, como os recursos minerais e energéticos, que, no caso da Venezuela, destacam-se o Ferro e o Petróleo. Segundo o autor, o domínio exercido pelas forças norte americanas sobre esses recursos, produziu uma série de conflitos, expropriações e golpes de Estado na América Latina, como a Ditadura Militar vivenciada no Brasil que, estimulada pela burguesia nacional, contribuiu para assegurar os interesses dos Estados Unidos no solo brasileiro, praticamente doando as terras brasileiras para a exploração capitalista. Como destaca Galeano (2019, p. 193-192), "No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining-Co."

Na Venezuela também se observam essas características dos governos que terceirizam a exploração dos recursos naturais à exploração estrangeira. No que tange à exploração do petróleo, Galeano (2019) ressalta que as filiais da Venezuela produziram no ano de 1957 mais da metade dos ganhos da Standard Oil (Nova Jersey - EUA), em todos os lugares, e a metade dos ganhos da Shell no mundo inteiro. Desse modo, a riqueza natural venezuelana, bem como de outros países da América Latina

com petróleo no subsolo, tornou-se o principal instrumento de dominação econômica, dependência financeira, servidão política e degradação social. (Galeano, 2019).

Entretanto, a exploração desses recursos é recente, e outros fatores, historicamente construídos, condicionam as relações de dependência na América Latina. Os países latino-americanos, de modo geral, a partir dos desdobramentos históricos a contar do ataque dos colonizadores europeus, passando por toda a exploração mercantil do período colonial, pelos movimentos emancipatórios e transformações políticas e econômicas internas, construíram e estruturaram um mercado interno próprio. Assim, apesar de a base material em que se alicerça a industrialização desses países ter se orientado pelas vias do capitalismo estrangeiro, isso ocorre dentro das condições internas existentes (Bambirra, 2013), construídas historicamente nesses países a partir das contradições sociais existentes nos modos de produção e nas relações trabalhistas moldadas sob a herança colonial. O que ocorre, como ressalta Bambirra (2013), é uma intensificação e agravamento das contradições econômicas existentes, que gera novas contradições e constituem um fator de crise generalizada nos países da América Latina, como ocorreu na história recente da Venezuela.

Stavenhagen (2014), apontando e discutindo sete teses equivocadas sobre a América Latina, destaca a errônea afirmação de que o possível desenvolvimento e progresso latino-americano se realizaria a partir da difusão de produtos do industrialismo nas zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais. O autor argumenta que, no contexto do capital, a difusão desse industrialismo já ocorre na América Latina há mais de quatrocentos anos, e que mesmo assim o continente, à exceção de “certos focos dinâmicos de crescimento”, está mais subdesenvolvido do que nunca. Assim, a tese correta, nas palavras do autor, seria: “o progresso das áreas modernas urbanas e industriais da América Latina se faz às custas das áreas atrasadas, arcaicas e tradicionais.” (STAVENHAGEN, 2014, p. 162).

Nesse sentido, para compreender a fundo a crise contemporânea que atinge a Venezuela, país vizinho e fronteiro ao Brasil, com o qual possui certas proximidades, é necessário, além de avaliar as questões econômicas supracitadas, visualizar essas contradições sob a perspectiva da classe operária, que vivencia cotidianamente essa problemática, pois, partindo da concepção marxista, entende-se que o indivíduo social, mesmo inserido em uma sociedade que o condiciona em suas relações e em suas ações, possui uma consciência ativa, que, por sua vez, é dotada

de um caráter social (VIANA, 2007b). Ao passo em que o modo de produção da vida material determina e condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual, não será a consciência dos indivíduos que irá determinar seu ser, mas sim o seu ser social que irá determinar sua consciência. (MARX, 1977).

Além da proximidade geográfica, Brasil e Venezuela compartilham algumas proximidades históricas e econômicas. A dependência econômica e a exploração presente em ambos como um fruto da história colonial evidenciam as consequências de séculos de exploração imperialista na construção de suas estruturas econômicas e sociais. A Venezuela, rica em recursos naturais, foi um ator crucial no sistema mundial de produção e distribuição de petróleo desde o século XX, no contexto do capitalismo global. Gunder Frank (1980) argumenta que a industrialização dos países latino-americanos foi, em grande parte, uma resposta à demanda internacional por matérias-primas e recursos naturais, e não um sinal de desenvolvimento genuíno. O autor ainda

ênfatisa a dependência subordinada destas áreas, inclusive da América Latina, no interior do desenvolvimento capitalista mundial, enquanto causa do desenvolvimento de seu subdesenvolvimento. A idéia básica do autor, em sua análise econômica da dependência, era de que a industrialização que ocorria na América Latina correspondia tão somente a uma nova modalidade de exploração secular que o imperialismo impunha aos trabalhadores da região subdesenvolvida, em aliança com a elite local. Nesta, o processo de acumulação era indissociável da expansão capitalista internacional e do imperialismo, e constituía parte de um processo que apenas enriquecia os países desenvolvidos e a pequena elite dominante local que os representava. O sistema capitalista mundial funciona na base da formação e exploração de um conjunto de satélites e subsatélites, que se reproduzem dentro de cada país, formando subsistemas de exploração domésticos ligados ao sistema mundial (Rostoldo, 2021, n.p).

Nesse sentido, ao olhar a Venezuela sob a ótica da totalidade histórica, percebe-se que a atual situação de crise tem raízes históricas profundas. E a proximidade geográfica do Brasil com a Venezuela torna o Brasil diretamente afetado por essa crise, devido aos significativos fluxos migratórios e à pressão em seus recursos e serviços básicos. Apesar de ter uma economia maior e mais diversificada, o Brasil não está imune à lógica da dependência que permeia a região. A história colonial comum entre esses dois países também desempenha um papel fundamental em suas dinâmicas atuais. Ambos foram colônias de impérios europeus que

exploraram seus recursos naturais e populações locais para enriquecimento próprio. A herança desse passado colonial continua a se manifestar nas estruturas de poder, na desigualdade social e nas relações econômicas desiguais entre essas nações e o mundo desenvolvido.

Ambos os países compartilham uma história de exploração imperialista e dependência econômica que se manifestou ao longo dos séculos. A exploração de recursos naturais, a desigualdade social e a subordinação a interesses externos continuam a ser características proeminentes. No ciclo histórico, as elites locais muitas vezes desempenham um papel central na perpetuação dessa dependência, alinhando-se com interesses econômicos globais em detrimento da maioria da população. Assim, a história cíclica da América Latina, à luz das teorias marxistas, revela a persistência das estruturas de exploração e dependência, apesar das mudanças de contexto e de atores políticos.

Para ilustrar a atualidade desse ciclo histórico, podemos observar as complexas relações econômicas entre o Brasil e a Venezuela, onde os recursos naturais venezuelanos, como o petróleo, são explorados para beneficiar não apenas as elites locais, mas também atores internacionais, enquanto as massas populares enfrentam as consequências dessa dinâmica, refletindo a continuidade das relações de dependência no contexto latino-americano.

Além disso, os países historicamente, em especial a partir da década de 1990, vão se aproximar política e economicamente (Rocha, 2002). Segundo Rocha (2002), durante a referida década, a política externa brasileira, em decorrência dos processos de globalização e da influência do neoliberalismo na América Latina buscou dois eixos principais de ação. De um lado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com o intuito de promover a inserção competitiva dos países membros na economia mundial, aumentando a produtividade e atraindo mais investimento externo; e por outro lado o autor sugere à percepção do país enquanto um pequeno *global trader*, com interesse em normas garantidoras de acesso a mercados com determinadas regras multilaterais de comércio, no intuito de inibir práticas abusivas unilaterais por parte dos países economicamente mais poderosos. É nesse contexto que o governo brasileiro se empenha em parcerias com os demais países do cone sul e no processo de criação do MERCOSUL.

Em linhas gerais, a aproximação entre Brasil e Venezuela teve maior impacto na virada do século XX para o século XXI. Rocha (2002) destaca alguns pontos importantes dessa aproximação:

- A intensificação dos encontros políticos de alto nível (encontros presidenciais e ministeriais);
- A instalação da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), presidida pelos respectivos chanceleres, com diversas reuniões, e instituição de 13 Grupos de Trabalho (GTs de cooperação binacional nas áreas de cultura, demarcação de fronteira, cooperação técnica, combate ao tráfico de entorpecentes, transportes, entre outras);
- A assinatura do Acordo de Cooperação econômica, de Promoção de Investimento, de Transporte Internacional Terrestre e o de Cooperação em Matéria Fitossanitária;
- Projetos de integração e cooperação, como a pavimentação da BR-174, entre Manaus e a fronteira com a Venezuela, o de interconexão elétrica entre os dois países e o de “zonificação econômico-ecológica” da região de Santa Elena de Uairén-Pacaraima, bem como de recuperação de áreas degradadas pela mineração;
- A transformação da Venezuela no principal fornecedor de petróleo e derivados ao Brasil, com uma média de 125 mil barris diários;
- As negociações para a criação de uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina (Rocha, 2002, p. 134).

Os acordos econômicos e comerciais, como o Acordo de Cooperação Econômica e o de Promoção de Investimentos, são indicativos do desejo de fortalecer os laços econômicos entre os dois países. O Brasil se beneficiou do fornecimento de petróleo e derivados da Venezuela, enquanto a Venezuela buscou diversificar suas relações econômicas em meio a mudanças na dinâmica geopolítica global. A busca por uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina é um exemplo de como as relações bilaterais podem se desdobrar em uma esfera regional mais ampla, buscando a integração econômica em um contexto mais amplo. Isso reflete o desejo de promover o comércio e a cooperação não apenas entre o Brasil e a Venezuela, mas também em uma escala regional.

As relações vão se aproximar na virada no século. Todavia, Rocha (2002) aponta que desde 1994 o Brasil buscava certa aproximação com a Venezuela, o que ficou conhecido no período como “Alternativa Venezuelana”. Com Hugo Chávez no poder, os laços entre os países vão se estreitar.

Essa era uma carta guardada como uma alternativa, pelo governo brasileiro, desde o governo Sarney, quando foi dado início ao processo de aproximação com a Argentina objetivando à criação do

MERCOSUL. Naquela ocasião, setores do governo brasileiro imaginavam, caso a Argentina não respondesse favoravelmente aos estímulos no sentido de uma maior integração, começar o processo pela Venezuela, ao norte. Em um primeiro momento, ocorreu uma maior aproximação, por meio da articulação de uma ampla gama de instrumentos internacionais, que facilitaram múltiplas interconexões no âmbito viário, empresarial, militar, cultural e energético. Os 300 milhões de dólares do comércio bilateral existente no início da década de 1990 alcançaram o montante de 2 bilhões de dólares em ambos os sentidos (Rocha, 2002, p.129).

Rocha (2002) apresenta um interessante contexto histórico das relações entre o Brasil e a Venezuela, destacando as dinâmicas de dependência e as estratégias adotadas pelo governo brasileiro. Em primeiro lugar, é notável que o governo brasileiro tenha mantido a carta da Venezuela como uma alternativa estratégica no processo de integração regional, datando desde o governo Sarney, durante o início do estabelecimento do MERCOSUL. Essa atitude evidencia a importância dada à busca por parceiros e opções de mercado em meio a uma região de economias interconectadas, refletindo a compreensão da dependência das nações latino-americanas em relação às economias desenvolvidas.

O crescimento substancial nas relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela, como evidenciado pelos números do comércio bilateral, reflete a importância econômica da integração regional. O aumento de US\$ 300 milhões para US\$ 2 bilhões de dólares em ambos os sentidos em uma década demonstra o impacto positivo da cooperação e integração nas economias desses países. Isso pode ser visualizado enquanto tentativa de reduzir os danos provocados pelo capitalismo dependente, buscando parcerias regionais mais estreitas e maior competitividade no mercado global.

Essa aproximação entre os países, aponta Rocha (2002) veio também como resposta a alguns anseios da região amazônica.

A carência de sistemas de integração de infra-estrutura na América Latina é muitas vezes apontada como um dos fatores contrários ao crescimento do comércio intra-regional e da própria região com o resto do mundo. Neste sentido, o declínio relativo da participação no comércio internacional é revelado em números bastante sugestivos. Da década de 1950 para cá, a participação da região no comércio mundial declinou de 12% para menos de 3,5%. A aceleração do processo de criação de uma infra-estrutura de transportes, energia, comunicações e comércio seria de fundamental importância para a região. Para isso, um dos pontos mais importantes no processo de

adensamento das relações entre o Brasil e a Venezuela é a conclusão da pavimentação da estrada BR-174, a qual se trata de uma rodovia que liga Manaus a Santa Elena, passando por Boa Vista. Essa mesma rodovia continua, no lado venezuelano, até Puerto Ordaz, que é uma região onde se concentram empresas de aço, ferro, alumínio e uma usina hidroelétrica.

A pavimentação da rodovia BR-174, que liga Manaus a Santa Elena, passando por Boa Vista, é apontada como um elemento crucial no adensamento das relações entre o Brasil e a Venezuela. Além de fortalecer as conexões entre esses dois países, a rodovia também se estende até Puerto Ordaz, na Venezuela, uma região industrial com destaque nas áreas de aço, ferro, alumínio e energia hidrelétrica. Isso realça como a infraestrutura de transporte desempenha um papel fundamental na promoção do comércio, na criação de oportunidades econômicas e no fortalecimento das relações bilaterais.

Além disso, é importante destacar que, nos últimos anos, durante a crise na Venezuela, essa rodovia desempenhou um papel significativo no fluxo de imigrantes venezuelanos para o Brasil. A falta de sistemas de integração de infraestrutura na América Latina tornou desafiador o gerenciamento dessa situação, com pressões sobre serviços públicos, recursos e políticas de migração. A infraestrutura de transporte desempenha, portanto, um papel crucial na capacidade dos países de lidar com movimentos populacionais, além de facilitar o comércio e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, é importante notar que a chegada do grande contingente imigrante venezuelano pode ser apontada como um fenômeno possível dentro de tais parâmetros graças às aproximações políticas e econômicas entre Brasil e Venezuela, afinal, uma infraestrutura construída para o transporte intenso de mercadorias, comporta o fluxo intenso de imigrantes. A chegada do grande contingente de imigrantes venezuelanos ao Brasil, em um contexto de infraestrutura orientada para o transporte de mercadorias e de uma economia fortemente marcada pelo neoliberalismo, é um fenômeno que merece uma análise crítica mais aprofundada. Enquanto a construção de infraestrutura é frequentemente apresentada como um sinal de progresso econômico e modernização, é importante considerar a maneira como ela é moldada pelas práticas do capitalismo e do neoliberalismo, frequentemente priorizando o comércio e o lucro em detrimento das necessidades humanas e sociais.

O investimento em infraestrutura muitas vezes serve aos interesses do capital, facilitando a exploração de recursos naturais, o transporte de mercadorias e a expansão dos mercados. Isso pode ser acompanhado por um processo de privatização e desregulamentação, que pode levar a uma concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. A infraestrutura, concebida originalmente para o comércio, pode, assim, se tornar um instrumento que reforça as desigualdades e perpetua as práticas neoliberais que favorecem o capital.

No entanto, é importante reconhecer que essa mesma infraestrutura, orientada para o transporte, também possibilita a migração de pessoas em busca de oportunidades e refúgio. O fluxo intenso de imigrantes venezuelanos para o Brasil é um exemplo disso. Embora o capitalismo e o neoliberalismo muitas vezes tenham contribuído para a criação de desigualdades que forçam as pessoas a deixarem suas terras de origem em busca de uma vida melhor, a mesma infraestrutura pode oferecer uma rota para a esperança e a sobrevivência.

Em última análise, a chegada dos imigrantes venezuelanos ao Brasil, dentro dessas circunstâncias, destaca a complexidade das dinâmicas do capitalismo, da infraestrutura e da migração. Enquanto o capitalismo frequentemente perpetua desigualdades e exploração, a infraestrutura construída para atender aos interesses do capital pode, paradoxalmente, fornecer um meio de escape e esperança para aqueles que buscam melhores condições de vida.

No entanto, vale notar que a situação política e econômica na Venezuela sofreu uma transformação significativa após a década de 1990, e a crise atual do país tem impactos profundos nas relações bilaterais com o Brasil e a região em geral. A dependência econômica da Venezuela em relação ao petróleo e as mudanças políticas no país demonstram como as dinâmicas de dependência podem ser voláteis e sujeitas a flutuações. Em resumo, a análise das proximidades históricas entre o Brasil e a Venezuela, sob a lente do capitalismo dependente e das teorias marxistas sobre a ciclicidade da história, revela a persistência de estruturas de exploração e dependência que têm raízes profundas na história colonial e continuam a moldar o desenvolvimento dessas nações na era contemporânea.

2. EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA VENEZUELA: A CONSOLIDAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

A crise venezuelana é um dos eventos mais significativos e impactantes da América Latina nas últimas décadas. Ela desencadeou uma onda massiva de migração, que tem tido consequências profundas em toda a região. Para compreender plenamente esse fenômeno, é essencial analisar a crise venezuelana e a migração sob a ótica da dependência, um conceito que se originou nos estudos de desenvolvimento econômico e que se tornou fundamental para entender as dinâmicas globais e regionais.

A dependência, no contexto da crise venezuelana, refere-se à relação econômica e política assimétrica entre a Venezuela e os países que recebem os imigrantes venezuelanos. Historicamente, a Venezuela dependeu fortemente da exportação de petróleo, uma indústria que representava a espinha dorsal de sua economia pouco diversificada. No entanto, a queda dos preços do petróleo e uma série de políticas econômicas ineficazes, somadas às sanções norte-americanas, levaram o país a uma crise econômica devastadora. Isso não apenas minou a capacidade do governo venezuelano de prover serviços públicos básicos, mas também provocou uma deterioração nas condições de vida dos cidadãos, resultando em uma onda de migração sem precedentes.

A migração venezuelana, assim, deve ser compreendida como uma resposta direta à dependência da Venezuela no petróleo e à sua incapacidade de diversificar a economia. A dependência econômica, por sua vez, tem implicações políticas, uma vez que ela frequentemente resulta em um Estado que se torna excessivamente centralizado e burocrático, com um controle crescente sobre a economia e as instituições. No caso venezuelano, isso levou a uma concentração de poder nas mãos do governo, o que, por sua vez, contribuiu para a deterioração das instituições democráticas e a crescente repressão política.

Outro aspecto importante da dependência na crise venezuelana é a relação com os países receptores de imigrantes. Muitos países da América Latina dependem das exportações de petróleo venezuelano e, por isso, têm relações comerciais e políticas estreitas com o governo venezuelano. Isso criou um dilema para esses países, já que a crise humanitária e a migração em massa representam um desafio às suas políticas internas e externas. Eles devem equilibrar o compromisso com os

direitos humanos e a ajuda humanitária com seus interesses econômicos e políticos, o que muitas vezes leva a complexos dilemas diplomáticos.

Em resumo, a crise venezuelana e a migração que dela resultou são intrincadamente ligadas à ótica da dependência, uma vez que a dependência econômica e política da Venezuela no petróleo tem desempenhado um papel central na origem e na evolução dessa crise. Entender essa perspectiva é fundamental para analisar o impacto da crise venezuelana não apenas na Venezuela, mas também em toda a região. Neste capítulo, exploraremos como a dependência moldou a crise venezuelana e a migração associada, e como os atores regionais e internacionais têm respondido a essa complexa situação.

2.1 TRAJETOS E TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA VENEZUELANA DO SÉCULO XX

Ciro Flamarion Cardoso, analisando a História Econômica da América Latina, observou que os fatores de transformação social e econômica, ao fim do século XIX, em um século marcado pelos processos de independência e abolição do trabalho escravo, pouco de fato modificou, no que se refere ao contexto dependente das nações latino-americanas. Segundo o autor, “poucos processos de nossa história apresentam a complexidade e variedade de situações deste período de passagem de uma situação dependente a outra, que se estende, segundo os casos, ao longo de um século” (Cardoso, 1983, p. 137).

Os alicerces básicos dessas mudanças empreitadas no século XIX foram a abolição da escravidão, a reforma liberal e a colonização de áreas “vazias”. Para Cardoso (1983), em nenhum outro país da América Espanhola as transformações do século XIX e as guerras de independência trouxeram como consequências vastas destruições, e no contexto venezuelano tais destruições foram temperadas por governos ditatoriais, que com a premissa do “progresso”, asseguraram a exploração estrangeira no país. Novas conquistas, pautadas em novos discursos, mas reproduzindo as relações de dependência que parecem nunca cessar na América Latina.

Como aponta Eduardo Galeano, “a divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder” (Galeano, 2019, p. 17). E nessa dialética histórica, os países latino-americanos nunca transpuseram

os limites que separam os ganhadores e perdedores, em outras palavras, os exploradores e os explorados, e um dos principais fatores que permeiam tal estrutura é a relação de dependência que parece se reproduzir não somente pela economia e política, como também pela mentalidade latino-americana. O autor continua:

Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que se ganha a América Latina ao produzi-los (Galeano, 2019, p. 17).

Observa-se, nesse cenário, um parco e tutelado desenvolvimento, que carece não somente de tecnologia e investimentos próprios, como também de objetivos e metas nacionais separadas de interesses estrangeiros, o que é mais evidente em alguns países que outros, como no caso da Venezuela. Segundo Leslie Bethell (2002), o desenvolvimento político, econômico e social da Venezuela, durante o século XX, foi um caso excepcional entre os países da América Latina. Apesar de a base da economia nacional ser durante o século XIX e início do século XX a agricultura, partilhada entre a exportação de café e de cacau, o processo de modernização capitalista não ocorreu em decorrência dessa estrutura produtiva, que produziu uma modesta riqueza nacional.

Durante a virada entre o século XIX e XX, a economia venezuelana assistiu a um pequeno crescimento, que ocorreu no contexto da ditadura do caudilho Cipriano Castro (1899 – 1908), em que as empresas estrangeiras atingiram um patamar mais elevado de exploração no país. Com a exportação de asfalto sendo o principal atrativo para as empresas estrangeiras, que já estudavam o potencial mineral e energético do país, essas companhias obtiveram acesso aos recursos naturais venezuelanos, sendo que para tal o uso de governos ditatoriais e autoritários fora crucial. Nas palavras de Galeano (2019, p. 17), “quanto mais liberdade se concede aos negócios, mais cárceres precisam ser construídos para aqueles que padecem com os negócios.”

As bases que antecederam a estrutura política, econômica e social, na qual Cipriano Castro pode governar, foram fundamentalmente a consolidação do latifúndio na economia venezuelana, processo acompanhado de uma intensa concentração de terras, tomada de territórios indígenas e venda de terras públicas (Cardoso, 1983). Segundo o autor, várias foram as medidas que buscaram consolidar o poder oligárquico e a concentração de terras. O pensamento liberal se consolida ainda no ano de 1870, com o triunfo de Guzmán Blanco, também conhecido como "ilustre americano", que buscou instaurar um sólido poder oligárquico pautado em uma aliança com os caudilhos regionais, "que tinha suas principais engrenagens nos subsídios do governo central, derivados do monopólio estatal das minas e em um programa de obras públicas que acentuou a dependência ante o governo nacional" (Cardoso, 1983, p. 173). Ele foi um dos responsáveis por direcionar a política venezuelana rumo a democracia, além de fortalecer o café, que esteve em crise durante a segunda metade do século XIX.

Ao final da guerra civil, em 1870, Guzmán Blanco foi designado presidente pelo colégio eleitoral convocado por seu pai. Governou de 1870 a 1877, de 1879 a 1884 e, novamente, no chamado período da aclamação, de 1886 a 1888, quando foi, finalmente, deposto. Durante seu mandato houve algumas evoluções em direção à democracia, com a realização de eleições regionais e um processo de modernização da economia, com a transformação do café em pilar da economia nacional (Neves, 2010, p. 39).

Em meio a uma crise política que ocorreu ainda na década de 70, o sistema estabelecido por Blanco foi posto em prova, porém não em cheque. Na década seguinte, Guzmán Blanco o reforçou ao criar o Conselho Federal, órgão no qual foi atribuído aos caudilhos cargos de responsabilidade e confiança, delineando uma intensa centralização do poder. Apesar de suas ideias serem cercadas pela ideologia liberal, Blanco foi um dos políticos venezuelanos que buscou, pelo menos até certo ponto, alinhar suas práticas com os ideais históricos de Simon Bolívar (Ferreira, 2006).

Segundo a autora, Blanco também foi responsável por estabelecer a instrução pública, obrigatória e gratuita - o que se alinha aos ideais educativos de Bolívar -, instituiu uma moeda nacional vigente até os dias atuais, o Bolívar, fomentou a formação de uma legislação civil, investiu na produção agrícola e na construção de linhas férreas. Ou seja, observa-se um esforço em direção a democratização da sociedade venezuelana, ao passo em que contribuiu para modernização capitalista da economia

e das relações sociais. Por isso que, como aponta Ferreira (2006), como consequências a esse período tem-se a concentração de terras, tendo em vista que Blanco não resolveu a questão agrária, apesar de estar em pauta nos movimentos sociais desde 1840, e a estagnação dos trabalhadores camponeses que não alcançaram melhorias durante esse período.

Entretanto, dentre suas principais decisões políticas, destaca-se o esforço por uma modernização acompanhada de uma centralização e unificação do Estado nacional, algo que se repetiria nos governos sucessores, porém sem comparação quanto a amplitude e eficácia do empreendimento (Ferreira, 2006). Na visão de Ciro Flamarion Cardoso:

A época de Guzmán Blanco (1870-1887) se caracterizou por uma penetração completa do liberalismo nas instituições: criação do registro civil, proclamação do ensino laico, vários conflitos com a Igreja que são liquidados com o triunfo completo do Estado. A abolição dos censos, assim como de qualquer empréstimo feito por instituições religiosas com garantia hipotecária, decretada em 1870, resultou ser na prática uma concessão muito débil a favor dos fazendeiros. Os interesses comerciais continuaram dominando o governo e a falta de crédito dos agricultores tampouco foi solucionada. O progresso material é consolidado pela prosperidade das exportações nos anos 1872-1875 e pela afluência de capital estrangeiro a partir de 1880. Estendem-se os telégrafos, inaugura-se a estrada de ferro La Guaira-Caracas (1883); não se deve esquecer, porém, que a dependência a uma cultura única de exportação, o café, era quase absoluta e traria na década seguinte amargas experiências. (Cardoso, 1983, p. 173-174).

O fim do século XIX e início do século XX foi profundamente marcado por tais consequências, em que as transformações econômicas foram motivadas por governos ditatoriais, em um período chamado de "domínio dos andinos" (Neves, 2010). Nesse período, aponta o autor, o poder venezuelano foi exercido por militares das Forças Armadas, oriundos do estado de Táchira, porção andina do território da Venezuela, tendo como principal figura o general Juan Vicente Gómez. Inicialmente o poder foi conquistado pelos andinos no ano de 1899, a partir da ocupação de Caracas pelo general Cipriano Castro, por meio de uma guerra civil, que foi chamada por Castro de "revolução liberal restauradora". Porém, aponta Neves (2010), apesar de usar o liberalismo como propaganda ideológica, Cipriano Castro articulou até meados de 1908 um governo centralista e autoritário.

Entre os principais eventos de seu governo – marcado por revoltas internas, principalmente as lutas da chamada “revolução libertadora”, e intervenções externas – estão a crise com o setor financeiro, a tentativa de derrubar o governo da Colômbia para restaurar a Grã-Colômbia e as desavenças com credores internacionais que quase resultam em intervenção estrangeira (Neves, 2010, p. 40).

Teve certos problemas internos e externos, como as conturbadas relações internacionais, que só alcançariam estabilidade com o governo seguinte de Juan Vicente Gómez. Em ambos os governos, contudo, observa-se duas características centrais em comum: em primeiro lugar são governos ditatoriais e autoritários, e em segundo lugar, esses governos contribuíram para o acesso de companhias estrangeiras aos recursos naturais venezuelanos. Cipriano Castro, como mencionado anteriormente, foi crucial para que as economias estrangeiras intensificassem a exploração e exportação de asfalto,

y a partir de 1914, bajo la dictadura de otro caudillo de Táchira, Juan Vicente Gómez (1908-1935), la economía de Venezuela comenzó a experimentar una singular transformación con el descubrimiento de ricos yacimientos de petróleo en la provincia occidental de Zulia y en la región costera del este (Bethell, 2002, p. 301).⁴

Todavia, aponta a autora que os efeitos da indústria petrolífera no país, tanto os positivos quanto os nocivos, só se tornariam totalmente evidentes após a morte de Gómez. Até esse período, o fortalecimento do governo central, bem como a expansão da atuação governamental pelo país foram os principais efeitos observados. Os padrões econômicos e a estrutura de classes, por sua vez, registraram ligeiras mudanças nesse período, ligadas principalmente a ofertas de novos empregos no segmento petrolífero, e a pequenas ascensões de classe de grupos ligados a Gómez e às concessões realizadas a empresas estrangeiras (Bethell, 2002).

Em 1908, outro general, Juan Vicente Gómez (1908-1935) toma o poder através de um golpe palaciano, todavia, diferentemente do período anterior, a Venezuela começa a se converter num país petrolífero com o descobrimento de ricos poços, num Estado com um crescente potencial fiscal, financeiro e monetário, que desde então começa a colocar o poderio político e econômico do caudilhismo em crise. Dado o enorme potencial estratégico em torno da extração petrolífera, o capital investido nesta atividade é predominantemente

⁴ Tradução nossa

estrangeiro, portanto, ao contrário Castro, Gómez reconheceu grande parte das exigências feitas pelas potências imperialistas (Seabra, 2010, p. 53).

Galeano (2019) destaca o surgimento do petróleo como importante fonte de renda no governo de Gómez, e a euforia que resultou dessa nova modalidade de exploração e enriquecimento das indústrias estrangeiras, bem como dos grupos e elites locais ligados a elas. Segundo o autor, por volta de 1917 o petróleo já coexistia com os grandes latifúndios tradicionais, “as imensas áreas despovoadas e de terras ociosas, onde os fazendeiros vigiavam o rendimento de sua força de trabalho chicoteando os peões ou enterrando-os vivos até a cintura” (Galeano, 2019, p. 238-239). Desse modo, o início do século XX, nas figuras de Cipriano Castro e Juan Vicente Gómez, pode ser considerado um contexto de transição econômica, no qual o petróleo gradualmente foi despontando e ganhando força na economia nacional venezuelana, até se tornar sua principal base de riqueza.

Em fins de 1922, irrompeu o poço La Rosa, que jorrava 100 mil barris por dia, e se desencadeou a tormenta petroleira. Brotaram as sondas e os guindastes no lago de Maracaibo, subitamente invadido por estranhos equipamentos e homens com capacetes de cortiça; afluíam camponeses e se instalavam naqueles solos ferventes, entre tambores e latas de óleo, para oferecer seus braços ao petróleo. Os sotaques de Oklahoma e do Texas ressoavam pela primeira vez nas planícies e nas matas, até nas mais ocultas comarcas. Setenta e três empresas surgiram num santiamém (Galeano, 2019, p. 239).

É um evidente processo de modernização, que ocorre sob os moldes da economia capitalista. As regiões verdes e naturais começam a dar lugar às paisagens cinzas e movimentadas. A poluição se espalha pelos rios e lagos, e não é mais incomum a presença de estrangeiros pelas regiões centrais e remotas do país. A construção de linhas férreas ainda no século XIX tornou possível o acelerado crescimento econômico da primeira metade do século XX. As empresas estrangeiras que se instalaram beberam diretamente dos resultados da modernização. Porém, nessa enorme fonte de riqueza, que jorrava aos milhares a cada novo ponto de exploração, os próprios venezuelanos mal conseguiram sanar sua sede. Se em meados da segunda metade do século anterior havia uma grande dependência da força estatal para a organização da economia, no início do século XX a dependência

de capital estrangeiro tornou alheio ao petróleo, quase estrangeiros, os trabalhadores venezuelanos.

Nesse contexto, foi substancial a presença de Juan Vicente Gómez, “o rei do carnaval das concessões” nas palavras de Eduardo Galeano (2019). Como aponta o autor, enquanto as torrentes negras jorravam aos montes, Gómez retirava ações petroleiras de seus bolsos empanturrados, presenteando amigos, aliados e familiares, “seus cortesãos, o médico que cuidava de sua próstata e os generais que cuidavam de suas costas, os poetas que cantavam sua glória e o arcebispo que lhe dava permissão para comer carne na Sexta-Feira Santa” (Galeano, p. 239).

A presença de abundantes reservas de petróleo e o vasto potencial de exportação desse recurso natural deram início a concessões para empresas estrangeiras já em 1909. Segundo o economista venezuelano Felipe D. Maza Zavala, o processo conhecido como a “dança das concessões” e o uso de cidadãos venezuelanos como “testas de ferro” para a alocação de extensas áreas de exploração evidenciaram uma disputa interpessoal, particularmente entre empresas britânicas e norte-americanas, pelo controle do recurso natural venezuelano. O General Gómez desempenhou um papel político fundamental na garantia dos interesses norte-americanos na exploração do petróleo, especialmente após a Primeira Guerra Mundial (Seabra, 2010).

Conforme apontado por Seabra (2010), a decisão de tornar a exploração de petróleo o elemento central do desenvolvimento econômico da Venezuela desencadeou transformações significativas nos âmbitos global, nas relações de classe internas e na própria estrutura estatal venezuelana. Nesse contexto, o autor destaca três marcos cruciais que definem essa profunda transformação política, econômica e social. O primeiro ocorreu em 1917, com a primeira exportação comercial de petróleo bruto, sinalizando a entrada do país no mercado global de energia. O segundo marco relevante foi a perfuração do poço de *Los Barrosos*, no Estado de Zulia, em 1922, marcando o início da exploração em grande escala. Finalmente, em 1925, com a substituição das exportações de café e cacau pela exportação de petróleo como a principal fonte de receita do país, consolidou-se a virada na balança de exportações. Essas datas representam momentos cruciais que não apenas moldaram a economia venezuelana, mas também redefiniram seu papel no contexto global, suas dinâmicas de classe e a relação entre o Estado e o setor petrolífero.

Ainda segundo Seabra (2010), por volta de 1930, as exportações de petróleo representavam uma impressionante parcela de 86,1% do total das exportações venezuelanas, enquanto as exportações "tradicionais" de café e cacau respondiam por apenas 7,1%. Nesse cenário, a Venezuela já se destacava como o principal exportador de petróleo global, com a presença de 107 companhias estrangeiras operando em seu território. Curiosamente, embora houvesse um grande número de empresas estrangeiras atuando no setor, observava-se uma tendência à concentração do capital na exploração de petróleo, uma vez que três gigantes corporativos, nomeadamente a *Royal Dutch Shell*, *Gulf* e *Standard Oil*, detinham conjuntamente impressionantes 98% do mercado de exportação. Esses números revelam o fenômeno da centralização do capital no setor petrolífero venezuelano, que merece uma análise profunda para compreender suas implicações na economia e na política do país. Em um contexto mais amplo, isso também suscita questionamentos sobre a influência dessas corporações multinacionais no cenário global e o papel das nações em desenvolvimento no fornecimento de recursos essenciais para a economia global.

Bethell (2002) destaca que Gómez, enquanto ditador, não ditou somente os rumos da política e organização social, como também as regras sob as quais as empresas petrolíferas deveriam agir na Venezuela. Segundo a autora seus objetivos eram concentrar as decisões petrolíferas e as oportunidades de crescimento, não nas mãos do Estado, mas em suas próprias mãos, maximizar os rendimentos obtidos destas empresas e assegurar que elas não dominassem as comunidades locais a ponto de estimular ou possibilitar uma violenta reação política. Assim, era uma via de mão dupla essa das concessões dadas a empresas estrangeiras por um governo que flertava com a centralidade política e econômica, e que não gostava de partilhar as fatias de lucro obtidas. Porém, observa-se que Gómez buscava atender aos interesses das grandes corporações estrangeiras, e não aos interesses do povo venezuelano. Dessa forma, a centralidade política almejada pelo governo ditatorial era em prol de assegurar a conquista dos recursos petrolíferos pelas empresas estrangeiras. De acordo com Pedroso (2018, p. 68),

Ainda na década de 1910, Gómez concedeu à multinacional Royal Dutch Shell (anglo-holandesa) e às norte-americanas Gulf Oil²⁷ e Standard Oil o controle sobre 98% do mercado venezuelano. A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914- 1919) foi o gatilho para a

incorporação da Venezuela ao mercado mundial do petróleo, que, ao final do conflito, passou a receber vultosos investimentos externos. Em 1922, o país já era um dos principais fornecedores de petróleo do mundo e aumentava as expectativas de lucros com a descoberta de grandes reservas no Lago de Maracaibo.

As empresas preferidas dos aliados do ditador, mencionadas anteriormente, eram as norte-americanas *Standard Oil* e *Gulf* e a britânica *Royal Dutch Shell*. E elas, juntamente com os aliados do governo, e a frágil elite industrial do país, enriqueceram com o acelerado crescimento da exploração de petróleo no país. Até a década de 1930, essas três empresas controlavam 98% da exploração do petróleo na Venezuela (Bethell, 2002). De acordo com a autora, a produção de petróleo em 1927 era de 63 milhões de barris, com mais de 100 companhias estrangeiras trabalhando no território venezuelano, que já alcançava o posto de maior exportador de petróleo do mundo.

Todavia, em um país com a economia capitalista periférica, as riquezas eram concentradas nessas empresas estrangeiras e nas elites econômicas venezuelanas aliadas a elas. Tal relação é um dos principais fatores que asseguram a reprodução de uma dependência econômica no país, e considerando a enorme fatia que apenas três dessas mais de cem empresas obtinham para si, percebe-se o pouco que restava para ser distribuído e investido no país.

O tráfico de influências e de subornos estimulou a especulação e a fome de subsolos. As comunidades indígenas foram despojadas de suas terras, e muitas famílias de agricultores, por bem ou por mal, perderam suas propriedades. A lei do petróleo de 1922 foi redigida pelos representantes de três firmas dos Estados Unidos. Os campos de petróleo estavam cercados e tinham polícia própria. Era proibida a entrada de quem não apresentasse documentos expedidos pela empresa; estava interdito até o trânsito pelas estradas que conduziam o petróleo até os portos. Quando Gómez morreu, em 1935, os operários petroleiros cortaram as cercas de arame farpado que rodeavam os acampamentos e se declararam em greve (Galeano, 2019, p. 239).

A obra de Eduardo Galeano desvela de maneira contundente a profunda exploração e os devastadores impactos sociais que derivaram da atividade petrolífera na Venezuela durante o governo de Juan Vicente Gómez e o período de vigência da Lei do Petróleo de 1922. A menção ao tráfico de influências e à prática de suborno destaca a corrupção disseminada que permeava a indústria petrolífera, minando a integridade das instituições governamentais e perpetuando desigualdades

econômicas significativas. O despojamento das comunidades indígenas de suas terras e a perda de propriedades por numerosas famílias de agricultores exemplificam de forma eloquente como a busca incessante pelo petróleo frequentemente resultou no deslocamento forçado de pessoas e na destruição de meios de subsistência tradicionais. A redação da Lei do Petróleo de 1922, sob a supervisão de representantes de empresas dos Estados Unidos, enfatiza a influência estrangeira que permeava a política e a legislação venezuelanas, frequentemente beneficiando as corporações estrangeiras em detrimento dos interesses nacionais e do bem-estar da população local.

O fato de os campos de petróleo estarem cercados e sob polícia privada, com restrições severas à entrada e trânsito, destaca como o controle corporativo dessas áreas limitava a autonomia do país e das comunidades locais. A greve dos operários petroleiros após a morte de Gómez mostra como esses trabalhadores, ao enfrentar condições de exploração e opressão, começaram a se unir em busca de seus direitos e de uma maior justiça laboral. Esses eventos históricos exemplificam os desafios socioeconômicos e políticos que a Venezuela enfrentou ao longo de sua história de exploração petrolífera e ressaltam a importância de uma análise crítica dessa indústria em contextos globais e locais.

De acordo com Pedroso (2018), o período *gomecista* consolida o processo de centralização do Estado em torno da figura do presidente. Além disso, expandindo o papel do setor público no que se refere aos vínculos empregatícios, sendo um dos principais empregadores do país, seu governo estimulou a formação e crescimento de uma classe média urbana. Assim, a modernização capitalista da Venezuela acompanhava, por conseguinte, a modernização das relações sociais. Tal modernização era visível na transformação das paisagens urbanas e rurais, na “sofisticação” das relações sociais e do modo de vida nos principais centros urbanos, o que não era simples tendo em vista o vasto histórico agrário do país até fins do século XIX e início do século XX.

Porém, mesmo com a economia modificada, a industrialização crescente e novas nuances nos modos de vida urbano, é importante ressaltar que o país continua sendo um exportador de produtos primários. Ou seja, com novas roupagens e discursos, com maior conforto e urbanidade, a Venezuela continua a ser explorada pelo capital estrangeiro, e os recursos naturais continuam sendo exportados a um preço cruel para o povo venezuelano. De um lado, cresce uma classe “dominante”,

enriquecendo com a estruturação de novas relações de exploração, e de outro, cresce uma classe dominada e explorada, que apenas contempla os enormes ganhos obtidos com a modernização do país.

Caracas, a capital, cresceu sete vezes em 30 anos; a cidade patriarcal de arejados pátios, praça maior e catedral silenciosa, eriçou-se de arranha-céus na mesma medida em que brotaram as torres de petróleo no lago do Maracaibo. Hoje, é um pesadelo de ar-condicionado, supersônica e estrepitosa, um centro da cultura do petróleo que prefere o consumo à criação e que multiplica as necessidades artificiais para ocultar as reais. Caracas ama os produtos sintéticos e os alimentos enlatados: não caminha nunca, só se movimenta em automóvel, e com os gases dos motores envenenou o outrora límpido ar do vale; Caracas custa a dormir, pois não pode sofrer a ânsia de ganhar, e comprar, consumir e gastar, e de se apossar de tudo. Nas encostas dos morros, mais de meio milhão de esquecidos contempla, de suas choças erguidas com lixo, o esbanjamento alheio (Galeano, 2019, p. 236).

As mudanças eram visíveis, tal qual as permanências. A “nova” Venezuela, moderna e em processo de industrialização e modernização, comporta em suas paisagens urbanas a constante dialética entre tais mudanças e as persistentes permanências. Novos produtos passaram a circular nas prateleiras dos mercados e lojas, mas o acesso a grande maioria deles ainda permanece distante, ilusório, enquanto o desemprego e a insalubridade tornam-se características comuns na sociedade venezuelana. Galeano (2019) também destaca as consequências deixadas pela exploração de petróleo, com a construção de aldeais e pequenas cidades próximas aos poços de exploração, sobretudo nas proximidades do Lago Maracaibo. Nas palavras do autor:

O lago é um bosque de torres. Dentro das armações de ferros cruzados, o implacável cabeceio dos balancins até nos fundos das casas e nas esquinas das ruas das cidades que brotaram aos jorros, como o petróleo, nas costas do lago: ali o petróleo tinge de preto as ruas e as roupas, os alimentos e as paredes, e até as profissionais do amor recebem apelidos petroleiros, tais como “a Tubeira”, a “Quatro Válvulas”, a “Guindaste” ou a “Rebocadora”. Os preços da vestimenta e da comida são mais altos do que em Caracas. Essas aldeias modernas, de triste nascimento e ao mesmo tempo aceleradas pela alegria do dinheiro fácil, já descobriram que não têm destino. Quando se esgotam os poços, a sobrevivência se torna matéria de milagre: restam os esqueletos das casas, as águas oleosas de veneno matando peixes e lambendo as zonas abandonadas. A desgraça também acomete as cidades que vivem da exploração de poços em

atividade, pela mecanização crescente e as demissões em massa (Galeano, 2019, p. 238).

O trecho citado de Eduardo Galeano, descreve de maneira poética e crítica a realidade das cidades próximas a um lago que surgiram rapidamente devido à exploração de petróleo. O autor utiliza uma metáfora interessante ao comparar o lago a um "bosque de torres", destacando a presença imponente das estruturas de exploração de petróleo que dominam a paisagem. A descrição das consequências dessa exploração, como a contaminação do ambiente, o aumento dos preços de produtos básicos e até mesmo a transformação dos apelidos das profissionais do sexo em referências ao petróleo, evidencia a profunda influência dessa indústria nas comunidades locais, nas relações sociais e em diversos aspectos da vida cotidiana.

Além disso, Galeano aborda a vulnerabilidade dessas cidades, que dependem exclusivamente da exploração do petróleo, e como a mecanização crescente e as demissões em massa ameaçam a sobrevivência dessas comunidades quando os poços se esgotam. Essa narrativa serve como um alerta sobre os impactos sociais e ambientais da exploração desenfreada dos recursos naturais e como a dependência de uma única indústria pode deixar as comunidades em uma situação precária quando a atividade econômica principal declina. Através de sua escrita vívida, Galeano chama a atenção para as complexas dinâmicas que cercam a exploração de recursos naturais e as implicações para as comunidades locais, destacando a necessidade de considerar alternativas sustentáveis para o desenvolvimento regional.

O petróleo torna-se presente na vida cotidiana do venezuelano, mesmo daquele que não partilha de seus enormes lucros. Referências à indústria petrolífera, bem como produtos oriundos desta, passam a circular as relações sociais e os espaços da Venezuela. E o mundo "antigo", a economia rural, apesar de ainda importante para o país, passa a figurar menos o imaginário social. É claro que tal processo foi acompanhado de uma agressiva transformação das paisagens do país, e conseqüentemente, uma também agressiva transformação dos modos de vida.

Desta forma, o petróleo se transforma em uma força onipresente que permeia todos os aspectos da sociedade, mesmo para aqueles que não compartilham dos enormes lucros gerados por essa indústria. Isso ressalta a natureza avassaladora e dominante do petróleo na Venezuela, que vai além dos aspectos econômicos e entra profundamente nas relações sociais e no tecido cultural do país. A menção à

transformação das paisagens e modos de vida também é essencial para compreender o impacto da indústria petrolífera na Venezuela.

A exploração do petróleo frequentemente resulta em mudanças drásticas na geografia e no meio ambiente, afetando diretamente as comunidades locais e suas formas de subsistência, bem como as dinâmicas naturais dos ecossistemas. Essa transformação não se limita apenas ao aspecto físico do país, mas também altera a maneira como as pessoas vivem e interagem entre si. A economia rural, que antes era um pilar importante na vida do país, começa a perder espaço no imaginário social à medida que a indústria petrolífera se torna dominante. Isso levanta questões profundas sobre a sustentabilidade da dependência de uma única indústria e os desafios enfrentados pelas comunidades que precisam se adaptar a essas mudanças abruptas em seus modos de vida.

Em resumo, percebe-se que o petróleo não é mais apenas uma força econômica, mas também uma força cultural e social que molda profundamente a vida e a identidade da Venezuela, ao mesmo tempo em que impõe desafios significativos relacionados às transformações ambientais e sociais.

A expansão de terras cultiváveis, com o desmatamento de áreas de vegetação e tomada de territórios indígenas, promoveu maior concentração de terras. E, ao passo em que se concentra terras, concentra-se também poder e capital, enquanto do outro lado do polo aumenta-se consideravelmente a massa de trabalhadores, camponeses ou operários. Não partilhando de poder e capital, sem acesso às fontes de riqueza subterrâneas, os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho em prol da sobrevivência. Não somente durante o governo de Gómez, como em outros momentos do século XX, foi se consolidando cada vez mais riqueza nas mãos de poucos, e impedindo a grande maioria de participar dos lucros advindos das atividades econômicas.

Ao longo do século XX, a Venezuela esteve submetida a um tipo de capitalismo que, em grande parte, era moldado pela indústria petrolífera. Com a produção massiva de três milhões e meio de barris de petróleo diariamente, o país desempenhava um papel crucial no maquinário industrial do mundo capitalista. No entanto, paradoxalmente, a exploração do petróleo por gigantes corporativos como Standard Oil, Shell, Gulf e Texaco nem sempre se traduzia em um pleno aproveitamento das concessões concedidas. Cerca de quatro quintos dessas concessões permaneciam intocados, mantendo-se como reservas inexploradas. Além

disso, mais da metade do valor proveniente das exportações de petróleo não revertia em benefício do país anfitrião (Galeano, 2019).

É importante ressaltar que, nesse contexto, as estratégias de marketing e publicidade das corporações, como a Creole (afiliada da Standard Oil), frequentemente buscavam destacar sua suposta filantropia na Venezuela, um discurso que ecoava as abordagens semelhantes adotadas pela Real Companhia Guipuzcoana no século XVIII. No entanto, a realidade dos lucros obtidos a partir dessa imensa "vaca leiteira" petrolífera revelava uma disparidade notável. Os ganhos, em relação ao capital investido, frequentemente rivalizavam com aqueles historicamente auferidos por mercadores de escravos ou corsários, demonstrando a profundidade das relações de exploração e desigualdade presentes no sistema econômico e industrial da Venezuela durante o século XX (Galeano, 2019). Esse cenário complexo e desigual demonstra a interseção entre a exploração de recursos naturais, o capital estrangeiro e as dinâmicas econômicas em uma Venezuela profundamente envolvida no capitalismo global.

Nesse contexto, é perceptível a configuração de um modelo de capitalismo na Venezuela, no qual as atividades econômicas, notadamente nos setores primários e secundários, se alinham de forma intrínseca com a demanda do sistema capitalista global. A América Latina, e a Venezuela em particular, desempenhou um papel proeminente no contexto desse sistema, caracterizado por relações de dependência profundamente arraigadas. Essa dependência se estabeleceu a partir da percepção do "subdesenvolvimento" da América Latina como um fator que possibilitou o "desenvolvimento" de outras partes do mundo. Isso evidencia como a Venezuela, inserida no sistema capitalista global, se viu envolvida em uma dinâmica complexa em que as atividades econômicas frequentemente serviram aos interesses de atores externos, contribuindo para a manutenção de relações desiguais e dependentes (Galeano, 2019, p. 236-237).

Como aponta Theotônio dos Santos:

A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação - que Marx

considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista (Dos Santos ,1998, p. 25 – 25).

E há também uma burguesia venezuelana, porém não uma burguesia agressiva, que busca conquistar seu espaço no mercado global, mas sim uma burguesia frágil que atende aos interesses dos grandes barões capitalistas norte-americanos e europeus. Seu papel enquanto elite econômica é o de assegurar e reproduzir tais condições de dependência, de subordinação ao capital externo.

Galeano destaca de forma contundente as complexas relações de exploração e dominação que existem na indústria petrolífera, especialmente em relação à Venezuela. O autor destaca que, embora o país produza uma quantidade significativa de petróleo diariamente, grande parte dessas riquezas não beneficia adequadamente a população venezuelana. Isso é enfatizado pelo fato de que várias empresas estrangeiras, como a *Standard Oil*, a *Shell*, a *Gulf* e a *Texaco*, não exploram completamente suas concessões, mantendo vastas áreas de reservas inexploradas.

Além disso, a observação sobre a publicidade da Creole (Standard Oil) destacando sua "filantropia" na Venezuela é irônica, já que sugere que as corporações petrolíferas muitas vezes utilizam táticas de marketing para mascarar seus verdadeiros interesses financeiros. Galeano compara os lucros obtidos por essas empresas com aqueles obtidos no passado por mercadores de escravos e corsários, enfatizando o caráter exploratório e predatório da indústria petrolífera, bem como o caráter dependente da economia venezuelana. Galeano (2019) ainda ressalta que nenhum outro país produziu tanto para o capitalismo global em tão curto espaço de tempo – durante o fim da década de 1930 até a década de 1970, a Venezuela era o maior produtor de petróleo do mundo.

A partir das primeiras décadas do século passado, o Estado desempenhou um papel significativo na consolidação do desenvolvimento capitalista ao se tornar proprietário do petróleo e conceder direitos de exploração a empresas privadas. Como observado por Seabra (2010), ao estabelecer-se como proprietário desse recurso mineral, o Estado venezuelano concedeu direitos de exploração a empresas estrangeiras e, em troca, recebeu pagamentos na forma de impostos e royalties sobre a exploração, estabelecendo um regime de acumulação rentista peculiar. Essa dinâmica de dependência de altos investimentos estrangeiros diretos no setor petrolífero ficou evidente desde a concessão inicial à *Caribbean Petroleum Co.*, uma

subsidiária da *Royal Dutch Shell*. Além disso, a renda petroleira, em vez de originar-se diretamente das exportações, resultava de uma porção dessas exportações que retornava ao país. Isso teve um impacto limitado no desenvolvimento da indústria petrolífera como uma atividade produtiva, resultando em uma integração limitada do setor com outros setores econômicos e sociais nacionais. Por fim, como proprietário do recurso natural e principal receptor da renda internacional, o Estado venezuelano se tornou o ator central na distribuição da riqueza, desempenhando um papel fundamental na estruturação da economia doméstica. Esse papel estatal na distribuição da renda tem implicações profundas na dinâmica econômica e social do país, destacando a importância das políticas estatais na gestão dessa riqueza.

A relação controversa entre o setor público e privado se tornou aparente durante o período em que o ditador venezuelano, amplamente reconhecido como o maior proprietário de terras do país, estabeleceu a Companhia Venezuelana de Petróleo (CVP). Esta empresa era vista como uma fachada para os interesses pessoais do presidente e tinha como função principal a negociação de concessões de terras com empresas estrangeiras, o que abriu espaço para práticas corruptas, como mencionado por Lopes (2009). De acordo com a análise de Ewell (1991), no entanto, apesar dos benefícios pessoais que Gómez auferia, as opções para adotar uma postura mais autônoma ou nacionalista eram bastante limitadas, dadas as circunstâncias de um país economicamente desfavorecido, que naquele momento já se encontrava na semiperiferia global e carecia dos recursos necessários para mobilizar as Forças Armadas a fim de diminuir sua vulnerabilidade perante as empresas (Pedroso, 2018).

Isso demonstra um cenário comum em muitos países em desenvolvimento, onde a relação promíscua entre o setor público e o setor privado pode levar a práticas corruptas e favorecimento de elites políticas e econômicas. No caso da Venezuela, o ditador Gómez, que detinha uma vasta propriedade de terras no país, criou a Companhia Venezuelana de Petróleo (CVP) como uma fachada para atender aos seus interesses pessoais e os de sua família. Essa empresa era responsável por negociar concessões de terras com corporações estrangeiras, abrindo espaço para atividades corruptas e enriquecimento ilícito, ao passo em que a população trabalhadora sofre com a exploração e com condições precárias de trabalho, com a desigualdade social frente a uma forte concentração de riqueza, e a falta de segurança no emprego.

No entanto, a análise de Ewell destaca uma perspectiva importante. Ele argumenta que, apesar dos benefícios pessoais que Gómez obtinha desse arranjo, as opções para adotar uma posição mais autonomista ou nacionalista eram limitadas. Isso se deve ao contexto de um país economicamente desfavorecido, que já fazia parte da periferia do capitalismo mundial naquela época. A Venezuela enfrentava restrições significativas para desafiar as corporações estrangeiras, já que não tinha os recursos financeiros, tecnológicos ou militares para enfrentá-las de maneira eficaz. A forte dependência tecnológica assegurava por vias materiais tal relação de dependência.

Esse cenário destaca as complexidades da geopolítica e das relações entre Estados e empresas multinacionais. Enquanto a corrupção e a exploração de recursos naturais em benefício de elites políticas são inaceitáveis, é importante reconhecer que, em alguns casos, países dependentes podem ter pouca margem de manobra para proteger seus interesses nacionais diante das grandes corporações estrangeiras. Essa dinâmica ressalta a importância de abordagens responsáveis e equitativas nas relações internacionais, bem como a necessidade de reformas internas para combater a corrupção e fortalecer a soberania nacional. Todavia, os interesses políticos da Venezuela ao longo do século XX, não buscaram o fortalecimento da soberania nacional, mas sim o fortalecimento desses vínculos de exploração e dependência.

Dessa forma, as primeiras leis relacionadas à exploração deste recurso foram concebidas com a intenção de favorecer as empresas, oferecendo-lhes privilégios fiscais substanciais em troca de *royalties* ao Estado venezuelano. No entanto, esses *royalties* eram comparativamente baixos em relação aos lucros significativos que essas empresas obtinham na região. Além disso, tais leis garantiam a não interferência do Congresso venezuelano nas operações dessas empresas e lhes concediam a capacidade de adquirir terras ilimitadamente (Pedroso, 2018).

Até o ano de 1915 a Venezuela não possuía nenhuma lei que regulamentava o petróleo. De acordo com Ajaj (2007, p. 84-85):

Em 1918 promulga-se a primeira Lei do Petróleo, que terminou com o sistema de concessões indiscriminadas, impondo-se aos titulares das concessões existentes e futuras uma regalia que oscilava entre 8 e 15% no lugar dos 38 centavos por hectare que se cobrava anteriormente.

Como essa lei oferecia inconvenientes importantes em sua aplicação, em 1922 edita-se uma nova lei, decorrente de uma transação entre o velho sistema de concessões indiscriminado e outro novo, limitando a 10 mil concessões no máximo, com três anos para selecionar as parcelas com metade dos terrenos e a outra metade se formava parte das reservas nacionais.

A Lei do Petróleo de 1922 na Venezuela, conhecida como a "Lei de Hidrocarbonetos de 1922", foi um marco histórico na regulação da indústria petrolífera no país e teve um impacto significativo em sua transformação econômica e política. Promulgada no governo de Juan Vicente Gómez, durante um período em que a Venezuela emergia como um dos principais produtores de petróleo do mundo, essa lei estabeleceu o monopólio estatal sobre todas as atividades relacionadas ao petróleo, "introduziu o conceito de reserva nacional e fixou o pagamento mínimo de 15% de regalia ao Estado venezuelano pela exploração e determinou que as reservas nacionais, expiradas as concessões então vigentes, deveriam voltar ao Estado a fim de serem renegociadas (Martins, s/d, n/p)"

Além disso, no mesmo ano, o presidente venezuelano criou a Corporação Venezuelana do Petróleo (CVP) como uma empresa estatal responsável pela exploração, produção e exportação de petróleo. A CVP atuava como intermediária entre o governo e as empresas estrangeiras que operavam no setor petrolífero venezuelano, fator que contribuiu para o enfrentamento entre as empresas interessadas na exportação do produto (Ajaj, 2007). Paralelo a isso, a Lei também introduziu um sistema de concessões, no qual empresas estrangeiras podiam obter licenças para explorar reservas de petróleo em território venezuelano em troca de pagamento de royalties ao governo. Isso permitiu que as empresas estrangeiras, especialmente as norte-americanas, desempenhassem um papel importante na exploração do petróleo venezuelano.

A Lei de Minas da Venezuela, também referida como "Ley de Minas," constitui um instrumento jurídico que orienta e regula as atividades de mineração no país. A evolução das leis de mineração na Venezuela ao longo de sua história reflete as transformações nas políticas e nas necessidades econômicas da nação. As raízes da legislação de mineração no país remontam ao século XIX, abrangendo o período colonial e o pós-independência. No entanto, um marco significativo ocorreu na década de 1940 com a promulgação da Lei de Minas da Venezuela, que estabeleceu as bases para a regulamentação contemporânea do setor. Esta legislação tinha como principal

objetivo fomentar a exploração de minerais, incluindo o petróleo, e atrair investimentos estrangeiros, marcando um ponto de viragem na história da mineração venezuelana.

O período pós-gomezista (1936-45) representou um marco na consolidação do petróleo como a principal força propulsora da economia em um país cada vez mais urbanizado. Nesse cenário, surgiram novos grupos políticos e sociais, especialmente profissionais liberais e aqueles vinculados à indústria petrolífera, que iniciaram a organização de partidos políticos com diversas orientações ideológicas. A conjuntura da Segunda Guerra Mundial também influenciou os sucessores de Gómez a adotarem uma abordagem mais assertiva em relação às empresas petrolíferas. Nesse contexto, a Venezuela, ao mesmo tempo em que se alinhava com a estratégia ocidental de combater o nazifascismo, soube aproveitar a necessidade dos Estados Unidos de cooperação hemisférica para estabelecer regras mais vantajosas em termos de exploração de petróleo para o país (Pedroso, 2018)

Segundo Pedroso (2018), após a transição para o "triênio democrático" em 1945, liderada por Rómulo Betancourt, um ativista da juventude antigomezista, a Venezuela experimentou um período de maior representatividade política, sobretudo para os setores médios da sociedade que, até então, se sentiam marginalizados das decisões estatais. No entanto, é importante destacar que, apesar das críticas de Betancourt à política econômica anterior, que dependia fortemente do petróleo, ele não tomou medidas significativas para reverter essa tendência.

Após esse breve "respiro democrático", a Venezuela retornou ao domínio de uma ditadura militar em 1948, logo após a eleição de Rómulo Gallegos, membro da Ação Democrática (AD). Setores militares intervieram, assumindo o poder por quatro anos, até que o general Marcos Pérez Jiménez (1952-58) chegasse à presidência. Ele era conhecido por sua abordagem linha-dura e enfrentou forte resistência em uma sociedade onde a burguesia urbana havia se consolidado a tal ponto que detinha uma capacidade de articulação política superior à oligarquia agrária e às elites militares. Isso resultou em um período de repressão considerável (Pedroso, 2018).

Esse período representou em ganhos para o capital estrangeiro e contribuiu significativamente para a reprodução da dependência.

Em termos comerciais, Pérez Jiménez e Harry Truman (1945-53), mandatário dos Estados Unidos, estreitaram as relações de seus países, por meio de novas concessões petrolíferas a empresas norte-americanas e de tratados de livre-comércio de manufaturados. A

Venezuela consolidava, então, sua dependência do mercado estadunidense. Assim como no período gomezista, ocorreu o enriquecimento dos círculos próximos ao presidente, que foram diretamente beneficiados pelo controle autoritário da renda petroleira, que crescia vertiginosamente em um contexto internacional favorável. Com a alta no preço do petróleo, o Estado venezuelano induzia a economia nacional por meio de grandes obras de infraestrutura, beneficiando a fração da burguesia que era o sustentáculo do governo. Por meio de contratos, muitas vezes fraudulentos para favorecer seus correligionários, Jiménez ajudou no enriquecimento de empreiteiros ligados à Fedecámaras – uma entidade patronal com diversos setores de burguesia venezuelana, que apoiava e era apoiada pela ditadura (Pedroso, 2018, p. 12).

No entanto, a autora aponta que a queda nos preços do petróleo em 1957 e o consequente aumento da dívida pública minaram o apoio empresarial ao regime. A sociedade venezuelana, apesar da repressão, não aceitava mais a tutela do governo, buscando maneiras de manter a atividade política na clandestinidade. Furtado (1957) considera que essa situação de crise causada pela instabilidade do comércio petrolífero marcou a sociedade venezuelana desde os anos 1920, quando muitos dólares chegaram ao país, advindos de compra de petróleo. Destarte, tem-se uma economia dependente da geração de renda pela exportação do recurso mineral, deixando de lado investimentos importantes, como a indústria e a agricultura. A população venezuelana estava dividida: uma pequena elite rica e uma grande maioria pobre. Essa elite concentrava a acumulação de capital e, concomitantemente, o crescimento econômico do país não atendia às demandas de sua população.

Como forma de reforçar esse modelo republicano, foi firmado, em 31 de outubro de 1958, o Pacto de Punto Fijo, entre os três principais partidos políticos venezuelanos da época: AD (social-democrata), Copei (cristã-democrata) e URD (liberal). A finalidade era montar um sistema democrático no país, garantindo a alternância pacífica do poder e a estabilidade política num cenário em que a democracia, como visto, encontrava-se fragilizada, com risco de que os militares voltassem ao poder e que os partidos políticos entrassem em conflito. O Pacto de Punto Fijo, que emergiu como resposta à queda do regime de Pérez Jiménez. Pedroso (2018, p. 13) destaca que

A queda da ditadura, entretanto, não ocorreu somente pelo pacto entre elites partidárias. Os principais protagonistas desse processo foram movimentos populares urbanos e rurais organizados em parte pela esquerda mais radical, sob o Partido Comunista da Venezuela (PCV),

além de estudantes e militares dissidentes. Porém, como afirma Maringoni (2009), esse amplo movimento foi cooptado pelo AD e fez com que esse partido chegasse à presidência da república.

No entanto, o novo período democrático não foi isento de desafios. A falta de mecanismos eficazes para distribuir a riqueza do petróleo continuou a ser um problema significativo. A renda do petróleo continuava concentrada nas mãos de uma elite reduzida, enquanto a maior parte da população não se beneficiava adequadamente das receitas geradas pelo setor. Essa desigualdade econômica persistente criou tensões sociais e políticas, que acabariam por desencadear uma série de mudanças políticas nas décadas seguintes.

Os três principais objetivos do Pacto eram estabelecer um sistema democrático na Venezuela, garantindo a alternância do poder de forma pacífica, promover a estabilidade política do país e evitar a volta da ditadura militar, que havia findado em 1958, tombando o governo de Marcos Pérez Jiménez. Vale ressaltar, contudo, que esse pacto estava embebido de um falso discurso democrático, sendo, na realidade: Uma aliança de diversas frações da burguesia para garantir a estabilidade econômica e política do capitalismo na Venezuela. Desta forma o pacto não garantia exatamente as liberdades democráticas, e sim a alternância do poder entre os principais partidos da burguesia (Moura, 2013).

Assim, a alternância do poder servia à repressão política aos movimentos sociais, comandando, portanto, a lógica operante do modelo. O Pacto de *Punto Fijo* foi acordado entre oligarquias venezuelanas e elites estadunidenses (Abreu, 2019), fortalecendo a má distribuição de renda no país e ocasionando uma crise energética mundial face ao aumento do preço do petróleo, o que, ao mesmo tempo, beneficiou a economia venezuelana devido ao alto valor das vendas.

Essa nova fase política, que teria início em 1958 e só se esgotaria totalmente em 1998 – um longo percurso, repleto de nuances e contradições –, consolidou o capitalismo rentista e importador, bem como as instituições burguesas e assistiu a uma acelerada urbanização. Houve ainda a retomada da centralidade dos partidos políticos, além da aliança entre empresas petroleiras, a Fedecámaras (em especial a fração da burguesia importadora) e as Forças Armadas. Considerada por muitos como o mais longo período democrático da história venezuelana, nos referiremos ao *Punto Fijo* como um pacto de conciliação das classes dominantes, em consonância com uma literatura mais crítica a respeito do tema (Pedroso, 2018, p. 13-14).

Em meio a esses desafios, o país testemunhou alternâncias no poder entre AD e COPEI, mas a estabilidade política nem sempre se traduziu em bem-estar econômico e social para a maioria dos venezuelanos. Conflitos políticos, corrupção e uma economia altamente dependente do petróleo tornaram-se características recorrentes do sistema político venezuelano. A crise do petróleo de 1970, que resultou em uma redução drástica dos preços do petróleo, agravou as dificuldades econômicas e financeiras do país.

Os governos enfrentaram crescentes desafios para atender às demandas da população por serviços públicos, emprego e oportunidades econômicas. Isso criou um terreno fértil para movimentos sociais e políticos emergentes, que buscavam mudanças significativas no sistema. Essa agitação política e social lançou as bases para o que viria a ser a Revolução Bolivariana liderada por Hugo Chávez nos anos 90 e início dos anos 2000, um período de transformações profundas na Venezuela que influenciaria sua trajetória política e econômica nas décadas seguintes.

2.2 HUGO CHÁVEZ E OS NOVOS HORIZONTES DA ECONOMIA VENEZUELANA

Um dos pilares centrais da campanha presidencial de Hugo Chávez em 1998 foi a questão da democracia, que se tornou o alicerce da Revolução Bolivariana. No entanto, para entender plenamente essa revolução, é essencial considerar o contexto histórico do século XX, um período caracterizado por uma série de revoluções que ocorreram com certa regularidade.

As revoluções devem ser analisadas dentro de um cenário histórico e internacional, muitas vezes associadas ao início de conflitos internos ou às suas consequências, conforme observado por Visentini (2016, p. 116):

As revoluções estão sempre interligadas a fatores tanto internos quanto externos e, quando concretizadas, inevitavelmente geram um impacto internacional, uma vez que influenciam as normas internas que sustentam a ordem (capitalista) global.

Portanto, de acordo com a visão do autor, as revoluções, quando ocorrem, têm repercussões significativas no cenário internacional e exercem influência na política interna de países onde elas não ocorreram, gerando apoio e oposição por parte de

forças políticas diversas. Nesse sentido, pode-se compreender revolução enquanto um

processo de transformação social de longa duração, que segue na alternância entre rupturas e períodos mais ou menos radicais; portanto, concebemos que como processo dinâmico que de tal perspectiva apresenta momentos distintos em seu desenvolvimento e os delimitamos como etapas. Tais etapas estão em relação direta com a maneira como são enfrentadas algumas exigências econômicas, sociais, nacionais, políticas etc. ao longo do processo revolucionário. A revolução nesse caso se apresenta como fenômeno que combina diversas tarefas, que podem ser analiticamente separadas (Seabra, 2010, p. 40).

Analogamente, a Revolução Bolivariana liderada por Chávez não ocorreu em isolamento; ela também teve implicações internacionais, pois desafiou a ordem estabelecida e atraiu tanto simpatizantes quanto críticos dentro e fora da Venezuela, moldando o curso da política não apenas no país, mas também na região e além. Em termos de América Latina, o século XX presenciou revoluções importantes, como a Revolução Mexicana (1910-1940), a Revolução Boliviana (1952-1985), a Revolução Cubana (1959), a Revolução Nicaraguense (1979-1990) e a Revolução Bolivariana (1999), tema da presente discussão.

Após sua eleição em 1999, Hugo Chávez empreendeu um processo de profunda transformação na democracia venezuelana, como prometido durante sua campanha presidencial. Entre as mudanças notáveis, destacam-se a implementação de mecanismos de democracia participativa, que permitiram um aumento, embora modesto, da participação popular, e o fortalecimento do poder executivo a nível nacional. O conceito de democracia é intrincado e suscita uma série de questões complexas. Na visão de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010), a democracia possui várias interpretações, com a versão original considerando-a como um governo que age em benefício do povo. No entanto, à luz da crise generalizada que afeta a Venezuela desde a eleição de Nicolás Maduro, surge a indagação: existe democracia genuína na política venezuelana?

Ellen Wood (2011, p. 29) oferece uma perspectiva que ressoa nessa discussão, ao afirmar que "Na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômicas coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas". Portanto, com base na visão de Wood, pode-se considerar que na Venezuela predomina uma forma

de democracia capitalista moderna, na qual muitos cidadãos continuam a sofrer as consequências da desigualdade econômica e social em todo o país.

Nesse contexto, a Revolução Bolivariana emerge como um processo abrangente de transformações políticas, econômicas e sociais com o objetivo declarado de promover a justiça social, a igualdade e a redução da dependência do país em relação ao petróleo. O sistema político da IV República da Venezuela estava centrado na democracia representativa, modelo em que o presidente é eleito por voto popular direto e o Congresso Nacional é composto por duas câmaras: a dos Deputados e a do Senado. Esse sistema, entretanto, era marcado por corrupção, nepotismo e clientelismo, haja vista que os partidos dominantes, AD e Copei, eram acusados de usar o poder para beneficiar seus próprios interesses. O modelo também limitava a atuação do povo venezuelano (Abreu, 2019).

Nesse período, a economia da Venezuela era pautada na exportação de petróleo e o país era um dos pioneiros do mundo nesse setor. A partir do ano de 1920, foram descobertas reservas desse recurso mineral em território venezuelano, o que garantiu ao governo uma economia muito rentável. Em contrapartida, crescia a dependência econômica venezuelana, uma vez que havia altas flutuações do preço do petróleo, fazendo com que a economia alternasse entre momentos de melhorias e de recessão, o que materializou um cenário de dependência (Abreu, 2019).

A existência de reservas petrolíferas abundantes e, a renda gerada de sua exploração se converteu no principal fator dinamizador da sociedade venezuelana desde o primeiro quarto do século XX. Isso conduziu ao fato de que a principal contribuição ao processo de acumulação capitalista na Venezuela ao longo do século XX fosse a captação desta renda, colocando em segundo plano o desenvolvimento de fatores internos de dinamização e diversificação produtiva. Tal mecanismo de acumulação pautado na renda petrolífera deu lugar à formação de uma oligarquia, ou seja, de frações da classe capitalista vinculadas direta ou indiretamente ao setor-primário exportador, cuja acumulação se efetivava principalmente pela distribuição da renda pelo Estado, gerando uma estrutura corporativa em torno deste, em associação estreita com diversos capitais estrangeiros, sobretudo provenientes dos Estados Unidos. Assim, tanto os interesses do capital estrangeiro, como a oligarquia se complementam no sentido da manutenção do sistema exportador existente, configurando o capitalismo dependente venezuelano (Seabra, 2010, p. 52).

Essa relação simbiótica entre os interesses do capital estrangeiro e da oligarquia venezuelana estava direcionada para a manutenção do sistema exportador

existente, caracterizando o capitalismo dependente venezuelano. Nesse contexto, a economia venezuelana era altamente vulnerável a flutuações nos preços do petróleo no mercado internacional, uma vez que a maior parte da receita do país dependia desse único recurso. Além disso, essa dependência econômica exacerbava as desigualdades sociais e criava um ambiente propício para a corrupção e a falta de diversificação econômica.

A economia rentista, baseada na renda do petróleo, não incentivava o desenvolvimento de outros setores produtivos, o que aprofundava a dependência do país em relação ao setor petrolífero. Esse modelo econômico apresentava sérias limitações em termos de sustentabilidade e estabilidade, tornando a Venezuela vulnerável a choques econômicos e políticos. Como resultado, a economia venezuelana enfrentou desafios significativos ao longo de sua história, especialmente em momentos de queda nos preços do petróleo e instabilidade política, como a crise econômica dos anos 80, que ocasionou rebeliões em todo o país. Houve queda brusca do preço do petróleo devido à, entre outros fatores, racionalização do consumo mundial (Vilallasensin, 2017).

Todos esses problemas foram se agravando ao longo da década de 1980 e causando rebeliões em todo o país, fenômenos que continuaram na década de 1990. Segundo Maringoni (2004), entre 1991 e o início de 1992, ocorreram 925 protestos na rua. Esse fato demonstra a tamanha insatisfação popular com o Pacto de Punto Fijo. Como destaque dentro dessas revoltas, surge o *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* (MBR 200), que ocupou o quartel em 4 de fevereiro de 1992 no intento de lutar contra as medidas neoliberais implementadas e retirar o então presidente Carlos Andrés Pérez do poder. Assim teve início o movimento revolucionário ainda em curso na Venezuela.

Hugo Chávez, que já havia conquistado o apoio popular, ganhou as eleições em 1998, com mais de 50% dos votos. No ano seguinte, cumpriu sua promessa de formação de uma Assembleia Constituinte. Essa Assembleia deu origem à Constituição da República Bolivariana da Venezuela e, concomitantemente, ao período V da República do país. Essa República buscava maior participação popular através de uma ressignificação da democracia.

Logo após vencer as eleições, Chávez convoca uma Assembleia Constituinte, contrariando a Constituição centralista vigente, que

previa apenas a possibilidade de mudança da Constituição via emenda constitucional, ou seja, para haver, constitucionalmente, uma Assembleia Constituinte, os deputados deveriam primeiro votar uma emenda autorizando a convocação de tal Assembleia. Apesar de inflamado, Chávez anunciava que queria uma transição pacífica e indolor em direção ao “renascimento institucional” (Neves, 2010, p. 65).

Assim, a Revolução Bolivariana se inicia com a ascensão de Hugo Chávez e o nascimento de uma nova Constituição, rompendo com tradições sociais consideradas antigas e tentando orientar o Estado para atender aos interesses do proletariado, em conformidade com as ideias de Lênin (2010). Essa nova Constituição é considerada uma das mais democráticas do mundo (SCHEIDT, 2019). Uma das inovações trazidas pelo modelo constitucional inaugurado por Chávez é a possibilidade de revogação dos mandatos de cargos eletivos, o que implica que a população poderia cassar o mandato eletivo a partir da metade de seu prazo, por meio de um referendo revogatório. Essa nova constituição “consagrou o direito de participação dos cidadãos de forma direta e indireta, não somente nos processos eleitorais, mas também na formação, execução e controle das políticas públicas” (Scheidt, 2019, p. 46).

De acordo com Seabra (2010), a preparação do texto da nova Constituição, sujeita a um referendo, marcou uma importante mudança qualitativa nos movimentos das classes subalternas, sinalizando a transição da condição de vítimas do poder para a de sujeitos de poder. Nesse processo, o protagonismo popular começou a emergir como um fenômeno notável. Entre as mudanças qualitativas que se destacam, a redução dos confrontos violentos entre manifestantes e forças de segurança pública merece destaque. A chegada de Chávez à presidência marcou uma diminuição significativa no uso da repressão em manifestações. Entretanto, essa redução nos conflitos nas ruas não se deve apenas à maior tolerância do novo governo, mas também à natureza mais politizada dessas manifestações. Em vez de serem predominantemente reivindicativas e defensivas, tornaram-se propositivas e progressistas.

A diversidade de grupos que se mobilizaram - músicos, camponeses, mulheres, estudantes, indígenas, cristãos, desempregados, camelôs e trabalhadores autônomos - não estava apenas focada em reivindicações, mas passou a contribuir com propostas específicas para artigos constitucionais que refletissem suas visões de mundo. Um exemplo disso é o papel ativo de organizações de direitos humanos, cujas

propostas encontraram receptividade na Assembleia Nacional Constituinte. Durante os meses de preparação, movimentos sociais, organizações civis e partidos apresentaram 624 propostas à Assembleia Constituinte. Mais da metade dessas propostas foram incorporadas ao texto constitucional. Desde o início, a nova Constituição buscava concretizar a participação e o protagonismo popular, o que levanta questões importantes sobre como a inclusão ativa dos cidadãos nas políticas pode afetar a dinâmica democrática e a estabilidade institucional (Seabra, 2010).

A nova constituição nacional altera o nome do país para República Bolivariana da Venezuela; atualiza a cobertura dos direitos humanos; incorpora os direitos indígenas e ambientais; reafirma o controle do Estado sobre as riquezas energéticas e estratégicas; garante aos militares o direito de voto; reduz a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; garante a indenização ao trabalhador quando o empresário romper o contrato de trabalho; incorpora donas de casa e trabalhadores da economia informal ao sistema de seguridade social; e confere a saúde, educação e aposentadoria como dever do Estado (Seabra, 2010, p. 122).

Um dos marcos do governo Chávez logo em seu início foi a democratização da renda petroleira, momento em que houveram maiores investimentos estatais em âmbito social, a fim de melhorar questões como a saúde, a educação e a moradia, uma preocupação que, de fato, não fazia parte da antiga República. Chávez, em seus 14 anos de governo, foi responsável pela estatização de mais de 50 empresas petroleiras, e a renda do petróleo foi usada para investimentos em programas sociais. Com isso, os índices de desigualdade e pobreza começaram a diminuir, processo que ocorreu mais significativamente em 1999, paralelamente ao aumento da qualidade de vida e do acesso aos serviços públicos (Abreu, 2019).

A configuração implementada pelo Estado Bolivariano, conhecida como democracia participativa e protagônica, garante ao povo atividades políticas constantes e altera as estruturas do antigo regime de Estado, retirando parte da velha elite que comandava o poder até então e interrompendo projetos lucrativos que essas elites mantinham sobre o petróleo venezuelano. Por esse motivo, reacionários tentaram dar um golpe no governo bolivariano em 2002, o que evidencia a presença da luta de classes em uma sociedade politicamente polarizada. Esse golpe, que durou apenas 48 horas e foi sufocado pela mobilização popular, tinha o intuito de depor Chávez do cargo presidencial.

De acordo com Neves (2010), tanto os chavistas como os opositoristas apresentavam diferentes versões dos eventos, no entanto, a cobertura midiática desses acontecimentos foi altamente criticada por jornalistas de todo o mundo por sua parcialidade. Concomitantemente aos confrontos nas ruas, um grupo de oficiais de alta patente das Forças Armadas deteve Chávez e demandou sua renúncia, desencadeando uma disputa de narrativas entre a mídia privada e os apoiadores de Chávez.

A primeira alegava que Chávez havia renunciado, na tentativa de conter os ânimos dos manifestantes que exigiam o retorno de um líder supostamente renunciado, enquanto a mídia independente reportava que Chávez não havia renunciado. O desempate nesse conflito de informações veio com o pronunciamento do Procurador-Geral da Venezuela, Isaías Rodríguez, que enviou uma assessora para entrevistar Chávez no Forte Tiúna, onde o presidente estava detido. Em uma transmissão nacional, Rodríguez teve tempo apenas para confirmar que Chávez não havia renunciado antes de o sinal de televisão ser interrompido pelas emissoras privadas.

. Embora o governo de Hugo Chávez tenha se apresentado como radical e anti-imperialista, é preciso avaliar até que ponto essa retórica se traduziu em uma transformação substantiva das estruturas de poder e das relações de classe na Venezuela. No contexto marxista, o socialismo genuíno implica uma mudança profunda nas relações de propriedade e poder. Embora sempre se mencione a promoção do socialismo para o século XXI, a partir da Revolução Bolivariana, é importante questionar se as ações empreendidas realmente desafiaram as estruturas capitalistas existentes.

A consolidação dos Conselhos Comunais como instâncias de democracia participativa é, sem dúvida, um passo na direção da descentralização do poder, mas o alcance e a eficácia desse processo devem ser analisados criticamente. Todavia, embora os Conselhos Comunais tenham permitido maior participação popular na tomada de decisões políticas, eles não necessariamente alteraram as relações de propriedade dos meios de produção, que são fundamentais para a transformação socialista. Além disso, é importante considerar se o socialismo promovido pelo governo chavista resultou em uma redistribuição significativa da riqueza ou se simplesmente manteve as estruturas de desigualdade econômica.

Também é válido questionar se as alegadas ameaças neoliberais e imperialistas, embora criticadas nos discursos, foram verdadeiramente confrontadas de maneira eficaz ou se serviram principalmente como retórica política. Em uma análise marxista, a luta contra o imperialismo deve ser acompanhada por medidas concretas que desafiem as relações econômicas desiguais entre nações.

Conforme observado por Seabra (2010), o governo de Chávez, apesar do discurso anti-neoliberal que ecoava com as vozes da esquerda mais radical, não reverteu muitas das políticas econômicas de orientação liberal implementadas por seus predecessores. Seguindo a análise de Julia Bruxton, Seabra (2010) aponta que o primeiro ano de seu governo manteve uma certa continuidade com a abordagem ortodoxa que predominou na fase final da presidência de seu antecessor. Mesmo após consolidar seu domínio no poder em 2000, Hugo Chávez não realizou uma ruptura abrupta com as políticas econômicas anteriores.

De acordo com Seabra (2010), as principais motivações para essa continuidade estavam relacionadas à necessidade de estabelecer equilíbrios macroeconômicos e controlar a inflação. O pagamento pontual da dívida externa do país resultou na ausência de novos empréstimos solicitados ao FMI, evitando, portanto, negociações adicionais, condicionalidades e supervisões por parte desse organismo internacional. Além disso, em diversas ocasiões, o Presidente Chávez realizou encontros com investidores estrangeiros, incentivando-os a investir na Venezuela e assegurando-lhes estabilidade política e segurança jurídica no país. Esses esforços apontam para uma complexa relação entre o discurso ideológico de Chávez e as necessidades práticas de governar um país dependente do petróleo, onde a estabilidade econômica desempenha um papel fundamental.

A única mudança realmente notável ocorreu em relação à política petrolífera do país. Quando Chávez assumiu a presidência, o cenário era extremamente desfavorável, com os preços do petróleo atingindo mínimas dos últimos cinquenta anos. Nesse contexto adverso, tanto Chávez quanto seu Ministro de Energia, Alí Rodríguez Araque, adotaram medidas para reverter a negligência em relação às cotas da OPEP que havia caracterizado o governo anterior, buscando defender os preços do petróleo (Seabra, 2010).

Antes da chegada de Chávez à presidência, a OPEP estava longe de ser a organização eficaz que já fora no passado. Muitos países membros rotineiramente ignoravam ou burlavam as cotas estabelecidas pela organização. A Venezuela, em

particular, havia se destacado como um dos membros menos comprometidos com as diretrizes da OPEP (Seabra, 2010).

A análise crítica da Revolução Bolivariana na Venezuela, sob a perspectiva do capitalismo dependente, revela a complexidade de seu processo e a influência das condições históricas e internacionais. Nesta leitura, é essencial compreender a revolução como um processo que depende de condições específicas, tanto objetivas quanto subjetivas. Nesse sentido, como aponta Seabra (2010), a Revolução Bolivariana não pode ser reduzida à mera vitória eleitoral de Chávez, pois isso não considera as questões fundamentais e não oferece recursos suficientes para a transformação real da ordem estabelecida. De fato, no que diz respeito à política econômica, não ocorreram rupturas significativas, e ainda faltam o conjunto de leis e regulamentos do Estado que se alinhem plenamente com a nova Constituição.

No entanto, de acordo com Seabra (2010), para entender a primeira etapa da revolução, é necessário analisar as condições venezuelanas desde a longa crise hegemônica que precedeu a Revolução Bolivariana. Essa crise hegemônica indicava que o caminho das reformas dentro do sistema não era adequado, uma vez que a espinha dorsal da dominação havia sido quebrada. As políticas iniciais do projeto da Quinta República, com a nova Constituição e o Plano Bolívar 2000, surgiram do reconhecimento de que as profundas desigualdades de classe na Venezuela poderiam ser abordadas por meio de uma transformação política e democrática. Nesse contexto, a refundação da república era vista como uma oportunidade favorável para uma revolução possível. Essa "revolução possível", realizada por meios eleitorais e constitucionais, buscava promover transformações estruturais. Um dos mecanismos fundamentais desse processo era a participação e o protagonismo popular, que significavam o deslocamento do grupo dirigente anterior do poder do Estado.

Nesse sentido, a Revolução Bolivariana não poderia ter obtido vitórias eleitorais e referendárias sem a capacidade de apresentar seu interesse como o interesse geral. No entanto, a reflexão crítica à luz do marxismo nos leva a questionar em que medida as transformações sociais e econômicas efetivamente alcançaram a emancipação das classes subalternas e a superação das estruturas de dominação. Ainda persistem desafios críticos no que diz respeito à justiça social, à igualdade e à superação das relações de dependência que caracterizam o capitalismo dependente venezuelano. Portanto, a análise sob a ótica marxista destaca a necessidade contínua de avaliar o

progresso e as limitações da Revolução Bolivariana em seu caminho em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 ESTRUTURA DE CLASSES NA VENEZUELA NO CONTEXTO DEPENDENTE

De acordo com Marx (2017), no *18 de brumário de Luís Bonaparte*, os seres humanos constroem sua própria história, entretanto, esta construção não ocorre da forma como querem, ou seja, sob circunstâncias de sua própria escolha, mas sim sob aquelas que encontram imediatamente diante de si, transmitidas pelo passado. Ao passo em que o peso das gerações recai como um fardo sobre os ombros dos vivos, não se pode analisar determinado período de transformações pela mesma consciência de si, mas sim deve-se explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, e pelo conflito entre as forças produtivas e as relações de produção (MARX, 2017).

O pensamento de Karl Marx sobre a recorrência de eventos históricos e a perpetuação de estruturas sociais tem aplicações relevantes no contexto da América Latina, onde as nações frequentemente se encontram em um ciclo de dependência e exploração. Marx argumenta que, em diferentes momentos históricos, os atores políticos podem se manifestar sob diferentes disfarces, mas suas ações e interesses muitas vezes refletem a continuidade das estruturas de classe subjacentes. No caso do Brasil e da Venezuela, a história é permeada por períodos de exploração imperialista e dependência econômica, refletindo um ciclo que se desdobra através do tempo.

De acordo com Pires e Pagotto (2020), inserida nessa realidade dependente em escala global, as relações sociais dos países da América Latina assumem diferentes faces de exploração. Segundo os autores, na região foram criadas as condições imprescindíveis, externas à economia, para a liberdade de ação das classes dominantes, de modo que as consequências de uma subordinação ao capitalismo mundial sejam pagas pelas classes dominadas. O processo de transição para essa estrutura, histórico e permeado de continuidades e descontinuidades, ocorre dentro da particularidade de cada país. Uma primeira diferença, destacada por Pires e Pagotto (2020), diz respeito aos instrumentos realizados e à maneira com que se realizou tal processo histórico.

O conservadorismo na política foi apenas um dos aspectos gerais dessas décadas nos países capitalistas desenvolvidos ou centrais, e apelou aos mecanismos legalizados de seu próprio sistema. Na América Latina, os regimes de “segurança nacional”, as repressões abertas e a imposição de um grande autoritarismo foram a via e os meios para reduzir as maiorias ao arbítrio do grande capital (Pires; Pagotto, 2020, p. 214).

Para contextualizar essa ciclicidade histórica, podemos recorrer às palavras de Marx (2017), que afirmou que "a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa". A história colonial que moldou as nações latino-americanas durante os séculos XVI a XIX pode ser vista como a tragédia original, em que as potências colonizadoras exploraram os recursos naturais e as populações locais para seu próprio benefício. No entanto, essa tragédia colonial foi substituída por uma farsa em tempos modernos, à medida que as nações latino-americanas conquistaram a independência política. Em vez de uma libertação completa, muitas vezes testemunhamos uma continuidade das estruturas de exploração, onde as elites locais, frequentemente alinhadas com interesses externos, perpetuam a dependência econômica e social.

De acordo com Pires e Pagotto (2020), pode-se observar que a América Latina passou por diversas mudanças e transformações ao longo de sua história. Essas mudanças incluíram a substituição de classes dominantes, de antigas relações de fazenda e de sistemas políticos, de lutas democráticas e de lideranças populistas. No entanto, uma constante nesse processo de transformação foi a exploração das maiorias, independentemente do contexto político e econômico.

Essas mudanças refletem a ciclicidade histórica mencionada por Marx, na qual diferentes regimes políticos e sistemas econômicos podem se suceder, mas as estruturas de poder subjacentes e as relações de classe frequentemente persistem. O que pode parecer uma revolução ou uma mudança significativa na superfície pode, na realidade, ser uma reconfiguração das relações de poder para favorecer as elites dominantes e o imperialismo, mantendo as massas populares em uma posição de exploração e subordinação.

No contexto específico da Venezuela, Pires e Pagotto destacam a substituição de importações e ao fortalecimento de novos empresários ligados ao mundo capitalista. O país experimentou uma transformação significativa com a ascensão da indústria petrolífera, tornando-se o principal fornecedor de petróleo ao Brasil, como

mencionado anteriormente. No entanto, mesmo essa mudança fundamental na economia venezuelana não necessariamente resultou em um avanço na justiça social ou na melhoria das condições das classes operárias. Pelo contrário, a exploração persistiu, às vezes por meio de governos populistas, às vezes de maneiras mais autoritárias, mas frequentemente em benefício das elites locais e do capitalismo global, assegurando a reprodução de sua dependência. A aliança entre as elites locais e o imperialismo, muitas vezes resulta em políticas e práticas que favorecem interesses estrangeiros em detrimento das populações locais. A América Latina, historicamente, tem sido uma região onde as estruturas de dependência são reforçadas, em grande parte devido ao investimento estrangeiro e à exploração de recursos naturais.

A análise de Gunder Frank, em sua obra *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência* (1980), sobre a evolução da acumulação de capital mundial é altamente relevante para compreender a dinâmica do capitalismo na América Latina, especialmente em relação ao trecho anterior sobre a história da região. Como mencionado, a burguesia latino-americana frequentemente colaborou com o imperialismo e adotou políticas neoliberais, como o livre-comércio, após consolidar seu domínio sobre outras classes sociais. O conceito de colaboração da burguesia latino-americana no processo de acumulação de capital global, como observado por Frank (1980), está intrinsecamente relacionado ao contexto histórico mencionado na citação anterior. A ascensão da indústria petrolífera na Venezuela, por exemplo, é um exemplo de como as elites locais podem se aliar ao capitalismo internacional, beneficiando-se desse processo de acumulação de capital.

Da mesma forma, as reformas liberais mencionadas pelo autor também são relevantes, uma vez que destacam como as elites locais frequentemente promoveram reformas econômicas que favoreciam o capital estrangeiro e o livre mercado em detrimento das classes populares. Isso evidencia que as mudanças políticas e econômicas na América Latina muitas vezes não resultam em melhorias substanciais nas condições das classes operárias, e quando resultam, são melhorias paliativas e que não alteram significativamente a realidade social dos indivíduos.

Portanto, há uma conexão profunda entre as observações de Gunder Frank o texto de Pires e Pagotto (2020). Ambos os trechos destacam a maneira como as elites latino-americanas têm colaborado com o capitalismo global, muitas vezes em detrimento das maiorias populares. Eles também apontam para a ciclicidade histórica,

na qual mudanças políticas e econômicas frequentemente reproduzem as mesmas estruturas de poder e exploração, com as classes operárias continuando a enfrentar desafios e dificuldades significativas em sua busca por justiça social e econômica na América Latina.

Falar de sociedade, organização política e econômica é falar essencialmente na luta de classes. A dinâmica social de um país é definida pelo conjunto de relações sociais, que, no modo de produção capitalista, estão intimamente ligadas às relações de produção, tornando-as também relações econômicas, sendo que a hierarquização dessas relações se define pela luta de classes. Classe sociais podem ser compreendidas como um conjunto de agentes sociais determinados especialmente - mas não exclusivamente - por sua posição no processo de produção (Poulantzas, 1973). Para o marxismo, nesse cenário, não somente o econômico terá um papel substancial no modo de produção e em uma formação social, mas também o político e o ideológico.

A afirmação de que a dinâmica social em uma sociedade está intrinsecamente relacionada à luta de classes é central para a perspectiva marxista. Karl Marx e Friedrich Engels, em suas obras, delinearão a ideia de que as sociedades são estruturadas por contradições e conflitos inerentes ao modo de produção predominante. No caso do modo de produção capitalista, a luta de classes desempenha um papel fundamental na determinação das relações sociais e econômicas.

Ora, partindo do ponto de análise de Marx e Engels, que perceberam as profundas contradições da sociedade capitalista e o movimento dialético, que consiste basicamente no movimento dos seres humanos envolvidos nas relações sociais e nos processos de produção e reprodução da vida material (Viana, 2007a). O modo de produção possui uma posição central na sociedade capitalista. E a totalidade desempenha uma condição imprescindível para a compreensão do fenômeno das relações de classe e como tais relações se concretizaram.

Viana (2007a) destaca que a totalidade não pode ser confundida com um “determinismo econômico”. Mesmo porque não é a economia que é a determinação fundamental da sociedade, mas sim o modo de produção, dentro do qual inserem-se não somente relações econômicas como as relações sociais, “perpassadas por um conjunto de efeitos, que são considerados ‘econômicos’, ‘políticos’, ‘sociais’,

‘psíquicos’ e que, no final das contas, seria objeto de todas as chamadas ‘ciências humanas’” (Viana, 2007a, p. 105).

Como aponta Nildo Viana (2007a), essa totalidade consiste em olhar o todo. Todavia, abarcar o todo dentro de um ser ou objeto é perceber sua totalidade, e acontece que dentro de um ser pode estar incluído outro ser, e assim sucessivamente. Nesse sentido, a totalidade, para a perspectiva do materialismo histórico-dialético, é a sociedade. Mas, alerta Viana (2007a), toda totalidade é composta de partes, sendo que as partes que compõem a sociedade são o modo de produção dominante, os modos de produção subordinados e as formas de regularização das relações sociais.

O que caracteriza a concepção marxista da totalidade é a ideia de que entre as partes que compõem o todo existe uma relação necessária e que o resultado desta relação entre as partes é a totalidade. Essas partes, desta forma, exercem “múltiplas determinações” sobre a totalidade, ou seja, sobre essas partes reunidas. Acontece que uma dessas partes exerce uma “determinação fundamental” sobre as outras, ou seja, sobre a totalidade. A própria totalidade é uma derivação desta parte fundamental. Portanto, o modo de produção exerce uma determinação fundamental sobre a totalidade que é a sociedade (Viana, 2007a, p. 106).

No contexto do capitalismo, as relações de produção são fundamentais para a organização da sociedade. Elas referem-se à forma como os meios de produção são possuídos e controlados, e como os trabalhadores se relacionam com esses meios de produção. A propriedade privada dos meios de produção e a busca de lucro são elementos centrais nas relações de produção capitalistas. No entanto, essas relações são marcadas por uma contradição fundamental: os proprietários dos meios de produção (a burguesia) buscam maximizar seus lucros, enquanto os trabalhadores (a classe trabalhadora) buscam melhores condições de trabalho e salários mais altos.

Essa contradição leva à luta de classes, onde os interesses da burguesia e da classe trabalhadora estão em conflito. A luta de classes é uma luta pelo controle dos meios de produção, pela distribuição da riqueza e pelo poder político. Ela influencia não apenas as relações econômicas, mas também as relações políticas e sociais em uma sociedade capitalista. Quando Karl Marx teoriza a luta de classes, observando na história os aspectos desses conflitos quanto à estrutura social e aos modelos de produção, ele percebe as classes sociais como classes históricas, que moldaram os processos históricos de seu tempo dentro dos limites impostos pelas relações de produção. Marx analisa tais estruturas a partir do olhar europeu do século XIX, e,

portanto, há certos limites de tal análise para a conjuntura atual da América Latina do século XXI. Todavia, tais limites não devem se encerrar na adoção de outro método analítico insuficiente para a descrição da sociedade capitalista. A visão marxiana pode ser empregada mesmo para a análise de uma época e um contexto não vistos por Marx, pois, até os dias atuais, é a visão mais completa do capitalismo e da sociedade capitalista.

A perspectiva marxista sobre classes sociais, como mencionado, está intrinsecamente relacionada às contradições e à luta de classes. Ao contrário de uma visão estática em que as classes sociais existiriam independentemente da luta de classes, Marx argumenta que as classes sociais são definidas, em grande parte, por suas práticas e interações. Elas não surgem isoladas, mas sim em meio a um contexto de conflito e oposição. A compreensão marxista das classes sociais é dialética. Isso significa que as classes não são entidades estáticas, mas sim produtos de relações sociais em constante evolução. As classes sociais se formam e se definem através das práticas de classe, ou seja, das ações e interações das classes em relação às condições econômicas e sociais que enfrentam. É essa interação dinâmica que dá origem às contradições e à luta de classes (Poulantzas, 1973).

Pode-se dizer, assim, que uma classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura - relações de produção, lugares de dominação-subordinação política e ideológica - nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes (Poulantzas, 1973, p. 14).

Portanto, a visão marxista destaca que as classes sociais não podem ser consideradas separadamente da luta de classes, pois é precisamente na luta que as classes se definem e redefinem. A luta de classes é o motor das mudanças nas relações de classe e na estrutura social como um todo. Essa abordagem também implica que não há classes sem luta de classes. Em outras palavras, as classes não existem como entidades estáticas pré-determinadas, independentemente da ação e da luta das classes. São as ações e os conflitos entre as classes que dão origem às próprias classes sociais. Portanto, a análise marxista não se limita a categorizar a

sociedade em classes, mas busca entender como as classes se formam, interagem e se transformam ao longo do tempo (Poulantzas, 1973).

Esse entendimento dinâmico das classes sociais tem implicações profundas para a compreensão das sociedades, incluindo aquelas na América Latina, como a Venezuela e o Brasil. Em contextos de capitalismo dependente, as classes sociais muitas vezes enfrentam contradições agudas e participam de lutas complexas que moldam o curso da história e o destino das nações.

Dessa forma, trazer a análise da luta de classes para o contexto latino-americano é buscar a totalidade histórica que engloba as relações sociais e os modos de produção, que apesar de suas particularidades regionais e conceituais, se inserem na mesma teia global, movida pela dinâmica capitalista. Ao comparar, por exemplo, a situação de um trabalhador latino-americano com um trabalhador europeu, diversas diferenças podem ser levantadas quanto aos padrões de vida e consumo, quanto as particularidades locais, entre outros, o que não exclui as semelhanças quanto a luta de classes, ou seja, ao fato desses trabalhadores terem sua força de trabalho exploradas pela classe dominante, proprietária dos meios de produção.

Nesse sentido, trazer a óptica da luta de classes para o contexto latino-americano é buscar as características das relações sociais, das formas de exploração do trabalho, de acumulação de capital e produção da mais-valia. Ao passo em que a América Latina se encontra em uma posição desfavorável na dinâmica capitalista global, é importante tecer as particularidades das burguesias nacionais para compreender os níveis de exploração do trabalho, o papel das elites e dos estados nacionais na garantia e na reprodução das condições de exploração e dependência.

A análise da estrutura de classes, sob uma perspectiva marxista, constitui uma lente poderosa para a compreensão das complexas dinâmicas sociais e econômicas da América Latina, com destaque especial para a Venezuela e o Brasil. Como enfatizado por Karl Marx, a dinâmica social nas sociedades capitalistas é impulsionada pela luta de classes, uma luta que é fundamentalmente baseada nas relações de produção e nas disparidades econômicas.

José Carlos Mariátegui, em sua obra "*Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*," ressalta a importância da consciência de classe para a transformação social na América Latina. Ele argumenta que a classe trabalhadora deve desenvolver uma compreensão clara de seus interesses comuns e da exploração imposta pelo capitalismo (Mariátegui, 2007). Essa consciência de classe

é vital para a superação das estruturas de dependência e opressão. Nesse sentido, as classes trabalhadoras da Venezuela e do Brasil enfrentam desafios semelhantes de exploração e marginalização, devido à persistência do capitalismo dependente. Uma perspectiva mariateguiana destaca a importância de uma compreensão profunda de sua condição histórica e da necessidade de ação coletiva.

Por sua vez, José Martí, em "Nuestra América," enfatiza a importância da solidariedade regional e da busca de uma identidade latino-americana unificada. Ele argumenta que a América Latina deve se libertar das amarras do imperialismo e buscar sua própria identidade com base em princípios de justiça e independência (Martí, 2005). Para o contexto do Brasil e da Venezuela, essa abordagem destaca a necessidade de cooperação e unificação regional na luta contra o capitalismo dependente. Ambos os países compartilham desafios relacionados à exploração de recursos naturais e à influência estrangeira em suas economias, e uma abordagem unificada, baseada nos princípios de justiça e independência, pode fortalecer seus esforços conjuntos.

Além dos conceitos fundamentais de classe social, a obra de Gyorgy Lukács (1969), "A Consciência de Classe," sublinha a importância da consciência de classe na transformação social. A consciência de classe implica o reconhecimento dos interesses da classe trabalhadora em contraposição aos da classe dominante. No contexto da América Latina, construir a consciência de classe é crucial para mobilizar a classe trabalhadora em busca de melhores condições de vida. Isso requer uma compreensão profunda de que as classes trabalhadoras desses países compartilham desafios comuns de exploração e opressão devido ao capitalismo dependente.

3. POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E O VENEZUELANO NO BRASIL

A migração é uma parte fundamental da história do Brasil, desde os tempos coloniais até os dias atuais. Durante o período colonial, o Brasil recebeu fluxos significativos de imigrantes europeus, africanos e indígenas trazidos involuntariamente como escravos. Essa diversidade étnica e cultural é um traço distintivo da sociedade brasileira.

Ao longo da história, a migração interna também desempenhou um papel importante na formação do Brasil. No século XIX, por exemplo, a migração interna ajudou a colonizar o interior do país, especialmente nas regiões do Sul e Sudeste. O ciclo do café, por exemplo, atraiu migrantes de várias partes do Brasil e também de outros países.

No âmbito legal, a regulamentação da migração no Brasil passou por diversas transformações ao longo dos anos. Em 1945, foi promulgado o Estatuto do Estrangeiro, que estabeleceu regras para a entrada e permanência de estrangeiros no país. Posteriormente, em 1980, foi adotada uma nova lei de migração, que revogou o Estatuto do Estrangeiro e buscou modernizar o tratamento dos imigrantes no Brasil.

A Constituição de 1988 também trouxe mudanças significativas no tratamento dos imigrantes, garantindo direitos fundamentais a todos, independentemente de sua nacionalidade. Isso reforçou o compromisso do Brasil com a promoção da igualdade e da não discriminação em relação aos imigrantes. No entanto, a legislação migratória brasileira ainda apresenta desafios e questões em aberto, especialmente no que diz respeito aos direitos dos imigrantes e refugiados. O país tem enfrentado um aumento significativo no número de refugiados e solicitantes de refúgio nos últimos anos, o que destaca a importância de uma legislação migratória eficaz e humanitária.

Além disso, a questão da migração no Brasil está intimamente ligada a temas como a integração social e econômica, o combate à xenofobia e à discriminação, e a proteção dos direitos humanos dos imigrantes. O governo brasileiro, em parceria com organizações da sociedade civil e agências internacionais, tem trabalhado para enfrentar esses desafios e criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para os imigrantes.

O Brasil também é signatário de acordos e tratados internacionais relacionados à migração, como a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de

1951 e o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular da ONU, que reforçam o compromisso do país com os direitos dos imigrantes e refugiados.

No contexto atual, a migração no Brasil continua a ser um tema de relevância crescente, com a chegada de imigrantes de diferentes partes do mundo, incluindo a América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Essa diversidade contribui para a riqueza cultural e étnica do país, mas também requer uma abordagem aberta e sensível às necessidades e direitos dos imigrantes. De modo geral, a migração no Brasil é uma parte intrínseca da história e da sociedade do país. A legislação migratória evoluiu ao longo do tempo para refletir os valores de igualdade e não discriminação, mas ainda há desafios a serem enfrentados para garantir a plena proteção dos direitos dos imigrantes e refugiados no Brasil.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA MIGRAÇÃO NO BRASIL

A imigração, sendo um fenômeno de grandes proporções a nível mundial, ganha contornos que precisam ser regulados pelo Direito, uma vez que seus desdobramentos atingem questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Assim sendo, o Estado cria leis para respaldar esse processo. O presente capítulo se dedica à análise de duas dessas normativas: a Lei do Estrangeiro e sua sucessora, a Lei de Migração, promulgada em 2017.

A chamada Lei do Estrangeiro, lei n. 6.815/80, consolidada pelo nome de Estatuto do Estrangeiro, foi elaborada e aprovada durante a Ditadura Militar, período histórico e político em que o governo brasileiro era comandado pelo exército. Nesse interim, a principal preocupação era, no discurso governamental, a segurança da pátria e o resguardo da soberania nacional diante de uma possível ameaça estrangeira, contrariando, portanto, as determinações da Carta Magna de 1988.

Art. 2º Na aplicação desta Lei, atender-se-á, precipuamente, à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem, assim, à defesa do trabalhador nacional (BRASIL, 1980).

Essa preocupação com a segurança é reforçada nos incisos II a V do art. 7:

Art. 7º Não se concederá visto ao estrangeiro:
II- considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

III- anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;
 IV- condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou
 V- que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde; (BRASIL, 1980).

A referida lei adotava uma visão segregacionista do imigrante, que era visto como um potencial inimigo (Claro, 2020). Essa ideia era veementemente defendida pelo General Golbery do Couto e Silva (1911-1987), adepto da teoria da segurança nacional e responsável por legitimar ideologicamente suas influências na lei n. 6.815, com a finalidade de, dentre outros interesses, manter o Brasil aliado ao bloco capitalista no mundo bipolar da guerra fria: “o amplíssimo caráter dessa doutrina, que se confundia com uma essência da nacionalidade, espelhava-se na legislação produzida pela ditadura [...] tratava-se da lógica de um Estado policial” (Fernandes, 2011, p. 439).

É importante ressaltar, entretanto, que a Lei do Estrangeiro não foi a primeira regulamentação a voltar seus olhares para a segurança nacional no tocante à presença de imigrantes: essa visão foi inaugurada no Decreto n. 1.641, de 1907, popularmente chamado de Lei Adolfo Gordo (BRASIL, 1907):

Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907:
 Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional.
 O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
 Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:
 Art. 1º. O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade publica, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional (BRASIL, 1907).

Assim, a vigoração das leis militares apenas reforçou uma preocupação que já existia. Houve, entretanto, muita revolta e contrariedade por parte da população em geral e de estudiosos e jornalistas, dentre os quais merecem destaque a fala de Jorge Uequed: “Por que o projeto agora nesta altura da vida brasileira? Qual o tumulto que está existindo? Qual o problema criado pelos estrangeiros que chegam ao Brasil?” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 05/08/1980); e de Paulo Brossard: “Este projeto tem cheiro de sangue” (Diário do Congresso Nacional, 06/08/1980).

Uma busca realizada no banco de dados da Câmara dos Deputados, “Discursos e Notas Taquigráficas”⁵, usando como ferramenta o assunto *estrangeiros*, encontrou 182 (cento e oitenta e dois) discursos relacionados ao tema no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1980, o que evidencia toda a movimentação em torno do novo estatuto: de 366 dias no ano, praticamente houve um discurso sobre o tema a cada dois dias.

Muitos desses discursos, levantados por aliados do governo militar, se voltam à ameaça da soberania e dos minérios da Amazônia, referindo-se à presença de líderes religiosos estrangeiros que estariam possivelmente instigando os povos tradicionais a lutarem por seus direitos:

(...) Os interesses pessoais e, já agora, internacionais, acionados por brasileiros de pouca ou nenhuma coragem cívica, acompanhados de organizações religiosas comandadas pelos novos corifeus, importados do exterior, põem até em risco a segurança Nacional (...). Estes homens, representantes da Igreja Católica, se lançam em campanhas perigosas para a Nação brasileira, como no caso da demarcação de terras indígenas no Amajari (...). Por uma coincidência terrível, os padres e bispos envolvidos nesses episódios são sempre estrangeiros, como já disse eu em outra ocasião, sem nenhum compromisso com este País. Algo de muito importante existe comandando essas ações constantes e desagregadoras, em detrimento da unidade nacional (Discurso do deputado Hélio Campos, diário do Congresso Nacional, 25 DE OUTUBRO DE 1980).

Um olhar atento a esse discurso permite identificar diversos traços de preconceito contra a população estrangeira, dentre os quais podemos citar os trechos: “brasileiros de pouca ou nenhuma coragem cívica, acompanhados de organizações religiosas comandadas pelos novos corifeus” e “Por uma coincidência terrível, os padres e bispos envolvidos nesse episódio são sempre estrangeiros”. Um discurso, portanto, repleto de ironia e carregado de ideais de proteção dos interesses do capital.

Outros tantos discursos mostram posição contrária à implementação da lei e às imposições governamentais que restringiam a presença de estrangeiros e os consideravam como perigo eminente. Outros, entretanto, se posicionam contra o fato de o governo favorecer certos grupos econômicos de estrangeiros, como bancos, indústrias químicas, mineradoras, indústrias canavieiras, farmacêuticas e agricultoras, dentre outras que se classificavam como multinacionais (Sprandel, 2015).

⁵ <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>

No cerne dessa crítica, cabe a discussão sobre o chamado *Estado de bem-estar social*, que é, na concepção de Brito (2013), aliado ao caráter cada vez mais competitivo do mercado de trabalho, uma das causas que dificultam a entrada de imigrantes no Brasil. Nos parágrafos seguintes, faz-se uma breve discussão a respeito desse assunto e sua relação com a Lei de Estrangeiros.

Vale, antes de tudo, contextualizar o conceito de *Estado de bem-estar social* a partir de um cenário histórico em que a desigualdade (ou a igualdade que não saiu da teoria) contribuiu para a expansão do capitalismo e o agravamento da situação da classe trabalhadora, que vivia sob condições desumanas, visto que o Estado liberal não cumpria seus compromissos com as questões sociais.

Com medo de que ideais revolucionários surgissem e se espalhassem, a burguesia optou pela criação de mecanismos que pudessem fazer com que os trabalhadores se afastassem dessas ideias, dando origem ao *estado de bem-estar social*, que tinha as seguintes características: i) o Estado intervindo na economia; ii) o princípio da igualdade material; e iii) a aplicação da justiça social (Pescarolo, 2019).

Bresser-Pereira (2017, p. 17) traz uma concisa definição sobre as origens do *Estado de bem-estar social*:

O estado social nasce no pós-guerra, a partir do otimismo gerado pela vitória contra o nazismo, o relativo êxito da União Soviética no quadro de um regime que naquela época ainda era considerado como socialista, e do aumento do poder dos sindicatos de trabalhadores e dos partidos socialistas-democratas. Dadas essas demandas, a solução encontrada pelas democracias liberais foi montar os grandes serviços sociais universais de educação, saúde e previdência social, que são substancialmente mais eficientes em aumentar o padrão de vida da população do que o simples aumento dos salários reais. Assistimos, então, à transição de um Estado democrático liberal, que correspondia a uma democracia de elites, para um Estado democrático social. E também para um Estado desenvolvimentista, porque o Estado volta a ter um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico.

Dadas essas considerações, surgem, entretanto, algumas barreiras, uma vez que, conforme apregoado por Verdú (2007), as políticas econômicas não podem ser arbitrárias e perderem sua legitimidade, sob o risco de deixarem de lado a legalidade e a segurança jurídica, afastando-se, inclusive, dos limites impostos pela Constituição, e nessa estrutura de um Estado pautado na lei, os movimentos migratórios acabam não contando com o apoio de grande parte da população (Habermas, 2004), que

hostiliza os estrangeiros num processo que pode ser enxergado tanto do ponto de vista jurídico-político quanto econômico-social.

Na perspectiva política e jurídica, alguns podem considerar que a presença de indivíduos estrangeiros, pertencentes a outras tradições e culturas, pode pôr em xeque toda a identidade politicamente construída, o que resulta em novas considerações políticas que podem não ser atrativas aos detentores do poder, ideia esta que remonta ao que Habermas (2004) chama de *impregnações éticas*, a saber, influências de determinados grupos, que são geralmente dominantes, no processo de formação política dos Estados. Nesse sentido, o surgimento de uma minoria ganhando força em uma sociedade já historicamente definida pode ser um problema quando essa minoria passa a revogar reconhecimento e garantia de direitos igualitários em relação aos demais membros, e quando são desprezadas, dão início a batalhas em busca da garantia de sua legitimidade. A existência de posicionamentos diferentes, por exemplo, dialoga com a própria ideia de democracia e não deve ser entendida como uma ameaça.

No contexto pluralista que caracteriza a sociedade atual, a base formada pelos cidadãos está em constante transformação, atribuindo novas configurações à democracia e participando dos processos jurídicos e políticos. Assim, é necessário que haja uma constante revisão dos posicionamentos jurídicos e políticos, envolvendo tanto as majorias quanto as minorias, a fim de garantir a inclusão social. Dessa forma, as pessoas que chegam a um novo país devem poder lutar por seus direitos e pelo reconhecimento de sua cultura sem correr o risco de sofrerem um processo de aculturação, como aconteceu com os italianos quando chegaram ao Brasil para substituírem a mão de obra escrava.

Forçar alterações culturais no imigrante é algo que não deve ocorrer, pois viola os limites do respeito ao próximo, do acolhimento das diferenças e da garantia dos direitos individuais, algo, inclusive, garantido pelo *Estado de bem-estar social*. É necessário que o imigrante possa ser entendido e respeitado dentro da sociedade, algo que só irá acontecer ao longo do tempo, uma vez que, face às impregnações éticas, é difícil a compreensão racional dos valores éticos determinados por cada sociedade, uma vez que esses valores são pré-políticos e culturais.

Diante de todas essas acepções, percebe-se que a Lei do Estrangeiro fere os princípios da dignidade humana, uma vez que o imigrante é visto de maneira

discriminatória, sendo adotada a ideia de que era necessário se precaver diante da ameaça que ele possivelmente significava.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa lei logo se tornou obsoleta e foram sendo necessárias mudanças gradativas, que vieram por meio de normas infralegais, como é o caso do Conselho Nacional de Imigração (CNI), do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e de portarias dos ministérios da Justiça, do Trabalho e das Relações Exteriores. Assim, não foi, num primeiro momento, criada uma nova lei, uma vez que os mecanismos burocráticos desse processo não dialogavam com a urgência das mudanças; com isso, a mesma lei já existente foi sofrendo revogações até que uma nova entrasse em vigor, algo que só aconteceu em 2017.

Um dos principais câmbios advindos dessas interferências legislativas foi o fato de que o imigrante passou a ser visto não apenas como detentor de deveres, mas também de direitos (Claro, 2020). Concomitante à criação do modelo constitucional vigente, fortaleceu-se, na década de 1990, o âmbito jurídico internacional, que mais tarde deu lugar ao surgimento de tratados relativos aos direitos humanos (Alves, 2001).

No ano de 2013, foi aprovado o Projeto Lei n. 288, escrito por Aloysio Nunes Pereira, que previa a transição da normativa vigente de forma a garantir um enfoque mais humano e igualitário à questão das migrações. Esse projeto foi a base da nova lei, que recebeu o nome de Lei de Migração e foi aprovada em 24 de maio de 2017, com o n. 13.445. A referida lei foi instrumentalizada pelo Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017, e entrou em vigor 180 dias após sua aprovação, na data de 21 de novembro do mesmo ano. Seu texto final sofreu dezoito vetos que se referiam à ampliação da proteção jurídica aos imigrantes, como por exemplo a presença indígena em áreas fronteiriças e a anistia para imigrantes indocumentados (Claro, 2020).

A redação da lei começa trazendo um esclarecimento a respeito da diferença entre imigrante, emigrante, residente fronteiriço, visitante e apátrida:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I- (VETADO);

II- imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;
 III- emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;
 IV- residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;
 V- visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;
 VI- apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro; (BRASIL, 2017).

O inciso I, que foi vetado, considerava o migrante como “[...] pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida” (Mendes; BRASIL, 2020). O veto aconteceu porque

O dispositivo estabelece conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais, violando a Constituição em seu artigo 5º, que estabelece que aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro em território nacional (BRASIL, 2017, art. 1º).

O artigo mencionado na citação acima versa que todas as pessoas são iguais perante a lei, não havendo distinção de qualquer natureza, o que garante tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros a inviolabilidade de todos os direitos essenciais do ser humano, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade e à propriedade (BRASIL, 1988). O artigo, entretanto, restringe a proteção de direitos aos estrangeiros que vivem no Brasil, ainda que a interpretação do Supremo Tribunal Federal estenda essa proteção aos que não residem em território brasileiro (Jardim, 2017, p. 40).

O veto do Poder Executivo, bem como sua justificativa, contrária a fundamentação constitutiva quanto à igualdade, fraternidade e dignidade que devem ser conferidas ao imigrante, qualquer que seja sua condição no território nacional. Assim sendo, o entendimento da jurisprudência é mais assertivo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Além desse esclarecimento a respeito da diferença entre os referidos termos, a nova lei adota uma preocupação de não cometer os mesmos erros e segregações da anterior, uma vez que seu artigo 3º versa sobre a garantia dos direitos dos imigrantes, ressaltando: a “universalidade dos direitos humanos” (BRASIL, 2017), o que garante que a asseguaração desses direitos tanto a brasileiros quanto a pessoas vindas do exterior; o “repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação”, respaldando a ideia de que todos merecem respeito e assistência; e a “não criminalização da migração”, garantindo que os milhões de migrantes e refugiados não sejam transformados em bode expiatório. Assim, em termos legais, o imigrante não é mais visto como ameaça à segurança nacional.

A nova política migratória brasileira traz valores já anteriormente promulgados pelas autoridades brasileiras, como a Declaração de Direitos Humanos, alinhando-se também aos princípios federativos. Além disso, garante a igualdade de oportunidades e a inclusão laboral por meio do incentivo à promoção de políticas públicas.

O art. 4º complementa o anterior trazendo algumas asseguarações, dentre as quais merecem destaque:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

- I- direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
- II- direito à liberdade de circulação em território nacional;
- IV- medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crime de violação de direitos;
- VIII- acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- IX- amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos;
- X- direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; (BRASIL, 2017).

Observa-se, ao longo de todo o texto da lei, uma diferença fundamental com relação à normativa anterior: enquanto esta usava o termo *estrangeiro*, a atual menciona *migrante*; ainda que sejam dois termos tidos como sinônimos, *estrangeiro* é uma expressão mais restritiva, haja vista que se refere a “um indivíduo que não tem a nacionalidade do Estado em cujo território se encontra presente” (IOM, 2019, p. 6), ao passo que “migrante, por sua vez, inclui não apenas o não nacional, como também pessoas que se deslocam no espaço geográfico de um mesmo país (migrante interno), e pessoas apátridas, aquelas que não têm nacionalidade em nenhum Estado” (Claro, 2020, p. 43). Não obstante, a primeira lei via o imigrante como estranho, quase como alienígena, ao passo que a nova parte da premissa de que este é uma pessoa em mobilidade e que, como tal, precisa ser acolhida.

Existem também diferenças no tocante às perspectivas apresentadas pelas duas leis. Essas diferenças estão relatadas na tabela II:

Tabela II - Diferenças de perspectiva entre as legislações

	Lei do Estrangeiro	Nova Lei de Migração
Objeto da lei	Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o CNlg. Art. 1º. Em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, <u>resguardados os interesses nacionais</u> .	Institui a Lei de Migração. Art. 1º. Esta lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no país, e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.
Aplicação da lei	Art. 2º. Na aplicação desta lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à	Art. 2º. Esta lei não prejudica a aplicação de normas internas e

	<p>organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como à defesa do trabalhador nacional.</p> <p>Art. 3º. A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre <u>condicionadas aos interesses nacionais.</u></p>	<p>internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares;</p> <p>Art. 111. Esta lei não prejudica direitos e obrigações estabelecidos por tratados vigentes no Brasil e que sejam mais benéficos ao migrante e ao visitante, em particular os tratados firmados no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul).</p>
--	--	---

Fonte: (Mendes, 2020; BRASIL, 2020)

Os grifos da tabela II foram feitos no intuito de evidenciar a preocupação, da lei antiga, de que a presença dos imigrantes esteja em diálogo com os interesses nacionais, sob pena de exportação, ideia essa que não aparece na nova legislação, dando lugar a uma política mais abrangente e participativa.

Assim, são substanciais as diferenças reveladas pela comparação entre as duas leis, em termos de abordagem, princípios e impactos na política migratória brasileira. Vale destacar, inclusive, a questão da regularização migratória, tendo em vista que a antiga lei tinha um processo de regularização complexo e restritivo, o que dificultava a situação dos imigrantes ilegais, enquanto a nova lei introduziu um processo simplificado de regularização, facilitando o processo, desde que os imigrantes atendam a determinados requisitos.

Outro ponto que merece destaque no que se refere a essas diferenças é a proteção aos refugiados. A antiga lei não continha disposições específicas para refugiados e não estava em conformidade com as normas internacionais de proteção

a eles. A nova lei, por sua vez, alinha o Brasil com as normas internacionais de proteção aos refugiados, oferecendo uma estrutura legal mais abrangente para o acolhimento e a integração de pessoas que fogem de perseguições e conflitos (Mendes; BRASIL, 2020).

Em se tratando da reunificação familiar e da inclusão no mercado de trabalho, conforme defendido por Claro (2020) e por Mendes e Brasil (2020), a antiga lei não tratava especificamente do processo da reunificação familiar e não estabelecia diretrizes claras para a inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho. Já a Nova Lei de Migração prioriza a reunificação familiar, facilitando o processo de imigração de familiares de imigrantes já estabelecidos no Brasil. Além disso, estabelece diretrizes para a inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho, reconhecendo sua contribuição para a economia brasileira.

Em última instância, observa-se que a primeira normativa aqui analisada não apontava o princípio da não discriminação e não proibia esse tipo de prática, enquanto a nova legislação proíbe explicitamente qualquer forma de discriminação com base na nacionalidade, etnia, gênero, religião, orientação sexual, ou qualquer outro critério, promovendo a igualdade de tratamento para todos os migrantes.

A Nova Lei de Migração do Brasil representa uma mudança significativa na abordagem do país em relação à imigração, adotando uma perspectiva mais inclusiva, humanitária e alinhada com os padrões internacionais. Ela busca reconhecer a importância dos imigrantes para o desenvolvimento do país e garantir que seus direitos e dignidade sejam respeitados em todas as fases do processo migratório, em contraste com a abordagem mais restritiva da antiga Lei do Estrangeiro. Entretanto, é importante destacar que apesar de ser mais inclusiva que as leis anteriores, não está perto do ideal, pensando a partir da perspectiva crítica acerca da realidade capitalista em que se inserem os instrumentos jurídicos. Estes, por conseguinte, pautam-se no direito burguês, que se encarrega de assegurar a reprodução da dominação capitalista e a reprodução da dependência.

Tendo em vista o cenário econômico do Brasil, que obteve níveis de crescimento consideráveis de 2010 a 2015, a migração representa um elemento importante na expansão da força trabalhista brasileira, sendo, portanto, um interesse do ponto de vista capitalista. No contexto das migrações, a teoria marxista da dependência destaca como as desigualdades econômicas e políticas entre nações desempenham um papel fundamental na decisão dos indivíduos de migrar para outro

país. O imigrante venezuelano, ao buscar refúgio no Brasil, revela uma dinâmica paradoxal que ecoa as contradições e limitações do capitalismo dependente. No caso da Venezuela e seu papel no capitalismo global, seu modelo de exploração, pautado na exploração de recursos naturais, beneficia-se com a grande quantidade de recursos, como o caso do petróleo, ao mesmo tempo em que marginaliza a maioria da população.

As contradições internas, quando somadas às sanções e bloqueios econômicos impostos à Venezuela, e à estrutura de dependência da economia venezuelana, cria um cenário de profunda desigualdade social que, quando passa a privar grande parte da população de acesso a recursos e serviços básicos, conseqüentemente gera migrações em massa, colocando milhões de indivíduos em uma empreitada por melhores condições de vida. No entanto, ao chegar em um país como o Brasil, os imigrantes venezuelanos se deparam com uma realidade que reflete, por essência, as desigualdades inerentes ao capitalismo global.

A partir disso, a dependência e a desigualdade interna no Brasil se manifesta de três formas: em primeiro lugar evidencia-se a necessidade de uma economia capitalista em agregar imigrantes no mercado de trabalho, ou seja, inseri-los na teia de exploração capitalista, ao mesmo tempo em que forma-se um exército de reserva para a grande massa de trabalhadores existentes em território nacional; em segundo lugar, apesar do interesse capitalista em possuir essa mão-de-obra, se manifestam barreiras à integração dos imigrantes, inerentes à estrutura dependente da economia brasileira, como a falta de empregos, as dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação além de enfrentar discriminação e xenofobia em alguns casos, o que leva ao terceiro ponto; por fim, em função das barreiras mencionadas, e em meio a uma situação de extrema vulnerabilidade social, muitos indivíduos aceitam empregos informais precários e de baixa remuneração para sobreviverem à “seleção natural do capitalismo”, ou seja, às agressivas contradições de uma sociedade desigual.

A imigração venezuelana para o Brasil oferece uma oportunidade para refletir e comparar as estruturas econômicas e sociais que perpetuam a dependência, tanto na Venezuela quanto no Brasil, em face da economia global. É importante observar que, embora os dois países possuam características econômicas, políticas e sociais particulares e distintas, eles partilham aspectos semelhantes no que tange à dependência e à sua reprodução.

No país vizinho a dependência econômica está enraizada principalmente na exploração e exportação do petróleo. Historicamente, ao longo do século XX, a Venezuela dependeu em grande parte do petróleo como principal fonte de receita, o que no contexto de uma economia agressiva e volátil como a capitalista cria uma economia altamente vulnerável às flutuações dos preços de petróleo no mercado global. Já no Brasil, a dependência econômica é complexa e multifacetada. Apesar de ter uma economia diversificada, ele também enfrenta desafios sistêmicos que reproduzem a desigualdade e a dependência. Nesse sentido, a imigração venezuelana para o Brasil ilustra como tais questões interagem, e qual seu reflexo à realidade do trabalhador venezuelano, que ao fugirem de uma crise econômica em seu país de origem, enfrentam dificuldades significativas no processo de integração na economia brasileira.

Em um nível mais amplo, a dependência econômica tanto na Venezuela como no Brasil é exacerbada pela dinâmica global do capitalismo. Ambos os países estão conectados à economia global, mas suas posições são desiguais, bem como a proporção de suas economias no mercado internacional, com a Venezuela em uma posição mais vulnerável devido à sua dependência das exportações de petróleo e de tecnologia para a indústria petrolífera. Isso torna o país mais suscetível a choques econômicos e políticos globais, o que, por sua vez, afeta a vida dos venezuelanos em seu país, bem como daqueles vivendo no Brasil.

3.2 POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO: DESAFOGO OU REFÚGIO?

O Brasil vem, nas últimas décadas, se destacando como um dos principais destinos de imigrantes advindos de países periféricos, como o caso dos latino-americanos, no intuito de melhores condições de trabalho, abrindo espaço também para africanos, europeus, asiáticos, norte-americanos ou mesmo os refugiados políticos (Villen, 2012).

Esse processo se originou, em termos estruturais, a partir da crise capitalista oriunda dos países centrais, fenômeno ocorrido no final dos anos 2000, com ápice no ano de 2008, e que teve início nos Estados Unidos da América (Singer, 2009). Com isso, houve uma crise global e uma nova reformulação dos atores da divisão internacional do trabalho, fazendo com que as dinâmicas migratórias internacionais também sofressem alterações e adquirissem caráter transnacional.

Pelo fato de os países periféricos possuírem integração comercial e financeira com as nações norte-americanas, europeias e japonesas, as grandes empresas transnacionais passaram a buscar mão-de-obra em países onde os custos fossem menores, num processo que cresceu em consonância com a chamada economia de serviços nas cidades globais⁶ (Sassen, 1998).

Diante desse cenário, houve maior procura tanto por serviços especializados, que exigem conhecimentos específicos, quanto por serviços gerais (e que costumam ser menos remunerados), como os trabalhos domésticos e demais setores que exigem menor qualificação. Com isso, uma vez que esses trabalhadores migram para os centros onde a oferta de emprego é maior, dados os menores gastos laborais, aumentam os índices de desemprego nos países industrializados.

O Brasil foi se tornando destino tanto de trabalhadores com conhecimentos específicos quanto de mão-de-obra geral, sendo que esses últimos costumam ser destinados a locais fortemente marcados pela precarização das condições de trabalho, num processo que beira à escravidão, haja vista que esses indivíduos se veem num processo de choque cultural, como mencionado anteriormente, além de regimes desumanos de trabalho, com carga horária pesada, ambientes insalubres, severas restrições de vida (tendo muitos deles, por exemplo, horário para chegarem em casa ou proibição de sair) e salários baixíssimos.

Nesse cenário, surge um debate a respeito da presença dos venezuelanos no Brasil. A crise econômica vivenciada na Venezuela se intensificou em 2013, com a morte do então presidente Hugo Chávez, que governou o país por 15 anos. Seu sucessor, Nicolás Maduro, obteve forte oposição no Parlamento, e isso ocasionou uma intensa disputa de poder, fazendo com que o Tribunal Superior de Justiça, aliado ao governo, restringisse as funções legislativas da Assembleia Nacional. Esse fato originou diversos protestos em abril de 2016, cuja reivindicação era que Maduro deixasse o cargo. Como resultado desse confronto, 125 pessoas morreram e uma crise avassaladora se instalou no país (Carneiro, 2019).

Com essa crise econômica de altas proporções, muitos venezuelanos se deslocaram a outros países em busca de melhores condições de vida. O Brasil foi um dos principais destinos escolhidos e, dada a ausência de obstáculos naturais na

⁶ Cidades que mais detêm os fixos e fluxos comerciais, econômicos e financeiros do fenômeno de globalização. Essas cidades são geralmente as que mais atraem imigrantes.

fronteira entre a cidade brasileira de Pacaraima e a cidade venezuelana de Santa Elena e Uairén, o estado de Roraima foi eleito como destino brasileiro mais acessível (Marques; Leal, 2018).

3.2.1 As ondas da migração venezuelana para o Brasil

Segundo Baeninger (et al., 2022), o início do século XXI apontava, no cenário brasileiro em geral, determinados fluxos de imigrantes latino-americanos, seja nos grandes centros como São Paulo ou nas regiões fronteiriças. O fluxo migratório venezuelano, nesse sentido, ocorre sobretudo devido à proximidade com o território brasileiro, sendo, portanto, uma espécie de fluxo fronteiriço. As migrações ocorrem a partir de motivações, sejam elas uma busca por melhores condições de vida, ou ofertas de trabalho e estudo, sejam elas por crises econômicas, guerras civis e religiosas ou desastres naturais. Já o destino para o qual vão os imigrantes, frequentemente, são as regiões mais próximas e fronteiriças de seu país, sobretudo em casos de migrações forçadas e refugiados, como o caso dos imigrantes venezuelanos.

Ora, em momentos de emergência e de vulnerabilidade social, é mais conveniente para os refugiados se abrigarem nas nações vizinhas, mesmo que seja apenas de forma temporária. Isso justifica o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos que o Brasil e a Colômbia receberam nos últimos cinco anos. Todavia, nos anos anteriores, os fluxos de imigrantes venezuelanos se davam por outras motivações e em diferentes contextos. Em uma pesquisa acerca das migrações venezuelanas no Brasil, Baeninger (et al., 2022) divide a migração venezuelana no Brasil em três ondas distintas.

O texto dos autores destaca uma evolução significativa na dinâmica da migração venezuelana para o Brasil ao longo do período analisado. Inicialmente, o fluxo estava relacionado a processos típicos de fronteira, caracterizados pela proximidade geográfica e pelas migrações fronteiriças. No entanto, a partir de 2010, a migração passou a ser influenciada por fatores transnacionais, como a mobilidade do capital e a transferência de empresas transnacionais para o Brasil. Essa mudança reflete a complexidade das motivações por trás das migrações e demonstra como as dinâmicas econômicas e políticas na Venezuela desempenham um papel fundamental nesse processo.

Uma das informações mais notáveis é a prevalência da imigração talentosa e de profissionais talentosos entre os venezuelanos que ingressaram no Brasil entre 2000 e 2015. Como mostra a Tabela III, a maioria desses imigrantes chegaram ao país como cientistas, pesquisadores, professores, estudantes de nível superior, administradores, gerentes, diretores, executivos e médicos. Essas ocupações representaram 48% das concessões de vistos para imigrantes venezuelanos nesse período. Essa é a primeira onda migratória destacada pelos autores, que ocorre entre 2000 a 2015, tendo como principal destino as metrópoles do Sudeste brasileiro e com motivações completamente distintas do cenário vivenciado pelos imigrantes a partir de 2018 e 2019.

Tabela III - Imigrantes da Venezuela com registros ativos no Brasil, entre 2000 e 2015, segundo amparo legal

Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro.	1.685	19,4
Artigo 13 IV Lei 6.815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	1.658	19,1
Resolução Normativa 36/99 – Conselho Nacional de Imigração (CNI)/ Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	1.058	12,2
Artigo 75 II Lei 6.815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar.	893	10,3

Artigo 75, II, Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - Ministério da Justiça (MJ)	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro).	811	9,4
Artigo 37 - Lei 6.815/80	Dispõe que o titular de visto segundo o artigo 13, incisos V e VII, poderá obter transformação do mesmo para permanente (art. 16).	515	5,9
Dependente de Titular de Resolução Normativa	Disciplina a concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	263	3,0
Resolução Normativa 80/08	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.	240	2,8
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos.	211	2,4
Decreto 6.975/09 - Acordo Residência Mercosul e Associados	Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia e Chile.	140	1,6
Resolução Normativa 62/04	Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado econômico.	134	1,5
Resolução Normativa 99/12	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.	121	1,4
Visto temporário Lei 13.333/16	Prorroga, por três anos, o prazo do visto temporário de que trata o art. 18 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 (legislação que institui o Programa Mais Médicos).	115	1,3

Outros amparos legais	826	9,5
Total (todos os amparos legais)	8.670	100,0

Fonte: Baeninger et al., 2022, n.p

A análise revela um perfil diversificado de imigrantes venezuelanos, incluindo estudantes, engenheiros, médicos, diretores, gerentes e profissionais de diversas áreas. Esse perfil seletivo sugere que o Brasil foi capaz de atrair uma ampla gama de talentos e habilidades, e não que o país de origem estava, nesse momento, em alguma crise socioeconômica que motivasse tal migração. A distribuição geográfica dos imigrantes venezuelanos mostra uma concentração significativa em São Paulo e Rio de Janeiro, que juntos representaram quase 70% do total da imigração. Isso reflete a atratividade dessas metrópoles devido às oportunidades de emprego, infraestrutura e serviços disponíveis. No entanto, é importante notar que todos os estados brasileiros registraram pelo menos um imigrante venezuelano, demonstrando a ocorrência desse fenômeno em todo o país.

Em linhas gerais, a primeira onda da migração venezuelana no Brasil demarca as diferenças entre os espaços da fronteira e da metrópole (Demétrio e Domeniconi, 2018). Essa distinção é redesenhada a partir de 2016, quando o aumento das solicitações de refúgio —“um dos elementos da nova configuração da migração transnacional na fronteira” (Baeninger, 2018b, p. 469)— altera a distribuição interna dessa migração internacional, fortalecendo as conexões entre ambos os lugares (Baeninger *et al.*, 2022, n.p).

A transição da migração venezuelana de uma migração de fronteira para uma migração transnacional relacionada à mobilidade do capital é um aspecto significativo. A presença de profissionais envolvidos e a transferência de empresas transnacionais para o Brasil sugerem uma conexão entre a migração e os interesses econômicos. Nesse contexto, a migração não é apenas impulsionada por fatores humanitários, mas também por oportunidades econômicas e de carreira. A análise dos dados apresentados indica que a migração venezuelana para o Brasil é um aspecto multifacetado, com inúmeros fatores impulsionadores e uma diversidade de perfis de imigrantes, bem como de motivações para a migração. A compreensão dessas dinâmicas migratórias é um aspecto essencial para o governo desenvolver políticas de integração e acolhimento.

A segunda onda de migração venezuelana, objeto de análise pelos pesquisadores, se desenrolou entre os anos de 2016 e 2017. Durante esse período, as contradições políticas e econômicas na Venezuela atingiram níveis alarmantes, desencadeando uma escalada na migração em direção à fronteira com o estado de Roraima, no norte do Brasil. Esse período crítico marcou uma mudança significativa na natureza da migração venezuelana para o Brasil, à medida que as dificuldades econômicas, a escassez de alimentos e medicamentos, juntamente com a instabilidade política no país de origem, forçaram um número crescente de venezuelanos a buscar refúgio e oportunidades no Brasil.

A intensificação dessa segunda onda de migração teve impactos notáveis nas regiões de fronteira, em particular em Roraima, que se tornou o principal ponto de entrada para os imigrantes venezuelanos no Brasil. O aumento acentuado da demanda por serviços públicos, como saúde e educação, bem como a pressão sobre os recursos locais, tornou-se um desafio para as autoridades estaduais e municipais. Além disso, essa mudança nas dinâmicas migratórias destacou a necessidade de políticas de acolhimento e integração específicas para lidar com essa população vulnerável, ao mesmo tempo em que garante a sustentabilidade das comunidades receptoras.

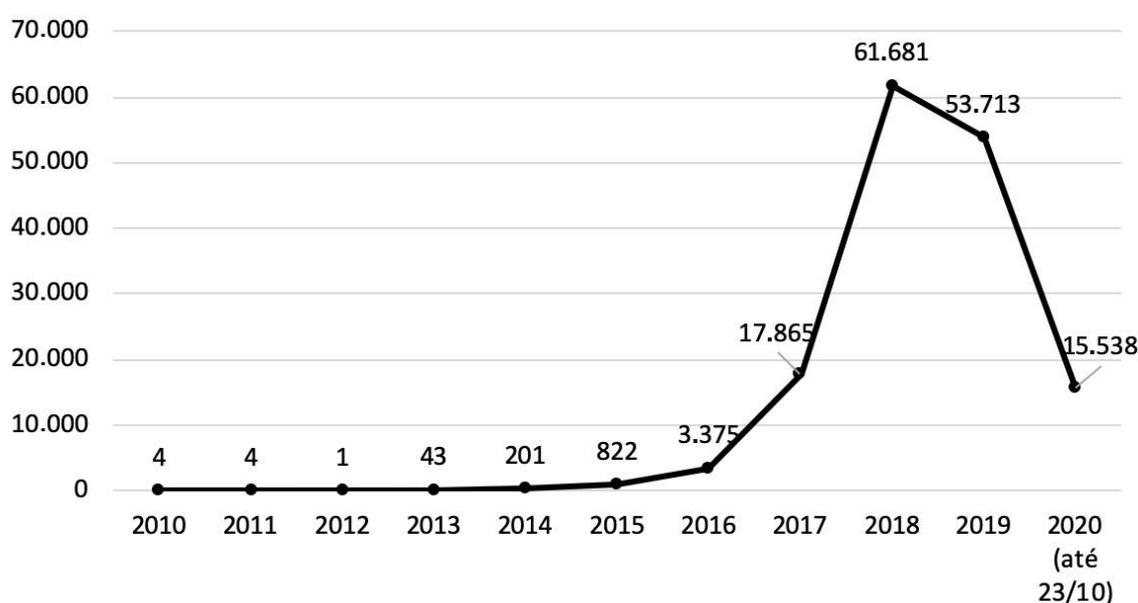
Portanto, a segunda onda de migração venezuelana trouxe à tona questões importantes relacionadas à resposta humanitária, ao planejamento urbano e à cooperação regional. Os dados comparativos entre 2015 e 2016 mostram um substancial aumento do número de imigrantes, que gerou uma problemática burocrática no Brasil, com disputas envolvendo a regularização dos venezuelanos no território brasileiro.

De acordo com Baeninger (2022), citando o estudo de Assis⁷, tais disputas e dificuldades no que tange à regularização de venezuelanos no Brasil ocorrem não somente devido ao alto contingente de imigrantes, como também encontra barreiras em normativas do então vigente Estatuto do Estrangeiro (1980), que “inviabilizaram a documentação de parcela importante dessa população, crescentemente formada por solicitantes de refúgio” (Baeninger, 2022, n.p).

⁷ ASSIS, G. de O. A nova lei de migração no Brasil: avanços e desafios. In: BAENINGER, Rosana et al (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - Nepo/Unicamp, 2018.

O Gráfico 1, com dados disponibilizados pelo CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), demonstra um crescimento exponencial no número de solicitações de refúgio por parte dos imigrantes venezuelanos no Brasil. Em apenas três anos, de 2015 a 2018, o número de interações aumentou de 822 para 61.681, trazendo uma mudança drástica na dinâmica da migração venezuelana para o país.

Gráfico I - Solicitações de refúgio de venezuelanos protocoladas no Brasil, entre 2010 e outubro de 2020



Fonte: CONARE, Ministério da Justiça. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP (*apud* Baeninger, 2022, n.p)

Assim, percebe-se um crescimento ainda maior da migração a partir da terceira onda, que tem início em 2018. O subtópico a seguir se dedica a trabalhar essa terceira onda, juntamente com a situação dos imigrantes em Roraima, tendo como pano de fundo a política de interiorização para cidades menos populosas.

3.2.2 Roraima: o portão de entrada dos venezuelanos

A Venezuela, ao longo da última década, tem atravessado um árduo período de crise, que desestruturou sua economia, gerou um acentuado desemprego e elevou as taxas de inflação no país a níveis catastróficos, forçando milhares de venezuelanos a migrarem para outros países, sobretudo da América Latina, em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto, os venezuelanos passaram a

adentrar a fronteira do Brasil, com maior intensidade sobretudo a partir de 2018, tendo como porta de entrada principal o estado de Roraima, devido às suas condições fronteiriças com a Venezuela.

Como aponta Baeninger (*et al.*, 2022), a partir de 2018, quando se inicia a terceira onda, devido aos altos números de imigrantes a questão da migração sob a ótica da governança passa por algumas mudanças. Segundo os autores as políticas de migração no Brasil passam a se dividir entre diretrizes elaboradas por portarias especiais, os instrumentos legais postulados pela Nova Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017) e os mecanismos colocados pelo Estatuto dos Refugiados (Lei nº 9.474/1997).

A evolução da governança da migração venezuelana no Brasil, a partir de 2018, reflete a adaptação das políticas migratórias às novas demandas e desafios apresentados pela crescente chegada de venezuelanos. A transição das diretrizes estabelecidas pela Resolução Normativa 126 de março de 2017 para a Portaria Interministerial nº 9, de março de 2018, representa uma resposta às críticas e uma tentativa de aprimorar as políticas de regularização e acolhimento.

A Portaria Interministerial nº 9 trouxe avanços significativos, como a exclusão da exigência de entrada por via terrestre e a possibilidade de transformação da residência temporária em permanente após dois anos. Essas mudanças refletem a necessidade de adaptação das políticas às peculiaridades da migração venezuelana, incluindo a situação de vulnerabilidade econômica de muitos imigrantes, bem como a pressão de movimentos sociais e de órgãos e agências humanitárias para dar uma resposta rápida tanto à Roraima, sobrecarregada com o intenso fluxo, quanto aos imigrantes refugiados.

A obtenção de regularização por mais de 110 mil venezuelanos por meio dessa portaria, representando 77% dos registros no Sistema Nacional de Registro Migratório, ilustra, de um lado, a eficácia dessa medida em atender à demanda por regularização. A RN 126, válida nos primeiros meses do período em questão, também desempenhou um papel importante na regularização de mais de 30 mil imigrantes venezuelanos.

Enquanto essas políticas podem parecer um avanço na gestão da crise humanitária, elas também podem ser vistas como uma resposta apropriada ao contexto econômico e político do país. A flexibilidade na regulamentação migratória e a oferta de oportunidades de regularização, quando analisadas sob a ótica do

capitalismo dependente, podem ser interpretadas como uma tentativa de atrair uma mão de obra barata, muitas vezes disposta a aceitar empregos precários, devido à situação de vulnerabilidade, em um mercado de trabalho já caracterizado por altos níveis de exploração, como é o nacional. Isso se encaixa na lógica capitalista de buscar altos lucros por meio da redução dos custos de produção.

Todavia, de fato foi necessário pensar em uma estratégia para desafogar a estrutura pública do estado de Roraima, tornando a situação precária não somente para os migrantes venezuelanos, como também para os próprios moradores do estado de Roraima, em face dos limites do orçamento público do estado, que não comportava em seu planejamento esse cenário de crise. Nesse contexto, a política nacional encontrou na política de interiorização, a solução prévia para aliviar a estrutura pública de Roraima, através da desconcentração desses migrantes, que foram interiorizados e distribuídos pelo território brasileiro.

Esse Plano de Ação regional estabelece o apoio técnico e logístico à estratégia de interiorização, que consiste em ajudar os venezuelanos em situação de vulnerabilidade a encontrar melhores condições de vida em outros estados, sem sobrecarregar nenhuma região, como o ocorrido em Roraima. Tal política foi adotada pelo Governo brasileiro respeitando, tecnicamente, a vontade do indivíduo migrante em participar desse processo, com a adesão voluntária, tendo o conhecimento sobre as condições que serão enfrentadas nas novas cidades de destino em termos de estrutura e assistência, como, emprego, moradia e serviços de saúde. (CARNEIRO, 2019, p. 245).

Partindo de Roraima, o objetivo era interiorizar esses indivíduos em cidades com maiores ofertas de emprego e qualidade de vida, e, por isso, foi classificada como uma política humanitária. O mapa a seguir demonstra as principais rotas utilizadas para levar os imigrantes às cidades interioranas e litorâneas do país.

Figura I – Rotas de migração



Fonte: OIM - Brasil

Algumas notícias veiculadas na mídia nacional, tanto através de ferramentas governamentais, quanto pela OIM (Organização Internacional para as Migrações), endossam o sucesso da política de integração à sociedade brasileira. Entretanto, uma cena que tem sido recorrente nos sinaleiros das cidades brasileiras, inclusive cidades goianas, é de indivíduos ou famílias venezuelanas, pedindo dinheiro, trabalho, ou qualquer tipo de ajuda que possa amenizar sua situação.

Particularmente no caso da migração venezuelana, a resposta do governo brasileiro, organizada nas Operações Acolhida, possibilitou articulações inéditas entre o Estado, organizações internacionais e a sociedade civil, promovendo novas dimensões de hospitalidade (Baeninger, 2018a). Criada em 2018 com o objetivo de garantir assistência humanitária aos venezuelanos que entram no país por Roraima, essa força é coordenada pelo governo federal, com o apoio de diversas agências da ONU e outras ONGs. Suas principais frentes de atenção são: gestão de fronteiras, com “estruturas que garantem acolhimento, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem” (Governo Brasileiro, sd). Sob responsabilidade do exército brasileiro é realizada a proteção na fronteira, com oferta de abrigo; alimentação e cuidados de saúde, com forte participação da ONU; e, a internalização como uma realocação

voluntária de venezuelanos para outras regiões do Brasil, com o apoio de instituições internacionais, ONGs e empresas. Em dezembro de 2020, este programa já foi internalizado por 46.589 pessoas, sendo quase 19.389 imigrantes em 2020 (Baeninger, *et al.*, 2018, n.p).

O fluxo migratório de venezuelanos no Brasil atingiu seu ápice de intensificação a partir do ano de 2015, culminando com uma migração em massa a partir de 2016. Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018a) estimam que, até o ano de 2018, 2,3 milhões de venezuelanos saíram do país. Destes, pelo menos 2% (aproximadamente 50 mil pessoas) se fixaram no Brasil (até abril de 2018, data em que os dados foram coletados), um aumento de mais de 1000% em relação a 2015 (Carneiro, 2019). Muitos desses refugiados se instalaram em Boa Vista, a maior cidade de Roraima, que é o estado menos populoso do Brasil.

O Estado, entretanto, acaba não conseguindo lidar com esse fluxo migratório, haja vista fatores como o alto número de venezuelanos que por lá chegam diariamente. Dados estimam que esses imigrantes já representam 10% da população roraimense (Batista *et. al*, 2018). Assim, a oferta de serviços e a garantia de direitos humanos básicos não atende à demanda necessária, o que faz com que a acolhida de venezuelanos seja mais difícil no Brasil que em outros países, como Colômbia e Equador (Batista *et.al*, 2018).

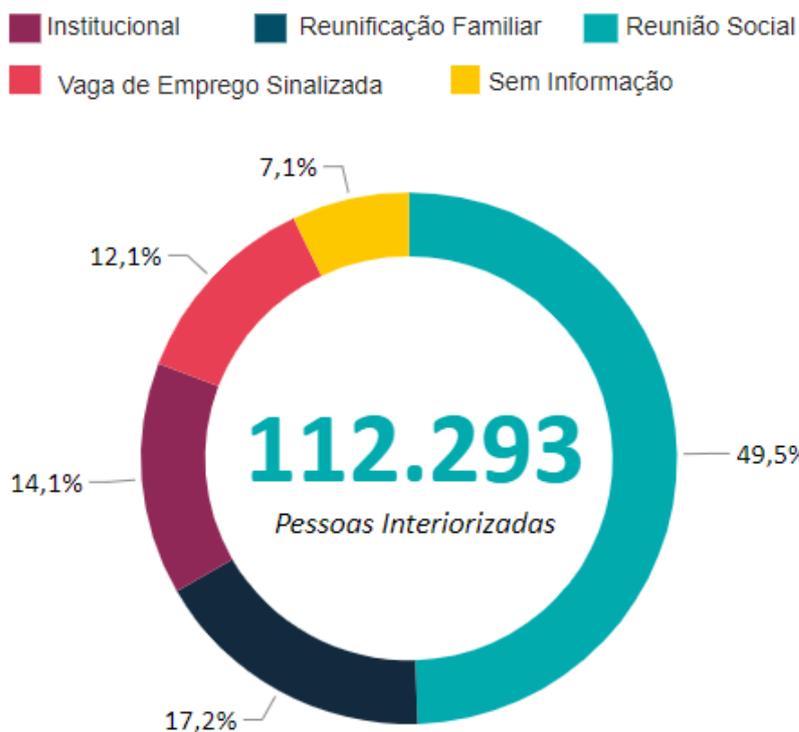
Vale lembrar que a população local de Roraima já sofre com atendimentos básicos precários, e esse problema se acentua com a chegada dos venezuelanos, que são enxergados como aproveitadores (Jarochinsky; Jubilut, 2015). Com isso, o governo de Roraima solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o fechamento temporário da fronteira Brasil-Venezuela, a fim de melhorar os serviços policiais e sanitários, além de uma solicitação de transferência de recursos adicionais para cobertura de gastos. O pedido, entretanto, foi rejeitado pela ministra Rosa Weber.

Mesmo assim, a fronteira foi fechada em fevereiro de 2019, como iniciativa de Maduro diante do fato de o Brasil e outros países vizinhos estarem enviando ajuda humanitária à Venezuela, fato que o governo entendeu como uma interferência política. Esse fechamento perdurou por três meses, e a fronteira foi reaberta em maio do mesmo ano.

Diante do problema referente ao alto número de venezuelanos chegando a Roraima e após a promulgação de dois decretos com medidas emergenciais para o acolhimento desses imigrantes, o governo brasileiro deu início a um processo de

interiorização de venezuelanos para cidades menos populosas, com foco nas periferias das regiões metropolitanas, a fim de efetivar as perspectivas de integração, solucionar problemas a longo prazo e reduzir a pressão do Estado de Roraima através da criação de vagas em abrigos temporários de outros estados. A ideia era de que, até o final de setembro de 2018, 800 venezuelanos fossem interiorizados, mas em julho do mesmo ano, esse número já ultrapassava 820, segundo dados da OIM (2018b).

Destarte, a interiorização foi tida como alternativa mais viável para resolver a questão do descontrolado crescimento demográfico em território roraimense. Esse processo se deu por vias aéreas e terrestres e contou com a ajuda da Casa Civil da Presidência da República, comandada pelo então presidente Michel Temer, e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (Xavier, 2020). Ao todo, segundo dados da OIM e da ACNUR, disponibilizados na plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela, oficialmente 112.293 pessoas foram interiorizadas até o momento (contabilizando entre 05/04/2018 até 31/08/2023). A plataforma separa tais indivíduos por modalidade de interiorização, que se dividem em: Institucional; reunificação familiar; reunião social e vaga de emprego sinalizada, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico II – Pessoas interiorizadas por modalidade

Fonte: Plataforma R4V

É um quantitativo considerável adentrando em território nacional, ainda mais tendo em vista o desemprego e a desigualdade social existentes no Brasil.

O ingresso de um quantitativo substancial de venezuelanos em território brasileiro, em meio ao cenário de desemprego e desigualdade social que prevalece no Brasil, apresenta desafios complexos, especialmente quando analisados à luz da teoria do capitalismo dependente. No contexto do capitalismo internacional, a política de interiorização de refugiados venezuelanos pode ser vista como parte de uma estratégia que não se alinha diretamente com os interesses desses indivíduos em diversos aspectos.

Primeiramente, a interiorização como resposta ao crescimento demográfico em Roraima pode ser interpretada como uma tática para a exploração de mão de obra barata. Como supracitado, a necessidade de uma ampla força de trabalho, que, muitas vezes, se submete a empregos precários, se coaduna com a lógica capitalista de maximização dos lucros por meio da redução dos custos de produção. Isso é particularmente relevante em países com economias dependentes, onde a busca por vantagens competitivas é uma constante.

A intervenção da Presidência da República e da ACNUR nesse processo também deve ser vista como parte de uma dinâmica mais ampla de influência externa sobre as políticas nacionais. O capitalismo dependente, caracterizado por relações desiguais com atores internacionais mais poderosos, frequentemente resulta em uma subordinação das nações dependentes aos interesses das nações industrializadas. Nesse contexto, a presença dessas instituições pode ser entendida como uma tentativa de moldar as políticas brasileiras de acordo com agendas globais, muitas vezes alinhadas com os interesses das nações mais ricas.

A situação de cerca de 112.000 pessoas que foram interiorizadas em meio a um cenário de desemprego e desigualdade social acentuados ressalta a exploração intrínseca ao capitalismo dependente. A mão de obra frequentemente é utilizada em condições de trabalho precárias e remuneração inadequada, o que perpetua a desigualdade social e econômica. A criação de modalidades de interiorização, como a "vaga de emprego sinalizada," sugere a intenção de aproveitar os refugiados como mão de obra disponível, mesmo em um momento em que o mercado de trabalho brasileiro já enfrenta desafios significativos. Outro ponto importante é a classificação desses imigrantes dentro da categoria de refugiados, o que levou uma certa resistência por parte das políticas nacionais, como apontam Baeninger (*et al.*, 2022, n.p).

A questão da concessão do visto de refúgio é um dos pontos determinantes da terceira onda da imigração venezuelana para o Brasil. No período de janeiro de 2018 a março de 2020, foram reconhecidos apenas 187 refugiados da Venezuela, após a promulgação da Nova Lei de Migração, em novembro de 2017. Contudo, as mudanças em torno da política externa brasileira contribuíram, no final de 2019, para que Comitê Nacional de Refugiado aprovasse em bloco a regularização de solicitantes de refúgio da Venezuela com base na Lei 9.474/1997, Estatuto do Refugiado (Presidência da República e Casa Civil, 1997). Martino e Moreira (2020) afirmam que o reconhecimento, por parte do Brasil, da situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela "pode ser entendido como parte da estratégia do governo Bolsonaro em se opor, nos planos doméstico e internacional, às políticas alinhadas ao espectro político-ideológico da esquerda" (Martino e Moreira, 2020, p. 160). Entre 2019 e 2020, 46.643 solicitações de refúgio foram deferidas pelo Comitê Nacional para Refugiados, sem indicação de indeferimentos (Tabela 4), aumentando significativamente o total de refugiados da Venezuela e totalizando 53.197 refugiados no Brasil em 2020.

A situação dos venezuelanos no Brasil é um reflexo complexo da dinâmica política, econômica e social que envolve a migração em massa desse grupo. A concessão do visto de refúgio, como mencionado anteriormente, desempenha um papel crucial nesse contexto. No período de janeiro de 2018 a março de 2020, observou-se um número relativamente baixo de apenas 187 refugiados reconhecidos da Venezuela após a promulgação da Nova Lei de Migração em novembro de 2017. No entanto, a evolução da política externa brasileira desencadeou mudanças significativas no tratamento dos solicitantes de refúgio. E, certamente, o cenário pandêmico vivenciado nesse período estimulou preocupações por parte dos órgãos humanitários e por parte dos setores públicos, levando a uma urgência na classificação de refugiados e nas políticas de inserção no mercado de trabalho brasileiro.

A aprovação em bloco da regularização de solicitantes de refúgio da Venezuela com base no Estatuto do Refugiado de 1997, no final de 2019, representa um marco importante nessa transformação. Martino e Moreira (2020) argumentam que essa mudança pode ser interpretada como parte de uma estratégia do governo Bolsonaro de se opor tanto a nível doméstico quanto internacional às políticas alinhadas com o espectro político-ideológico da esquerda venezuelana. Essa abordagem política, influenciada por considerações ideológicas, tem implicações significativas na dinâmica migratória e na proteção dos direitos dos refugiados. Além disso, repercute fortemente na recepção desses indivíduos na sociedade brasileira, nos discursos proferidos nas mídias e nas redes sociais, tornando ainda maior os riscos em face à situação de vulnerabilidade social.

Segundo Baeninger (*et al.*, 2022), entre 2019 e 2020, o Comitê Nacional para Refugiados deferiu 46.643 solicitações de refúgio, sem indicação de indeferimentos. Essa mudança representa um aumento considerável no número total de refugiados da Venezuela no Brasil, atingindo a cifra de 53.197 refugiados em 2020. Esse fenômeno reflete não apenas a magnitude da crise humanitária na Venezuela, mas também a resposta da política migratória a essa crise, que passou a considerar a situação no país vizinho como uma grave e generalizada violação dos direitos humanos.

Os números de imigrantes venezuelanos considerados refugiados durante 2018 a 2023 foi dramaticamente superior em relação aos demais imigrantes (tabela 3). De um total de 57.697 indivíduos reconhecidos como refugiados nesse intervalo

de tempo, distribuídos em 121 nacionalidades distintas, 53.422 eram de origem venezuelana.

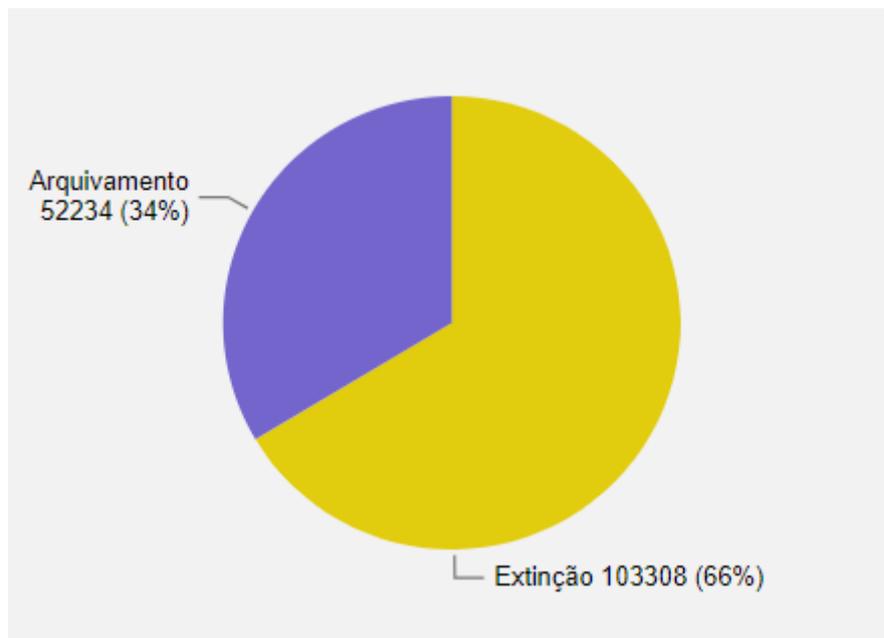
Tabela III – Decisões sobre o refúgio no Brasil – 2018-2023

Nacionalidade	Total	%
Venezuela	53.422	81,56%
Senegal	2.890	4,41%
República Árabe da Síria	1.573	2,40%
Haiti	1.376	2,10%
Cuba	1.191	1,82%
Angola	712	1,09%
República Democrática do Congo	459	0,70%
Guiné Bissau	400	0,61%
Bangladesh	298	0,45%
Nigéria	279	0,43%

Fonte: Conare, Brasil.

Para efeito de comparação, uma década antes desse período, entre 2008 e 2013, apenas 1233 pessoas foram consideradas refugiadas, dentre as quais apenas uma era venezuelana. Nesse período, os principais imigrantes considerados refugiados no Brasil vieram da República Árabe da Síria, que enfrentava uma grave crise humanitária. Todavia, não chega nem próximo do quantitativo de venezuelanos inseridos nessa categoria a partir de 2018, somando um total de 291 indivíduos, o que indica que as transformações nas políticas migratórias nesse intervalo de tempo surtiram efeito nesse quesito.

O número de imigrantes considerados refugiados a partir de decisões de mérito cresceram significativamente entre a primeira e a segunda década desse século. Por outro lado, o número de imigrantes que não foram aceitos dentro dessa categoria é muito superior, crescendo, também, de modo significativo dentro do período selecionado. De acordo com dados da ANCUR e da CONARE, entre 2018 e 2023, mais de 150.000 decisões foram tomadas em desfavor da classificação de imigrantes como refugiados, como mostra o gráfico 2.

Gráfico II – Forma de encerramento – decisões sobre o refúgio no Brasil

Fonte: Conare, 2023.

Dos cerca de 155.000 imigrantes cujo status de refugiado foi negado, os venezuelanos ocupam a segunda posição, atrás apenas dos haitianos, com 55.530 decisões sem análise de mérito. São duas as formas de encerramento do processo. A que teve maior número, tanto no relativo aos imigrantes em geral, quanto especificamente ao quantitativo de venezuelanos, foi a extinção da solicitação dos imigrantes. Mais de 60% tiveram suas solicitações extintas pela CG-Conare, sem resolução de mérito, por diferentes motivos, como o solicitante ter:

- falecido;
- se ausentado do território brasileiro pelo período de dois anos;
- se naturalizado brasileiro;
- apresentado um segundo pedido de reconhecimento da condição de refugiado após indeferimento do primeiro pedido no mérito, sem apresentar fatos ou elementos novos;
- apresentado pedido de desistência; ou
- deixado de renovar, após seis meses de vencimento, o protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

É perturbador que mais de 60% dessas solicitações tenham sido extintas pela CG-Conare, sem que tenha havido uma análise de mérito adequada. Tal prática suscita críticas quanto à eficácia e à justiça do processo de avaliação de pedidos de

refúgio no Brasil. Negar um pedido sem uma análise aprofundada priva os requerentes de refúgio de uma oportunidade justa de demonstrar a validade de suas necessidades de proteção internacional. As razões citadas pelo órgão para a extinção das solicitações, como o falecimento do solicitante, ausência do território brasileiro por um período específico, naturalização brasileira ou a apresentação de um segundo pedido sem elementos novos, podem ser razoáveis em determinadas circunstâncias.

No entanto, é crucial questionar se todas essas decisões foram tomadas com base em critérios claros e justos. Além disso, o fato de que muitos solicitantes deixaram de renovar seus protocolos após seis meses do vencimento levanta questões adicionais. Isso pode indicar falta de informações claras e orientação adequada para os requerentes de refúgio sobre os procedimentos e prazos envolvidos.

A segunda forma de encerramento da solicitação foi o arquivamento do processo, que ocorrem em situações de:

- não comparecimento, sem motivo justificado, à entrevista de elegibilidade para a qual foi previamente notificado;
- falta de atualização de dados cadastrais; ou
- de ter saído do território nacional sem ter previamente comunicado ao Conare.

É importante destacar a faixa etária dos indivíduos que tiveram a condição de refúgio negada pelo Conare. Os números variam, como mostra a tabela 4, entre recém-nascidos a idosos, demonstrando que há uma grande variedade social entre os imigrantes, quanto à idade, profissão, nível de escolaridade e demais categorias.

Tabela IV – Faixa etária dos imigrantes que tiveram solicitação para refúgio negadas

Fonte: Conare

Essa variação quanto à faixa etária, observando o grande número de crianças e idosos, tornou a situação preocupante durante os anos de pandemia pela Covid-19.

Importa sublinhar que, no ano de 2022, verificou-se um acréscimo de 21.248 solicitações se comparado ao ano de 2021, quando o país recebeu 29.107 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; SILVA, B. G., 2022). Trata-se de um dado relevante para a compreensão da dinâmica brasileira do refúgio no contexto de superação do período mais grave da pandemia de Covid-19, o que fica evidente quando comparado ao cenário de estabilidade observado entre os anos de 2020 e 2021 (SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; SILVA, B. G., 2022), ainda no contexto de maiores limitações à circulação de pessoas e controle de fronteiras, a partir do mês de março de 2020, quando medidas de restrições à entrada de imigrantes no país foram tomadas em razão da pandemia (Junger da Silva *et al.*, 2023, p. 10).

Essa citação destaca um aumento considerável no número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil em 2022, em comparação com o ano anterior, 2021. Os dados apontam que em 2022 houve um acréscimo de 21.248 solicitações em relação a 2021, quando o país recebeu 29.107 solicitações. Esse aumento é um dado notável e merece atenção, pois reflete uma mudança na dinâmica do refúgio no Brasil, perante o cenário pandêmico vivenciado ao longo desses anos.

Os autores destacam o contexto vivenciado, apontando que o aumento das solicitações ocorreu no contexto de superação do período mais grave da pandemia, sugerindo que a pandemia pode ter desempenhado um papel importante nas decisões

das pessoas de buscar refúgio no Brasil. O ano de 2020 foi marcado por medidas de restrição à entrada de imigrantes no país devido à pandemia, o que pode explicar o cenário de estabilidade nas solicitações entre 2020 e 2021. No entanto, com a melhoria da situação da pandemia em 2022, parece ter havido um aumento nas solicitações de refúgio (Junger da Silva *et al.*, 2023).

Esse aumento notável nas solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil em 2022 não pode ser compreendido de forma isolada, mas sim dentro do contexto mais amplo do capitalismo dependente que afeta a região. O capitalismo dependente se refere a uma situação em que um país, nesse caso, o Brasil, é subordinado economicamente a nações mais desenvolvidas, tornando-se um receptor de mão de obra barata e, muitas vezes, refugiados em busca de condições melhores de vida.

O fluxo de imigrantes venezuelanos para o Brasil é uma clara consequência das complexas relações econômicas que se desenrolam na América Latina. A crise econômica e política na Venezuela, agravada pela queda nos preços do petróleo, afetou profundamente a vida das pessoas naquele país, forçando muitos a buscar melhores oportunidades em nações vizinhas, como o Brasil. Isso evidencia como as dinâmicas do capitalismo dependente contribuem para o deslocamento de pessoas em busca de meios de subsistência e segurança.

Além disso, a crise humanitária na Venezuela e a falta de serviços básicos, como cuidados de saúde e alimentos, também desempenham um papel fundamental nessa migração em massa. O Brasil, como parte da região, enfrenta os desafios da recepção e da integração de uma população crescente de imigrantes venezuelanos. As políticas públicas e a infraestrutura não são adaptadas para lidar com esse aumento nas solicitações de refúgio, em um país onde os índices de desemprego são altíssimos.

É nesse ponto que as similaridades entre o Brasil e a Venezuela se evidenciam, especialmente no que se refere às condições de dependência e sua reprodução na economia periférica desses países e suas consequências aos trabalhadores. Xavier (2018) enfatiza a persistência dessa dependência das economias latino-americanas em relação à exportação de produtos primários, em condições precárias de trabalho no âmbito da intensa produção de commodities. Além disso, destaca a centralidade da Teoria Marxista da Dependência que, ao contemplar a acumulação de capital, as condições sociais de trabalho e a exploração deste para

obtenção de lucro, fornece uma rica estrutura analítica que realça as relações assimétricas centro-periferia no cenário global.

A análise do autor demonstra que a TMD continua relevante e necessária para entender o estágio atual do capitalismo e seus impactos nas economias periféricas latino-americanas. Apesar das inovações tecnológicas, muitos setores, como a agricultura, mineração e pecuária, ainda apresentam condições de trabalho precárias, incluindo trabalho análogo à escravidão. A "superexploração do trabalho" permanece como o cerne da dependência, permitindo a extração de mais-valia muito além do valor da força de trabalho. A superexploração, além de ser uma categoria econômica, também possui dimensões políticas e sociológicas. Ela lança luz sobre as economias dependentes, independentemente do grau de sua dependência, ao abordar tanto a produção de valor quanto a circulação de mercadorias (Xavier, 2018).

Nesse contexto, autores como Marini, Dos Santos e Bamberger contribuíram significativamente para a compreensão da reprodução do capitalismo na América Latina, desenvolvendo categorias analíticas fundamentais, como subimperialismo, esfera alta e esfera baixa da circulação, indústria dinâmica e indústria tradicional, sistema-mundo, entre outras. Essa corrente de pensamento dependista explorou as transformações na dependência econômica latino-americana à medida que essas economias passavam pelo processo de industrialização, o que Marini chamou de formação de anéis na espiral da industrialização (Xavier, 2018).

A partir disso, a situação dos imigrantes venezuelanos no Brasil ilustra de maneira contundente os conceitos marxistas de dependência econômica e exploração, especialmente em um contexto de capitalismo dependente na América Latina. A crise na Venezuela, que força milhares de pessoas a deixarem o país em busca de condições de vida melhores, tem raízes profundas nas relações econômicas e políticas internacionais que perpetuam a dependência dos países periféricos, como a Venezuela, em relação aos centros econômicos do capitalismo global.

Os imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil em busca de refúgio e oportunidades muitas vezes enfrentam condições de trabalho precárias, ecoando os princípios da "superexploração do trabalho" discutidos na Teoria Marxista da Dependência. Muitos deles acabam se engajando em empregos mal remunerados e sujeitos a más condições laborais, inclusive em setores como agricultura, construção civil e serviços. Isso ocorre em um contexto em que o Brasil também enfrenta desafios econômicos e sociais, incluindo altos níveis de desemprego e desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do desenvolvimento econômico da América Latina se ergue tal qual um edifício construído às pressas, cujas fundações são alicerçadas na exploração voraz de seus recursos naturais. Assim como na Torre de Babel, onde a ambição desmedida dos construtores os levou a querer tocar os céus, a ganância por riquezas na América Latina levou à extração desenfreada de seus tesouros naturais, sem considerar as consequências a longo prazo, que são atualmente vivenciadas no cotidiano nas sociedades latino-americanas.

Nos primeiros andares desse edifício, encontramos as minas de prata que enriqueceram os colonizadores, mas empobreceram as terras latino-americanas. Os pilares de ouro e prata erguidos com o trabalho escravo de povos indígenas e africanos não foram suficientes para sustentar uma economia equitativa e sustentável. Mas, por outro lado, possibilitou a grande acumulação de capital que permitiu o desenvolvimento da industrialização nas nações europeias. Além disso, nesse momento inicial não somente a extração de metais culminou na acumulação capitalista. As plantações de monocultura, como café, cana-de-açúcar, foram alicerces centrais para a construção desse “edifício” da América Latina, explorando não somente a mão-de-obra escrava, como exaurindo o solo, deixando profundas marcas e cicatrizes, e uma herança de degradação social e ambiental.

O edifício do desenvolvimento econômico na América Latina, erguido às pressas e corroído pela exploração de recursos naturais, é também um reflexo vívido do conceito de "capitalismo dependente". Assim como os construtores da Torre de Babel dependiam da continuação da construção para atingir seus objetivos ambiciosos, as economias latino-americanas tornaram-se dependentes da exportação de matérias-primas e *commodities* para o exterior.

Nesse contexto, o capitalismo dependente é como um andaime frágil que sustenta o edifício. A exportação de minerais, petróleo, café e outros produtos básicos, muitas vezes em condições desiguais ditadas pelos países desenvolvidos, cria uma relação de dependência que enfraquece a autonomia econômica da região. Os lucros gerados por essas exportações não são reinvestidos de forma significativa na diversificação da economia, na educação ou na pesquisa científica, mas atendem aos interesses de um mercado global e das elites locais de cada país.

À medida que o edifício do desenvolvimento cresce, sua base continua a encolher, tornando-se cada vez mais instável e frágil. Isso é análogo à persistente desigualdade socioeconômica que aflige a América Latina, onde uma elite se beneficia da exploração de recursos, enquanto as camadas mais vulneráveis sofrem com a falta de acesso a oportunidades. E em períodos de crise, como a recente crise venezuelana, é justamente sobre essa base que irá recair as mais agressivas e turbulentas consequências. Assim como na Torre de Babel, onde a busca por grandeza levou à confusão e à divisão, o capitalismo dependente na América Latina gera desequilíbrios sociais e econômicos, levando a tensões políticas e sociais.

Conforme abordado ao longo dessa pesquisa, o capitalismo dependente na América Latina, em parte, se manifesta na exploração dos recursos naturais dessas nações para o benefício de potências econômicas globais, muitas vezes em detrimento das próprias populações locais. No caso da Venezuela, a dependência excessiva do petróleo como principal fonte de receita econômica tornou o país vulnerável às flutuações nos preços do petróleo e às políticas de nações centrais. Esse modelo econômico centrado na exportação de recursos naturais aprofundou a desigualdade e fragilizou a diversificação da economia, tornando-a altamente vulnerável a crises econômicas e políticas.

A análise marxista da dependência nos oferece uma compreensão mais profunda das complexas interações entre as nações periféricas e o sistema global do capitalismo. Isso é particularmente evidente na situação dos imigrantes venezuelanos no Brasil, que são vítimas das consequências desse sistema. A dependência econômica na América Latina, notavelmente na Venezuela e no Brasil, tem raízes históricas profundas que se entrelaçam com a exploração imperialista e a extração de recursos naturais para benefício das potências centrais. Essa exploração não se limita apenas à extração de recursos naturais, mas também se estende a uma exploração da força de trabalho e à imposição de agendas políticas e econômicas que favorecem os interesses das nações mais poderosas. Essa dinâmica perpetua a desigualdade e a vulnerabilidade econômica das nações periféricas.

Tanto a Venezuela quanto o Brasil compartilham histórias coloniais marcadas por séculos de exploração de seus recursos naturais e populações locais em prol do enriquecimento das potências centrais. Essa herança histórica se manifesta nas estruturas de poder, nas desigualdades sociais e nas relações econômicas desiguais

que continuam a afetar profundamente esses países, mesmo com as transformações históricas.

A economia venezuelana, fortemente dependente do petróleo, enfrenta uma crise profunda devido à instabilidade nos preços do petróleo e à exploração das empresas estrangeiras. No início do século passado, o governo de Juan Vicente Gómez, apesar do *boom* petrolífero, foi marcado por uma distribuição desigual da riqueza gerada por essa indústria, onde poucos se beneficiaram, enquanto a maioria da população vivia em condições precárias. Por outro lado, ao fim do século, a ascensão de Hugo Chávez trouxe a esperança de uma mudança nas políticas econômicas, mas a Venezuela continuou a depender do petróleo e manteve em vigor muitas das políticas liberais. Isso evidencia a complexidade da crise na Venezuela, que está enraizada em uma série de fatores, incluindo a dependência contínua do petróleo, a má distribuição de riqueza e a pressão e intervenções das potências centrais.

No Brasil, a dependência econômica também é multifacetada, com desafios sistêmicos que perpetuam a desigualdade e a exploração. A chegada dos imigrantes venezuelanos ao Brasil agrava a interação entre essas questões, uma vez que buscam se integrar em uma economia que enfrenta seus próprios desafios econômicos. Além disso, a dependência de ambos os países na economia global torna-os vulneráveis a choques econômicos e políticos globais, o que afeta a vida dos venezuelanos que buscam refúgio no Brasil e os brasileiros que enfrentam as implicações dessa migração.

Em síntese, a situação dos imigrantes venezuelanos no Brasil é um reflexo da complexa teia de dependência econômica, exploração e desigualdade que caracteriza o capitalismo dependente na América Latina. A análise marxista da dependência oferece um arcabouço conceitual robusto para entender essas questões, mas também destaca a necessidade de abordar não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais e políticas que envolvem a migração e a integração dos imigrantes na sociedade brasileira. A luta por um sistema mais justo e equitativo, tanto na Venezuela quanto no Brasil, é uma batalha que continua a ser travada em um contexto de dependência global. Para isso, é necessário alimentar ainda mais o arcabouço teórico a partir de estudos científicos e pesquisas sociais, mantendo atualizados os dados e renovando sempre o olhar crítico acerca desse importante e atual objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, B. dos S. **A Revolução Bolivariana e a ascensão do poder popular durante o governo de Hugo Chávez**. 2019. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais e Integração), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **A geopolítica da mestiçagem**. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, n. 11, p. -63, jan. 1985.
- ALVES, J. A. L. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: IBRI, 2001.
- ARAÚJO, Rafael Pinheiro de. Neoliberalismo e luta social na América Latina no tempo presente: a Bolívia entre 2000 e 2005. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 27, n. 2, 2021.
- AZEREDO, Mauro Mendes de. A crise da democracia venezuelana: Relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (orgs.) **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.
- BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália B.; DOMENICONI, Joice de O. S. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**, vol. 16, núm. 30, e202113, 2022.
- BATISTA, JR. J.; TEIXEIRA, D.; NONATO, R.; ASANO, C.; ARRUDA, S.; SENHORAS, E. M. Expulsar é a saída errada (entrevista). **Revista Veja**, n. 2597, p. 19, 29 de agosto de 2018.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol. 45, nº 2, 2002.
- BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica**. Tese (Doutorado) - Universidade do rio de Janeiro, 2011.
- BERNARDI, Bruni Boti. O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.
- BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. Tomo 10 - América del Sur (1870-1930). Barcelona: Editoria Crítica, 1992.
- BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. Tomo 11 - Economía y Sociedad desde 1930. Barcelona: Editoria Crítica. 1997.
- BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. Tomo 16 - Los países Andinos desde 1930. Barcelona: Editoria Crítica. 2002.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2010.

BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007.

BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BRASIL. **Decreto n. 1.641, de 07 de janeiro de 1907**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1980.

BRASIL. Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017. **Regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luíz Carlos. Reforma gerencial e legitimação do estado social. Fundação Getúlio Vargas / Escola de Economia de São Paulo. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro 51(1):147-156, jan. - fev. 2017.

BRITO, F. A politização das relações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, pp. 77-97, jan./jun. 2013.

CARNEIRO, Luíza de Macedo Soares Vieira, A interiorização dos Refugiados Venezuelanos no Brasil. **Caderno de Relações Internacionais/ PUC-RIO**, vol. 2, 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARUSO, Danilo Spinola. **Decifrando a Revolução Bolivariana** - Luta de classes na Venezuela contemporânea. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

CLARO, C. de A. B. Do estatuto do estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas. **Boletim de Economia e Política Nacional- BEPI**, n. 26, set. 2019-abr. 2020.

CRUZ, Ricardo Luiz. Financeirização da economia e naturalização da precariedade: notas sobre a gênese do neoliberalismo na América Latina. In: SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia M. L. de; GALDINO, Gabriel. **A precarização do trabalho e as crises dos modelos produtivos na América Latina no Século XXI** [recurso eletrônico] São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022. Disponível em:

DOS SANTOS, Theotônio. **Desenvolvimento e civilização**: homenagem a Celso Furtado. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

DOS SANTOS, Theotônio. La teoría de la Dependencia: un balance histórico. *In*: SEGREGAS, Francisco Lopez (org.). **El Reto de la globalización**. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos. CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998.

EWELL, J. Venezuela since 1930. *IN*: Leslie Bethell. **The Cambridge History of Latin America**: Latin America since 1930: Spanish South America, Cambridge: Cambridge University Press, v. VIII, 1991, p. 727-790.

FERNANDES, P. O direito internacional dos direitos humanos e a ditadura militar no Brasil: o isolacionismo deceptivo. Jornada de Estudos Sobre Ditaduras E Direitos Humanos, 1, 2011: 02 a 30 de abril. Porto Alegre: **Anais**. p. 438-446. Porto Alegre: APERS, 2011.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos. **Ideologia Bolivariana**: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863). Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

FERREIRA, M. A. A. **A migração venezuelana na sociedade roraimense (2016 – 2020)**. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Eric Gustavo Cardin. Foz do Iguaçu, 2023.

FONSECA, Pedro C. D; SOUZA, Luiz E. de (orgs.). **O processo de substituição de importações**. São Paulo: LCTE, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1957.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.) **Métodos de pesquisa**. Coord. UAB/UFRGS - Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

GUNDER FRANK, Andre. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Editora brasiliense: 1980.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. Trad. George Sperber, Paulo Asthor Soethe e Milton Camargo Mota. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. - 2ª ed. -São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JARDIM, T. D. M. A lei migratória e a inovação de paradigmas. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 12, n. 12, 2017.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139.

JAROCHINSKI, J. C.; JUBILUT, L. As Fronteiras do Norte do Brasil e o Acesso aos Direitos Sociais. **Textos e Debates**, v. 2, n. 27, 2015.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Refúgio em números**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

KLEIN, José Alfonso. **Poder político e luta de classes na Venezuela: 1989 - 2009**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOLING, Paulo José. Teorias da Dependência: abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. **Diálogos**. DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 1/n.2, p. 137-165, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

LÊNIN, V. **Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LOPES, Túlio C. D. Partido comunista da Venezuela (PCV): a confluência Bolívar-Marx e a revolução bolivariana. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n.3, p. 14-29, dez. 2021.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Actuel Marx, 18, 1998. Tradução de Henrique Carneiro.

LUKÁCS, Gyorgy. A consciência de classe. *In*: BERTELLI, A.T.; PALMEIRA, M.G.S.; VELHO, O.G.C.A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, vol. 13, nº 35, 1999.

MAIA, Eduardo Santos. Crítica da necropolítica: uma abordagem marxista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n.2, p. 474-497, ago. 2022.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. México: Editora Era, 1990.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARTINS, Carlos Eduardo; FILGUEIRAS, Luiz. A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 445-449, Set./Dez. 2018.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. - 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2019.
- MARTÍ, José. **Nuestra America**. Caracas: Ayacucho, 2005.
- MARQUES, A.; LEAL, M. Migrantes venezuelanos no Brasil: cooperação como meio para garantir direitos. **Anais do Congresso Nacional de Direitos Difusos**, jan. 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conidif/trabalhos/TRABALHO_EV082_MD1_SA7_ID321_21082017230856.pdf&g>. Acesso em: 24 set. 2023.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: edipro, 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. - 27ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MATERRA, Ramón Casanova. A gramática do chavismo: entre a pulsão socialista e o redentorismo popular. Notas de investigação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 29-45, dez. 2017.
- MATOS, Mateus Webber; FOGOLARI, José Antonio. O populismo na construção de uma política externa integrativa: o caso da Venezuela de Hugo Chávez (1999-2013). **Rev. Conju. Aust.** Porto Alegre, v. 12, n. 58, p. 38-49, abr./jun. 2021.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica** – Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MENDES, A. de A.; BRASIL, D. R. A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. **Sequência (Florianópolis)**, n. 84, pp. 64-88, abr. 2020.
- MORAES, Wallace dos Santos. Petismo e Chavismo: Variedades de Capitalismo e de Regulação Trabalhista no Brasil e na Venezuela. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, pp. 359 a 397, 2014.
- MOURA, L. da T. A ascensão do governo Chávez na Venezuela e sua relação com os movimentos sociais. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, 2013.
- NATALINO, Enrique Carlos; GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. A democracia num Barril: o colapso das reformas econômicas neoliberais e a implosão do socialismo do século XXI na Venezuela. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 28, 29 e 30 de agosto de 2017.
- NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Brasil n. 2:** Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano- com ênfase em crianças e adolescentes. Brasília: Escritório da OIM no Brasil, 2018a.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Brasil- Estratégia de Interiorização dos Venezuelanos.** Publicação em conjunto com o Governo Federal do Brasil- Casa Civil. Brasília: Casa Civil, 22 nov. 2018b.

PAULA, Carlos Alvarenga Ferradosa; BONINI, Luci Mendes Melo; SILVA, Renan Antônio da; FILHO, Fernando Luiz Cas de Oliveira. A recepção, interiorização e violação aos direitos humanos dos refugiados venezuelanos no Brasil. **Revista Brazcubas** - Educação, diálogos interdisciplinares, vol. 8, nº 6, 2019.

PEDROSO, Cardoso Silva. **Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia:** a relação de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2018.

PEDROSO, Carolina Silva. Petróleo e poder: a crise venezuelana e seus elementos históricos. In: Dos Santos, Fabio L. B.; Chagas, Rodrigo P. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 34, 2020.

PESCAROLO, C. O Estado de bem-estar social no Brasil. **Percursos- Anais do VIII CONBRADEC- Congresso Brasileiro de Direitos Empresariais e Cidadania**, v. 1, n. 28, Curitiba- PR, 2019.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** as origens de nossa época. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2019.

QUINTERO, Gerardo J. Siso. La población de Venezuela: evolución, crecimiento y distribución geográfica. **Revista Terra.** Vol. XXVIII, Nº 43, 2012.

RAMOS, João Victor Moré. **Venezuela:** capitalismo bloqueado e transição socialista. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis-SC, 2013.

RIBEIRO, Vicente Nenes da Silva. **Os caminhos da renda petroleira:** distribuição e circulação da renda petroleira na Venezuela Bolivariana (2003-2012). Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ROCHA, Leandro Mendes. As relações Brasil-Venezuela: 1994-2002. In: **Revista Brasileiro do Caribe:** Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Goiânia, Universidade Estadual de Goiás, vol. III, n.5, Ed. CECAB, 2002.

ROSA, Flavia Bischain. O "velho" sujeito histórico e a luta de classes na Venezuela do século XXI. **Mediações**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 297-313, jul./dez., 2011.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Subdesenvolvimento e desenvolvimento no contexto da Cepal: o embate entre dependência e interdependência na América Latina. **HISTÓRIA DEBATES E TENDÊNCIAS**, vol. 21, núm. 3, 2021, Setembro-Dezembro, pp. 280-297.

SALGADO, Tiago Santos. **Em nome da democracia**: a intervenção branca dos EUA na Venezuela chavista. Tese (História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

SANTANA, Guilherme Xavier. Democracia direta, ação direta e autogestão: o caso do movimento de ocupações estudantis na América Latina. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 131-148, jan./mar. 2021.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SCHEIDT, Eduardo. A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. **Tempos Históricos**, Volume 21, 1º Semestre de 2017, p. 261-291.

SCHEIDT, Eduardo. A Revolução Bolivariana e a questão da democracia na Venezuela. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão- SE, v. 10, n. 2, pp. 42-57, jul./dez. 2019.

SEABRA, Raphael. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 2010.

SINGER, P. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 66, pp. 91-102, jan. 2009.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, vol. 17, nº 1, 2014.

SPRANDEL, M. A. Migração e crime: a lei n. 6.815, de 1980. **REMHU- Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 145-168, jul./dez. 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro** - Ensaios sobre economia brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

VERDÚ, P. L. **A luta pelo Estado de Direito**. Trad. Agassiz Almeida Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VIANA, Nildo. **A consciência da História**. Ensaios sobre o Materialismo Histórico-Dialético. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

VIANA, Nildo. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007b.

VILLASENSIN, L. **El camino de la Revolución Bolivariana, sus orígenes y desafíos**. Buenos Aires: Acercándonos Editorial, 2017.

VILLEN, P. Polarização do mercado de trabalho e a nova migração internacional no Brasil. **VIII Seminário do Trabalho**, Marília-PR, v. 25, p. 11, 2012.

VISENTINI, P. F. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, UFRGS- Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, 2016.

WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

XAVIER, F. C. C. A interiorização como um direito social universalizável. **Revista DireitoGV**, v. 7, n. 1, 2021.

XAVIER, Glauber Lopes. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-395, maio/ago. 2018.